



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

BRASÍLIA /2015



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da Decisão Normativa TCU nº 143/2015 e da Portaria TCU nº 90/2014 e das instruções publicadas na página da intranet do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

<b>UJ Consolidadora</b>
Estado-Maior da Aeronáutica - EMAER
<b>UJ Consolidada</b>
Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica - ASPAER
Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo - ASOCEA
Centro de Controle Interno da Aeronáutica - CENCIAR
Centro de Inteligência da Aeronáutica - CIAER
Centro de Comunicação Social da Aeronáutica - CECOMSAER
Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica - CPO
Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - INCAER
Gabinete do Comandante da Aeronáutica - GABAER
Centro de Catalogação da Aeronáutica - CECAT
Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção - MTAB

BRASÍLIA, JUNHO/2015

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	16
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	16
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	19
1.2.1. Finalidade da UJ.....	19
1.2.2. Finalidade das UJ Consolidadas.....	20
1.2.3. Competências da UJ.....	20
1.2.4. Competências da UJ Consolidadas.....	21
1.2.4.1. Competências da ASPAER.....	21
1.2.4.2. Competências da ASOCEA.....	22
1.2.4.3. Competências do CENCIAR.....	23
1.2.4.4. Competências do CIAER.....	23
1.2.4.5. Competências do CECOMSAER.....	23
1.2.4.6. Competências do CPO.....	24
1.2.4.7. Competências do INCAER.....	24
1.2.4.8. Competências do GABAER.....	25
1.2.4.9. Competências do CECAT.....	25
1.2.4.10. Competências do MTAB.....	26
1.3. Organograma Funcional.....	27
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	33
1.4.1. Planejamento Estratégico.....	33
1.4.2. Planejamento Orçamentário.....	37
1.4.3. Planejamento do Sistema de Inspeção do COMAER.....	38
1.4.4. Principal Parceiro.....	38
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	39
2.1. Estrutura de Governança.....	39
2.2. Sistema de Correição.....	40
2.2.1. Pessoal Civil.....	40
2.2.2. Pessoal Militar.....	40
2.3. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	41
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	43
3.1. Canais de Acesso do Cidadão.....	43
3.1.1. Portal FAB.....	43
3.1.2. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).....	43
3.1.3. Fale Conosco.....	45
3.1.4. Mídias Sociais.....	45
3.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	46
3.3. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	46
3.4. Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada.....	47
3.5. Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada.....	47
3.6. Medidas Relativas à Acessibilidade.....	48
4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	49
4.1. Planejamento da Unidade.....	49
4.1.1. Principais Projetos Estratégicos.....	49
4.1.2. Projetos Estratégicos PEMAER – Objetivo 0464 da PPA.....	51
4.1.3. Publicação CONSTRUINDO O FUTURO – Projetos Estratégicos da FAB.....	52
4.1.4. Grandes Eventos – Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.....	53

4.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	54
4.2.1. Objetivo .....	55
4.2.2. Análise Situacional .....	56
4.2.2.1 Objetivo 0462 Elevar a Capacidade Operativa da Força Aérea Brasileira para o Cumprimento de sua Destinação Constitucional, por meio do seu Preparo e Emprego.....	56
4.2.2.2 Objetivo 0464 Adequar os meios Operacionais da Força Aérea Brasileira para Assegurar a Capacidade de Defesa Aeroespacial.....	60
4.2.2.3 Objetivo 0971 Adequar a Infraestrutura de Suporte aos meios Operativos da Força Aérea Brasileira .....	63
4.2.3. Ações .....	65
4.2.3.1. Ações - OFSS .....	65
4.2.3.2. Análise Situacional .....	72
4.2.3.2.1 Ação 2916 - Unidade Orcamentária 52111.....	72
4.2.3.2.2 Ação 2916 - Unidade Orcamentária 52911.....	73
4.2.3.2.3 Ação 13D8 - Unidade Orcamentária 52111.....	74
4.2.3.2.4 Ação 2959 - Unidade Orcamentária 52111.....	74
4.2.3.2.5 Ação 20XD - Unidade Orcamentária 52111.....	75
4.2.3.2.6 Ação 20XA - Unidade Orcamentária 52111.....	75
4.2.3.2.7 Ação 20XA - Unidade Orcamentária 52911.....	77
4.2.3.2.8 Ação 14TH - Unidade Orcamentária 52911 .....	78
4.3. Informações sobre outros Resultados da Gestão .....	79
4.3.1. Copa do Mundo FIFA de 2014 .....	79
4.4. Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional.....	81
4.5. Informações sobre Custos de Produtos e Serviços .....	82
4.5.1. A Destinação Legal do COMAER.....	82
4.5.2. As Macro Atividades Desenvolvidas pelo COMAER .....	83
4.5.3. A Relação entre a Missão Constitucional e os Custos das Macro Atividades .....	86
4.5.3.1. O Custo Unitário do Produto Entregue à Sociedade Brasileira .....	87
4.5.4. Considerações.....	88
5. GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	89
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. ....	90
6.1. Programação e Execução das Despesas .....	92
6.1.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	92
6.1.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	93
6.1.1.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	94
6.2. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	95
6.3. Suprimento de Fundos.....	95
6.3.1. Concessão de Suprimento de Fundos .....	95
6.3.2. Utilização de Suprimento de Fundos .....	96
6.3.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	96
6.3.4 Análise Crítica .....	96
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	97
7.1. Estrutura de Pessoal da Unidade .....	99
7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	99
7.1.2. Irregularidades na Área de Pessoal .....	101
7.1.2.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	101
7.1.2.2. Terceirização Irregular de Cargos.....	101
7.1.3. Riscos Identificados na Gestão de Pessoal .....	102

7.1.4. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	102
7.2. Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários .....	108
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	109
8.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	111
8.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	112
8.2.1. Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóveis Funcional .....	112
8.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	113
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	114
9.1. Gestão da Tecnologia da Informação .....	115
9.1.1. Sistemas Computacionais do EMAER .....	115
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	117
10.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental .....	119
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE .....	121
11.1. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	121
11.1.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	121
11.1.2. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário .....	122
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	123
12.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	123
12.2. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas .....	123
12.3. Informações sobre a Conformidade Contábil dos Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial .....	127
12.4. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	127
12.4.1. Declaração com Ressalva .....	127
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	129
13.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ .....	129
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
ANEXO I - PORTARIA EMAER Nº 16/CEMAER – Grupo de Trabalho-Relatório de Gestão 2014 .....	132
ANEXO II - Mensagem do MD à FAB .....	134
ANEXO III - Ofício FIFA nº 2014/002.456 .....	135

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado .....	16
Quadro A.1.3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas .....	27
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico .....	33
Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	41
Quadro A.4.2.1 – Objetivo Fixado pelo PPA .....	55
Quadro A.4.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da UJ - OFSS .....	65
Quadro A.4.4 – Indicadores de Desempenho .....	81
Quadro A.6.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	92
Quadro A.6.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	93
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	94
Quadro A.6.2 – Restos a Pagar Inscrito em Exercícios Anteriores .....	95
Quadro A.6.3.1 – Concessão de Suprimento de Fundos .....	95
Quadro A.6.3.2 – Utilização de Suprimento de Fundos .....	96
Quadro A.6.3.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência .....	96
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ Consolidadora / Consolidadas .....	99
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva da UJ Consolidadora / Consolidadas .....	100
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargo em Comissão e Funções Gratificadas da UJ Consolidadora / Consolidadas .....	101

Quadro A.8.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	112
Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	113
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 .....	115
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental .....	119
Quadro A.11.1.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridade e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR ..	121

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Organograma do COMAER .....	32
Figura 02 – Organograma do EMAER .....	33
Figura 03 – Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica .....	34
Figura 04 – Mapa Estratégico.....	35
Figura 05 – Alinhamento do Planejamento .....	36
Figura 06 – Quantidade de Pedidos de Acesso à Informação no ano de 2014.....	44
Figura 07 – Demonstração de Pesquisa de Satisfação - 2014.....	47
Figura 08 – Chanceler Alemã Ângela Merkel desembarcou nas Bases Aéreas do Galeão e de Salvador.....	80
Figura 09 – Objetivos Estratégicos.....	83
Figura 10 – Organograma Básico do COMAER .....	84
Figura 11 – Comparabilidade entre Custos Orçamentários e Patrimoniais.....	84
Figura 12 – Códigos de Centros de Custos no COMAER.....	85
Figura 13 – Fatores de Custos do COMAER.....	86
Figura 14 – Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER.....	86
Figura 15 – Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege.....	87
Figura 16 – Modelo de Avaliação Utilizado no Levantamento .....	97
Figura 17 – Distribuição de Frequência do iGovPessoas em Diferentes Tipos de Organizações .....	98
Figura 18 – Distribuição de Frequência do iGovPessoas na Administração Pública Federal (n=305) .....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação da Distribuição de Idade dos Militares do COMAER .....	103
Tabela 2 – Comparação da Escolaridade dos Militares do COMAER .....	104
Tabela 3 – Comparação da Porcentagem dos Militares por Sexo .....	105
Tabela 4 – Comparação da Porcentagem de Militares do COMAER com Obesidade .....	105
Tabela 5 – Comparação dos Resultados do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico .....	106
Tabela 6 – Comparação da Rotatividade .....	107
Tabela 7 – Totalização de Militares, por Círculo, que Deixaram o Serviço Ativo em 2014, antes de Completarem 30 Anos de Serviço (Êxodo Prematuro).....	108
Tabela 8 – Comparação do Êxodo .....	108
Tabela 9 – Frota de Veículos .....	111
Tabela 10 – Utilização de Instalações das Unidades Jurisdicionadas Consolidadora/Consolidadas .....	112
Tabela 11 – Sistema Computacionais Existentes.....	115

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos Militares por Idade .....	102
Gráfico 2 – Escolaridade dos Militares do COMAER .....	103
Gráfico 3 – Porcentagem de Militares do COMAER por Sexo .....	104
Gráfico 4 – Porcentagem de Militares do COMAER com Obesidade .....	105
Gráfico 5 – Resultado de Avaliação do Condicionamento Físico .....	106
Gráfico 6 – Rotatividade – 2014.....	107
Gráfico 7 – Êxodo Prematuro – 2014 .....	108

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<u>ABREVIATURA</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>
<b>1SC</b>	1ª Subchefia do EMAER
<b>2SC</b>	2ª Subchefia do EMAER
<b>3SC</b>	3ª Subchefia do EMAER
<b>4SC</b>	4ª Subchefia do EMAER
<b>5SC</b>	5ª Subchefia do EMAER
<b>6SC</b>	6ª Subchefia do EMAER
<b>ABN</b>	Abaixo do Normal
<b>ACN</b>	Acima do Normal
<b>ACI</b>	Assessoria de Controle Interno
<b>ACISO</b>	Ação Cívico-Social
<b>AFA</b>	Academia da Força Aérea
<b>AGE</b>	Assessoria de Grandes Eventos
<b>AGE</b>	<i>Aeronautical Ground Equipament</i>
<b>AGU</b>	Advocacia Geral da União
<b>ANAC</b>	Agência Nacional de Aviação Civil
<b>APF</b>	Administração Pública Federal
<b>ARP</b>	Aeronaves Remotamente Pilotadas
<b>ASOCEA</b>	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
<b>ASPAER</b>	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica
<b>BABV</b>	Base Aérea de Boa Vista
<b>BAMN</b>	Base Aérea de Manaus
<b>BCA</b>	Boletim do Comando da Aeronáutica
<b>CAP</b>	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
<b>CCEM</b>	Comando e Estado-Maior
<b>CDR</b>	Critical Design Review
<b>CECAT</b>	Centro de Catalogação da Aeronáutica
<b>CECAFA</b>	Centro de Catalogação das Forças Armadas
<b>CECOMSAER</b>	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
<b>CEMAER</b>	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
<b>CENCIAR</b>	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
<b>CENIPA</b>	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFIAe</b>	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
<b>CIAAR</b>	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
<b>CIAER</b>	Centro de Inteligência da Aeronáutica
<b>CIEAR</b>	Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica
<b>CLA</b>	Centro de Lançamento de Alcântara

<b><u>ABREVIATURA</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO</u></b>
<b>CLS</b>	Contratos de Suporte Logístico
<b>CMTAER</b>	Comandante da Aeronáutica
<b>COA</b>	Central de Operação e Arquivo
<b>COMAER</b>	Comando da Aeronáutica
<b>COMDABRA</b>	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
<b>COMGAP</b>	Comando-Geral de Apoio
<b>COMGEP</b>	Comando-Geral do Pessoal
<b>CIPE/BINFAE</b>	Companhia de Infantaria de Pronto Emprego do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial
<b>COMTI</b>	Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
<b>CONSEFA</b>	Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica
<b>CONVICE</b>	Conselho de Vice-Chefes
<b>CPO</b>	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica
<b>CTA</b>	Centro Técnico de Aeronáutica
<b>CTLA</b>	Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica
<b>DCA</b>	Diretriz do Comando da Aeronáutica
<b>DCTA</b>	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
<b>DECEA</b>	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
<b>DEPENS</b>	Departamento de Ensino da Aeronáutica
<b>DINAC</b>	Direção Nacional de Aeronáutica Civil
<b>DIRSA</b>	Diretoria de Saúde da Aeronáutica
<b>DLE</b>	Data Link Emulator
<b>DMD</b>	Doutrina Militar de Defesa
<b>EAI</b>	Aviation International
<b>ECC</b>	Estágio de Contabilidade de Custos
<b>ECEMAR</b>	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
<b>EEAR</b>	Escola de Especialistas da Aeronáutica
<b>EMAER</b>	Estado-Maior da Aeronáutica
<b>e-MAG</b>	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
<b>EMBRAER</b>	Empresa Brasileira de Aeronáutica
<b>EMiAer</b>	Estratégia Militar da Aeronáutica
<b>EMiD</b>	Estratégia Militar de Defesa
<b>END</b>	Estratégia Nacional de Defesa
<b>ERIEYE</b>	Sistema de Missão Móvel de Comando e Controle
<b>EV</b>	Empresa Vinculada
<b>FAB</b>	Força Aérea Brasileira
<b>FAP</b>	Força Aérea Paraguuaia
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>GABAER</b>	Gabinete do Comandante da Aeronáutica

<b><u>ABREVIATURA</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO</u></b>
<b>GABEM</b>	Gabinete do Estado-Maior da Aeronáutica
<b>GAL</b>	Grupamento de Apoio Logístico
<b>GAE</b>	Grupo de Assessoria Especial
<b>GOCNAE</b>	Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
<b>GLO</b>	Garantia da Lei e da Ordem
<b>HAMN</b>	Hospital de Aeronáutica de Manaus
<b>ICA</b>	Instrução do Comando da Aeronáutica
<b>IMC</b>	Índice de Massa Corporal
<b>INCAER</b>	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
<b>INFRAERO</b>	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
<b>IPD</b>	Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento
<b>IPL</b>	Initial Provisioning List
<b>ISO</b>	International Organization for Standardization
<b>ITA</b>	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
<b>Kit SSS</b>	kit de material de segurança, salvamento e sobrevivência
<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>LBDN</b>	Livro Branco de Defesa Nacional
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MAB</b>	Muito Abaixo do Normal
<b>MAC</b>	Muito Acima do Normal
<b>MCA</b>	Manual do Comando da Aeronáutica
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>MTAB</b>	Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção
<b>MTI</b>	Massachusetts Institute of Technology
<b>NOP</b>	Necessidade Operacional
<b>NSCA</b>	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
<b>ODGSA</b>	Órgãos de Direção Geral, Direção Setorial e de Assistência Direta e Indireta ao Comandante da Aeronáutica
<b>ODS</b>	Órgãos de Direção Setorial
<b>OM</b>	Organização Militar
<b>PAED</b>	Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa
<b>PAMA-AF</b>	Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos
<b>PAMA-RF</b>	Parque de Material Aeronáutico de Recife
<b>PAMN</b>	Prefeitura de Aeronáutica de Manaus
<b>PARE</b>	Procedimento para Ressarcimento ao Erário
<b>PDR</b>	Preliminary Design Review
<b>PEMAER</b>	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
<b>PLAER</b>	Plano de Articulação e Equipamento da Aeronáutica
<b>PLAMTAX</b>	Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior

<b><u>ABREVIATURA</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO</u></b>
<b>PLAMENS</b>	Planos de Missões de Ensino
<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>PMA</b>	Política Militar Aeronáutica
<b>PMD</b>	Política Militar de Defesa
<b>PNR</b>	Próprios Nacionais Residenciais
<b>PO</b>	Plano Orçamentário
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPO</b>	Plano Plurianual de Obras
<b>PRR</b>	Revisão Preliminar do Projeto
<b>PRVF</b>	Postos Regionais de Venda de Fardamento Reembolsável
<b>PESE</b>	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
<b>PTA</b>	Programa de Trabalho Anual
<b>RADA</b>	Regulamento de Administração da Aeronáutica
<b>RAP</b>	Restos a Pagar
<b>RCC</b>	Resíduos da Construção Civil
<b>RDAER</b>	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
<b>RG</b>	Relatório de Gestão
<b>RGI</b>	Registro Geral de Imóveis
<b>RICA</b>	Regimento Interno do Comando da Aeronáutica
<b>ROCA</b>	Regulamento do Comando da Aeronáutica
<b>ROP</b>	Requisitos Operacionais
<b>SAAB</b>	Svenska Aeroplan AB
<b>SADCOMAER</b>	Sistema de Apoio à Decisão do COMAER
<b>SC</b>	Subcentros de Custos
<b>SDE</b>	Subdiretoria de Estudos e Projetos da DIRENG
<b>SDP</b>	Subdiretoria de Patrimônio da DIRENG
<b>SECEXDEFESA</b>	Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança
<b>SEFA</b>	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
<b>SERIPA VII</b>	Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
<b>SERPAT</b>	Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
<b>SFR</b>	System Functional Review
<b>SIC</b>	Serviço de Informações ao Cidadão
<b>SICOFAA</b>	Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas
<b>SIFARE</b>	Sistema de Fardamento Reembolsável
<b>SIGADAER</b>	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica
<b>SIGPIMA</b>	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica
<b>SIGSEFA</b>	Sistema de Informações Gerenciais da SEFA
<b>SILOMS</b>	Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços

<b><u>ABREVIATURA</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO</u></b>
<b>SIOP</b>	Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário
<b>SIPAM</b>	Sistema de Proteção da Amazônia
<b>SIPLORC</b>	Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário
<b>SISCAE</b>	Sistema de Catalogação da Aeronáutica
<b>SISCONI</b>	Sistema de Controle Interno
<b>SISPAT</b>	Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
<b>SISMICAT</b>	Sistema Militar de Catalogação do Ministério da Defesa
<b>SOF</b>	Secretaria de Orçamento Federal
<b>SPA-C2</b>	Sistema de Planejamento e Análise de Comando e Controle
<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SPU</b>	Secretaria do Patrimônio da União
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>TA</b>	Termo Aditivo
<b>TCA</b>	Termo Circunstanciado Administrativo
<b>TCAS</b>	Traffic Alert and Collision Avoidance System
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>UAe</b>	Unidades Aéreas
<b>UG CRED</b>	Unidades Gestoras Credoras
<b>UG EXEC</b>	Unidades Gestoras Executoras
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>VANT</b>	Veículo Aéreo não Tripulado
<b>VLS</b>	Veículo Lançador de Satélite
<b>VICEMAER</b>	Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
<b>VII COMAR</b>	Sétimo Comando Aéreo Regional
<b>WCAG</b>	World Content Accessibility Guide

## INTRODUÇÃO

As discussões no Brasil sobre a criação de um ministério específico para o setor da aviação começaram no final da década de 20 e ganharam força a partir de 1935, com o lançamento de uma campanha para a criação do Ministério do Ar, sob a influência de países como a França.

Um dos principais defensores do plano para criar uma força aérea independente foi o presidente Getúlio Vargas. Ele organizou um grupo de estudos no início de 1940 e toda a estrutura do Ministério da Aeronáutica foi criada no final desse ano. Esse novo órgão governamental seria responsável por todos os aspectos da aviação civil e militar, incluindo regulação, infraestrutura e organização.

Em 20 de janeiro de 1941, o governo brasileiro determinou a centralização das operações aéreas das forças militares brasileiras em um único comando, o Ministério da Aeronáutica. O seu ramo militar chamado "Forças Aéreas Nacionais", foi alterado para "Força Aérea Brasileira" (FAB), em 22 de maio daquele ano. Os ramos aéreos do Exército (Aviação Militar) e da Marinha (Aviação Naval) deixaram de existir e todo o pessoal, aeronaves, instalações e outros equipamentos relacionados foram transferidos para a FAB.

O meio militar foi o berço para a criação de um importante polo de desenvolvimento nacional na década de 50. Assim, em 1946 foi criado o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) com seus dois institutos científicos: o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), escola de ensino superior concebida aos moldes do renomado *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), e o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD), voltado para pesquisa e desenvolvimento nas áreas de aviação militar.

O fundador e idealizador desse ousado projeto foi o Coronel Aviador Casimiro Montenegro Filho, que seria mais tarde Ministro da Aeronáutica. Partindo do ponto de que “se o Brasil quisesse fabricar aviões deveria, antes, fabricar engenheiros e técnicos”, Casimiro Montenegro foi um pioneiro. O fruto do seu trabalho e de civis e militares tornou o ITA um dos mais renomados institutos de ensino superior do país, sendo que hoje o ITA está na estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Casimiro Montenegro também era professor do ITA e ministrou aulas àquele que seria o fundador da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), o engenheiro aeronáutico Ozires Silva.

No final dos anos 60, fruto da implantação de vários institutos no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é criada, no seio da Força Aérea, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), uma solução brasileira para o desenvolvimento e a produção de aeronaves que tornou-se uma das principais impulsionadoras do desenvolvimento de tecnologias de ponta e exemplo de projeto de fortalecimento da Indústria Nacional.

O Bandeirante, o primeiro avião de fabricação 100% nacional, foi concebido no seio do CTA e sua produção seriada e comercialização foram viabilizadas pela criação da EMBRAER. Os esforços que resultaram na criação de um excelente centro educacional e profissional se provaram certos. O CTA já dava os seus primeiros passos para consolidar a tecnologia aeronáutica no país.

No limiar dos anos 70, o modelo integrado de defesa aérea e controle do tráfego aéreo veio como solução técnica para superar as enormes dificuldades de implantação do serviço de proteção ao voo e, atualmente, tem sido apontado como modelo extremamente criativo e eficiente.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi criado em meados da década de 1980, pelo Ministério da Aeronáutica, para assumir a principal base da então Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). O Brasil, que já vinha tocando o Programa Espacial Brasileiro por meio do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE) nos anos 60, iria deslançar de vez com a criação do CLA. Na Operação Pioneira de 1989, os primeiros foguetes 15 SBAT-70 e 2 SBAT-152 chegariam ao espaço. Hoje, o Comando da Aeronáutica, em parceria com a Agência Espacial Brasileira e com a Indústria Nacional, da continuidade ao Programa Espacial Brasileiro.

Já nos anos 90, foi concebido o que se tornaria o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), composto por subsistemas integrados de sensoriamento remoto, radares, estações meteorológicas e plataformas de dados, que fornecem monitoramento integral da região, idealizado para reafirmar a presença do estado brasileiro na Amazônia, por intermédio da proteção territorial e da biodiversidade, que conduzem à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região.

A visão estratégica cunhada desde aquela época permitiu que a indústria brasileira alcançasse domínio do conhecimento e das tecnologias desse complexo ramo de atividades ligadas à atuação da aeronáutica, inserindo o Brasil, assim, no reduzido número de países com know-how em sistemas de gerenciamento de tráfego e controle do espaço aéreo.

O Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica eram independentes até a data de 10 de junho de 1999, quando foram substituídos pelo Ministério da Defesa através da Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999. Com a centralização administrativa, os três braços das Forças Armadas do Brasil se transformaram em Comandos do Ministério da Defesa – Comando do Exército, Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica.

Inúmeros são os exemplos de soluções práticas e inventivas da FAB. Entretanto, a Força Aérea, para cumprir suas missões, necessita empreender continuadas inovações, as mais ousadas, se quiser sobreviver em um cenário futuro de Guerra Aérea, onde o domínio tecnológico, a interoperabilidade e a operação em rede serão decisivos. A constante modernidade vem impelindo várias forças armadas ao redor do mundo a um processo de transformação, que tem como objetivo principal a atualização da estrutura nacional de defesa e a sobrevivência no campo de batalha.

Atualmente, o Comando da Aeronáutica (COMAER) conta com um efetivo total de 70.907 militares e 5.712 civis distribuídos por todos os estados do país, sendo que por volta de 85% são homens e 15% mulheres. Os civis representam uma parcela de 8,05% do efetivo total.

Detalhes adicionais com relação ao histórico encontram-se no endereço <http://www.fab.mil.br>



Bandeirantes



Programa Espacial Brasileiro

O Lema da Força Aérea Brasileira, “Asas que protegem o País”, é o resultado da ação de outros dois verbos: Defender e Controlar.

O primeiro refere-se à Defesa do Espaço Aéreo que inclui o Território Brasileiro, com 8,5 milhões de Km<sup>2</sup>, e a Zona Econômica Exclusiva, com mais 3,5 milhões de Km<sup>2</sup>. Somados, são 12 milhões de Km<sup>2</sup>. Para vigiar esta dimensão, a FAB divide sua estrutura de defesa por tipos de aviação: caça, patrulha marítima, reconhecimento, helicópteros e transporte. O aparato está distribuído em bases aéreas sediadas em localidades estratégicas do Brasil.

A FAB possui diversos recursos aéreos, terrestres e tecnológicos que viabilizam a Defesa do Território Nacional. Os meios aéreos atualmente existentes são compostos de aeronaves de caça, patrulha marítima, reconhecimento, helicópteros, transporte e aeronaves remotamente pilotadas.

Mesmo sem uma situação de conflito a FAB atua diuturnamente por intermédio das aeronaves de alerta de Defesa Aérea, Busca e Salvamento e Patrulha Marítima, mantendo constante presença nas mais diversas áreas do território nacional.

O segundo, diz respeito ao Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Em cumprimento a acordos internacionais, o Brasil é responsável, também, por controlar os voos em mais 10 milhões de Km<sup>2</sup> sobre o Oceano Atlântico. Esta responsabilidade vai até o meridiano 10W.

Somadas, as ações de defender e controlar compreendem 22 milhões de Km<sup>2</sup>. Um cenário geometricamente fabuloso para um país em sintonia com os desafios dos novos tempos e adequado com a sua importância diante da comunidade internacional.

A elaboração desse Relatório de Gestão (RG), restrito às atividades do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), surgiu a partir da demanda do Tribunal de Contas da União (TCU) em consolidar, de forma específica, o vasto campo de atuação das tarefas atinentes ao COMAER.

Desta forma, o EMAER foi incluído como mais uma Unidade Jurisdicionada (UJ), cabendo-lhe, neste contexto, consolidar os tópicos da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, os quais se encontram inseridos no presente documento.

O EMAER é um dos principais responsáveis em orientar e normatizar temas que são comuns a todas as Organizações Militares do COMAER, como:

- a) Planejamento Estratégico;
- b) Planejamento Orçamentário;
- c) Sustentabilidade; e
- d) Tecnologia da Informação.

Temas estes que serão comentados neste documento e detalhados, se assim necessário, nos demais Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas do COMAER, listadas abaixo:

Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS),  
Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA),  
Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA),  
Comando-Geral de Apoio (COMGAP),  
Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR),  
Comando-Geral do Pessoal (COMGEP),  
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA),  
Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), e  
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

Assim sendo, este relatório possibilitará à Sociedade Brasileira uma melhor compreensão das peculiaridades do Planejamento Estratégico e Orçamentário. Identificando a visão do COMAER sobre os temas abordados na Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, através do Relatório de Gestão do EMAER, e poderá se aprofundar nos temas do seu interesse nos Relatórios de Gestão das demais Unidades Jurisdicionadas.

O Relatório de Gestão em comento foi resultado das tratativas entre o TCU, através da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) e o COMAER, representado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) e pelo Estado-Maior da Aeronáutica, sendo que as primeiras reuniões ocorreram em junho de 2013. Na sua elaboração, toda estrutura organizacional do EMAER ficou totalmente comprometida em todas as fases do processo, propiciando o êxito nesta missão. Inclusive, visando normatizar e racionalizar os trabalhos, foi instaurado um Grupo de Trabalho, através da Portaria EMAER nº 16/CEMAER, de 8 de abril de 2014, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 071, de 14 de abril 2014, presidido pelo Exmo. Sr. Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, sendo os respectivos Exmos. Sres. Chefes das Subchefias do EMAER seus auxiliares diretos, possibilitando assim que todos os setores do EMAER estivessem engajados nessa missão.

Conforme preceitua a Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, a elaboração deste relatório foi pautada pela objetividade, clareza e fidedignidade na apresentação das informações, não só porque poderão ser oportunamente auditadas pelos órgãos de controle, mas, principalmente para propiciar uma visão realista da gestão, de forma a não fomentar interpretações parciais ou distorcidas e evitar o enaltecimento desproporcional dos aspectos positivos da gestão em detrimento de eventuais necessidades de aprimoramento. A boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade dos procedimentos adotados com a lei, mas, também a eficácia, eficiência e efetividade

das ações, cabendo, por conseguinte, a prestação de contas evidenciar sob tais aspectos a gestão realizada.

O ano de 2014 se mostrou um período de conquistas para o Comando da Aeronáutica. Podemos destacar o desenvolvimento da aeronave KC-390 e a conclusão da fase contratual da aeronave Gripen NG, essencial para a capacidade de defesa do território nacional, ambos elevarão o patamar operacional da FAB. Além do evento de repercussão global, que foi a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014.

Ocorreram óbices no percurso, sendo a restrição orçamentária, um fator crucial, pois afeta todas as ações do COMAER. Tal situação necessitou que o EMAER, após um trabalho minucioso, propusesse ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica (CMTAER) a linha de ação mais eficiente. Proporcionando assim, os menores impactos possíveis no Exercício de 2014 e, conseqüentemente, nos exercícios futuros.

# 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### Relatório de Gestão Consolidado

#### Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 41066/48
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Estado-Maior da Aeronáutica			
Denominação Abreviada: EMAER			
Código SIORG: 50	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120111
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00394429/0059-12	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3961-8414	(61) 3961-8320	(61) 3961-8380
Endereço Eletrônico: emaer@emaer.aer.mil.br			
Página na Internet: <a href="http://www.fab.mil.br">http://www.fab.mil.br</a>			
Endereço Postal: EMAER – Esplanada dos Ministérios Bloco “M” 5º andar CEP 70045-900 Brasília – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
ASPAER	Não se aplica	120164	51804
ASOCEA	00.394.429/0136-01	120124	102335
CENCIAR	00.394.429/0173-48	120192	120869
CIAER	00.394.429/0151-32	120113	73321
CECOMSAER	00.394.429/0130-08	120103	55
CPO	00.394.429/0137-84	120109	2606
INCAER	00.394.429/0125-40	120121	1706
GABAER	00.394.429/0057- 65	120001	54
CECAT	00.394.429/0162-95	120163	201265
MTAB	Não se aplica	120204	80079
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER – Decreto-Lei nº 3.730, de 18 de outubro de 1941e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.			
Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica - ASPAER - Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.			
Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo - ASOCEA - Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.			
Centro de Controle Interno da Aeronáutica - CENCIAR - Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.			

**Centro de Inteligência da Aeronáutica - CIAER** - Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

**Centro de Comunicação Social da Aeronáutica - CECOMSAER** - Decreto nº 64.285, de 31 de março de 1969 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

**Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica - CPO** - Decreto nº 8.261, de 20 de novembro de 1941 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

**Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - INCAER** - Decreto nº 92.858, de 27 de junho de 1986 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

**Gabinete do Comandante da Aeronáutica - GABAER** - Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

**Centro de Catalogação da Aeronáutica - CECAT** - Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

**Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção – MTAB** - Acordo nº 55, de 10 de março de 1982 e o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

**Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER** –Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica - ROCA 20-5, de 2007 - Publicada através da Portaria nº 756/GC3, de 19 de novembro de 2007.

Regimento Interno do Estado-Maior da Aeronáutica - RICA 20-8 - Publicada através da Portaria EMAER nº 39/GABEM de 1º de novembro de 2007.

**Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica – ASPAER** – Regulamento da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica – ROCA 21-37, de 2011 – Publicada através da Portaria nº 450/GC3, de 16 de agosto de 2011.

Regimento Interno da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica – RICA 21-187 – Publicada através da Portaria nº 1/ASPAER, de 7 de novembro de 2011.

**Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo – ASOCEA** – Regulamento da Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo – ROCA 21-81, de 2009 – Publicada através da Portaria nº 455/GC3, de 21 de maio de 2009.

Regimento Interno da Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo – RICA 21-231 - Publicada através da Portaria nº 3/ASOCEA, de 11 de agosto de 2009.

**Centro de Controle Interno da Aeronáutica – CENCIAR** – Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica ROCA 21-91, de 2013 - Publicada através da Portaria nº 1.203/GC3, de 5 de julho de 2013.

Regimento Interno do Centro de Controle Interno da Aeronáutica - RICA 21-242 - Publicada através da Portaria CENCIAR nº 73/CENCIAR-4, de 1º de agosto de 2013.

**Centro de Inteligência da Aeronáutica – CIAER** – Regulamento do Centro de Inteligência da Aeronáutica – ROCA 21-46, de 2012 – Publicada através da Portaria nº R-824/GC3, de 12 de setembro de 2012.

Regimento Interno do Centro de Inteligência da Aeronáutica - RICA 21-111 – Publicada através da Portaria CIAER nº R - 01, de 28 de março de 2014.

**Centro de Comunicação Social da Aeronáutica – CECOMSAER** – Regulamento do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica - ROCA 21-38, de 2011 – Publicada através da Portaria nº 409/GC3, de 22 de julho de 2011.

Regimento Interno do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica - RICA 21-180 – Publicada através da Portaria CECOMSAER nº 2/PLPL, de 20 de março de 2012.

**Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica – CPO** – Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica ROCA 21-66, de 2005 – Publicada através da Portaria nº 716/GC3, de 24 de junho de 2005.

Regimento Interno da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica – RICA 20-25 – Publicada através da Portaria nº R-002 /CPO, de 2 de setembro de 2008 e Portaria nº R- 8/CPO, de 15 de setembro de 2009.

**Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER** – Regulamento do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica ROCA 21-59, de 2013 – Publicada através da Portaria nº 692/GC3, de 2 de maio de 2013.

Regimento do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – RICA 21-190, de 2013 – Publicada através da Portaria nº 19 /DIR, de 6 de agosto de 2013.

**Gabinete do Comandante da Aeronáutica – GABAER** – Regulamento do Gabinete do Comandante da Aeronáutica ROCA 21-47, de 2014 – Publicada através da Portaria nº 1530/GC3, de 15 de setembro de 2014.

Regimento do Gabinete do Comandante da Aeronáutica – RICA 21-29, de 2014 – Publicada através da Portaria nº 06/CHGC, de 29 de setembro de 2014.

**Centro de Catalogação da Aeronáutica – CECAT** - Regulamento do Centro de Catalogação da Aeronáutica - ROCA 21-

68, de 2015 - Publicada através da Portaria nº 378/GC3, de 26 de março de 2015.	
Regimento do Centro de Catalogação da Aeronáutica – RICA 21-241, de 2013 – Publicada através da Portaria EMAER nº 20/ISC, de 29 de maio de 2013.	
<b>Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção – MTAB</b> - Regulamento da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção - ROCA 21-39, de 2015 - Publicada através da Portaria nº 820/GC3, de 25 de agosto de 2006.	
Regimento da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção – RICA 21-181, de 2006 – Publicada através da Portaria EMAER nº 38/GABEM, de 14 de dezembro de 2006.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<b>Estado-Maior da Aeronáutica</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Centro de Controle Interno da Aeronáutica</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Centro de Inteligência da Aeronáutica</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Centro de Comunicação Social da Aeronáutica</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Gabinete do Comandante da Aeronáutica – GABAER</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Centro de Catalogação da Aeronáutica – CECAT</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014 e o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014	
<b>Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção – MTAB</b> - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1, de 2014, o Manual de Execução Orçamentaria Financeira e Patrimonial do COMAER -MCA 172-3, de 2014 e a Instrução para Adidos Aeronáuticos - ICA 34-3, de 2009 - Publicada através da Portaria EMAER nº 48/2SC, de 5 de novembro de 2009.	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120164	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica
120124	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
120192	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
120113	Centro de Inteligência da Aeronáutica
120103	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
120109	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica
120121	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
120001	Gabinete do Comandante da Aeronáutica
120163	Centro de Catalogação da Aeronáutica
120204	Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome

00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120164	00001
120124	00001
120192	00001
120113	00001
120103	00001
120109	00001
120121	00001
120001	00001
120163	00001
120204	00001
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>	
Código SIAFI	Nome
52111	Comando da Aeronáutica
52911	Fundo Aeronáutico

## **1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade**

### **1.2.1 Finalidade da UJ**

O Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências, estabelece, em seu Anexo I, na seção I – do Órgão de Direção-Geral do Capítulo III – DAS COMPETÊNCIAS DOS ORGÃOS, o seguinte:

Art. 5º Ao Estado-Maior da Aeronáutica, órgão responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Aérea, visando ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica, compete:

I - coordenar as ações que envolvam os órgãos de direção setorial;

II - orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, de orçamento e gestão e de modernização administrativa; e

III - planejar, executar e coordenar as atividades do Sistema de Inspeção do Comando da Aeronáutica.

§ 10º Estado-Maior da Aeronáutica interage com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

§ 1º, do Art. 26. O titular do cargo de Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica exercerá, ainda, o encargo de Presidente da Comissão de Promoções de Oficial da Aeronáutica e as atribuições de Inspetor-Geral da Aeronáutica.

O Regimento Interno do Comando da Aeronáutica - RICA 20-8/2007, no seu art. 1º, define que o Estado-Maior da Aeronáutica, Organização do Comando da Aeronáutica, tem por finalidade elaborar o planejamento, de mais alto nível, para o cumprimento da missão da Aeronáutica, assessorar o

Comandante da Aeronáutica no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo e coordenar as ações que envolvam os órgãos de direção setorial.

### **1.2.2 Finalidade das UJ Consolidadas**

O Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências, estabelece, em seu Anexo I:

Art. 8º Ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica compete assessorar o Comandante no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação e assisti-lo em sua representação funcional e pessoal.

Art. 9º À Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica compete assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relativos às promoções dos oficiais da Aeronáutica.

Art. 10. Ao Centro de Comunicação Social da Aeronáutica compete assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relativos à comunicação social da instituição.

Art. 11. Ao Centro de Inteligência da Aeronáutica compete fornecer subsídios ao Comandante da Aeronáutica nos assuntos relacionados ao Estado, ao preparo e ao emprego da Força Aérea Brasileira.

Art. 12. Ao Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica compete pesquisar, desenvolver, divulgar e preservar a memória e a cultura aeronáutica brasileira.

Art. 13. À Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica compete assessorar o Comandante no relacionamento institucional com o Poder Legislativo.

Art. 15. À Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo compete assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relativos à segurança do Serviço de Navegação Aérea, coordenar e controlar as atividades de inspeção do Serviço de Navegação Aérea, no que tange à segurança operacional, e gerenciar o Programa de Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea.

Art. 15-A. Ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica, Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Comando da Aeronáutica.

De acordo com o Regimento Interno do Centro de Catalogação da Aeronáutica – RICA 21-241/2013, aprovado pela Portaria EMAER nº 20/ISC, de 29 de maio de 2013, o CECAT tem por finalidade:

Art. 1º O Centro de Catalogação da Aeronáutica (CECAT), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), tem por finalidade promover o funcionamento, a manutenção e o desenvolvimento do Sistema de Catalogação da Aeronáutica (SISCAE), em harmonia com o Sistema Militar de Catalogação do Ministério da Defesa (SISMICAT), atuando como Central de Operação e Arquivo (COA) desses Sistemas.

De acordo com o Regimento Interno da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção – RICA 21-181/2006, aprovado pela Portaria EMAER nº 38/GABEM, de 14 de dezembro de 2006, o MTAB tem por finalidade:

Art. 1º A Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção (MTAB), prevista pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, tem por finalidade executar as atividades estabelecidas no Acordo nº 55, de 10 de março de 1982, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

### **1.2.3 Competências da UJ**

De acordo com o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica - ROCA 20-5/2007, aprovado pela Portaria nº 756/GC3, de 19 de novembro de 2007, compete ao EMAER:

I - prestar assessoria referente aos assuntos de interesse do COMAER;

II - elaborar a Política Militar Aeronáutica, a Estratégia Militar da Aeronáutica e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), supervisionando os seus cumprimentos;

III - realizar estudos, planejar, orientar e supervisionar as ações relativas ao preparo da Força Aérea para o emprego, na paz e na guerra, de acordo com as diretrizes emanadas do Ministro de Estado da Defesa e do CMTAER;

IV - estabelecer a sistemática e formular o planejamento de alto nível do COMAER, e coordenar as atividades relativas à organização e à modernização administrativa;

V - formular os planejamentos plurianual e orçamentário do COMAER;

VI - formular diretrizes para o planejamento das ações militares a cargo do COMAER e supervisionar o seu cumprimento;

VII - coordenar a elaboração dos Planos Setoriais do COMAER;

VIII - elaborar e propor documentos de doutrina do COMAER;

IX - supervisionar e coordenar as atividades que envolvam mais de um Órgão de Direção Setorial;

X - orientar, emitir instruções normativas e supervisionar as atividades de inspeção no COMAER e executar as atividades de inspeção nos Órgãos de Direção Setorial;

XI - supervisionar as atividades de investigação e de prevenção de acidentes aeronáuticos;

XII - supervisionar as atividades de catalogação no COMAER;

XIII - supervisionar as atividades da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção (MTAB);

XIV - prestar assessoria referente às atribuições do COMAER no que tange à formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

XV - supervisionar as ações de competência do COMAER, quando no atendimento às solicitações de órgãos governamentais;

XVI - coordenar os assuntos que envolvam o Estado-Maior de Defesa e Secretarias do Ministério da Defesa, os Estados-Maiores da Armada e do Exército, bem como as Forças Armadas de outros países;

XVII - convocar representantes dos Comandos-Gerais, Departamentos ou da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica para participação em Grupos de Trabalho e para a prestação de assessoramento técnico-especializado;

XVIII - indicar, orientar e controlar a participação de representantes do COMAER em atividades externas que estejam sob a responsabilidade do EMAER;

XIX - estabelecer padrões de eficiência e indicadores gerenciais para as atividades desenvolvidas pelo COMAER;

XX - estabelecer as orientações gerais e instruções normativas aplicáveis às visitas de civis e estrangeiros às organizações do COMAER; e

XXI - tratar dos assuntos afetos ao COMAER, no nível estratégico, por intermédio das respectivas Subchefias.

## **1.2.4 Competências das UJ Consolidadas**

### **1.2.4.1 Competências da ASPAER**

De acordo com o Regulamento da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica - ROCA 21-37/2011, aprovado pela Portaria nº 450/GC3, de 16 de agosto de 2011, compete ao ASPAER:

I - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos de seu interesse em trâmite no Poder Legislativo, bem como nos Poderes Executivo e Judiciário e nas Funções Essenciais à Justiça (Ministério Público, Advocacia-Geral da União, Advocacia e Defensoria Pública);

II - atuar em prol da consecução dos interesses do COMAER nas matérias em tramitação nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como nas Funções Essenciais à Justiça;

III - prover o relacionamento institucional do COMAER com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como as Funções Essenciais à Justiça;

IV - acompanhar, analisar e processar a tramitação das matérias de interesse do Comando da Aeronáutica nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como nas Funções Essenciais à Justiça;

V - obter, junto aos Órgãos competentes da estrutura do COMAER, as informações necessárias ao atendimento das consultas e requerimentos oriundos do Congresso Nacional, bem como os pareceres necessários à elaboração de Notas Técnicas e das linhas de ação a serem adotadas para o adequado trato das matérias em tramitação nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sob acompanhamento;

VI - planejar e executar linhas de ação, estratégicas e táticas, voltadas à obtenção de resultados, favoráveis ao COMAER, no trâmite das diversas matérias tratadas no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

VII - atuar e coordenar ações, junto ao CECOMSAER e a outros Órgãos da estrutura do COMAER, no sentido da aproximação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do estabelecimento de relações de confiança com membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como voltadas à divulgação, junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, das atividades desenvolvidas pelo COMAER;

VIII - atuar, sob a supervisão técnica e a orientação da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa, nos assuntos de interesse do COMAER em trâmite no Poder Legislativo, bem como em coordenação com as Assessorias dos Comandos da Marinha e do Exército, e dos demais Ministérios, com vistas à consecução de objetivos comuns, de acordo com orientação específica do COMAER;

IX - coordenar as ações no sentido da assistência às autoridades do COMAER, quando convidadas ou convocadas para Audiências Públicas nas Comissões do Senado Federal e/ou da Câmara dos Deputados; e

X - coordenar as ações no sentido da assistência aos militares do COMAER em visita oficial ao Congresso Nacional.

#### **1.2.4.2 Competências da ASOCEA**

De acordo com o Regulamento da Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo - ROCA 21-81/2009, aprovado pela Portaria nº 455/GC3, de 21 de maio de 2009, compete ao ASOCEA:

I - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relativos à supervisão da segurança operacional do Serviço de Navegação Aérea;

II - elaborar, implementar e coordenar o Programa de Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea;

III - emitir normas e procedimentos pertinentes à Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea;

IV - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de Inspeção de Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea; e

V - processar e analisar as informações resultantes dos processos de Inspeção de Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea, de forma a produzir e apresentar relatório ao COMAER, quando relativas ao DECEA e, ao Diretor-Geral do DECEA (DGCEA), quando pertinentes aos órgãos provedores do serviço do SISCEAB.

#### **1.2.4.3 Competências do CENCIAR**

De acordo com o Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica - ROCA 21-91/2013, aprovado pela Portaria nº 1.203/GC3, de 5 de julho de 2013, compete ao CENCIAR:

- I - planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno;
- II - propor ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER) normas e procedimentos relativos ao Sistema de Controle Interno (SISCONI);
- III - acompanhar o cumprimento da obrigação dos agentes públicos (civis e militares), integrantes do efetivo das Unidades Gestoras, concernente à apresentação de suas Declarações de Bens e Valores, nos termos da legislação vigente;
- IV - consolidar os Processos de Contas Anuais dos responsáveis pela gestão de recursos públicos alocados em Unidades Gestoras que, por força de Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União ou outro dispositivo legal, devam apresentar Processo de Contas Anual;
- V - acompanhar, sob os aspectos legal, contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial, os atos e fatos praticados pelas Unidades Gestoras e pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe);
- VI - realizar exames de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas Unidades Gestoras e na CFIAe;
- VII - verificar a exatidão e a pertinência dos dados referentes à admissão de pessoal e às concessões de reformas, aposentadorias e pensões;
- VIII - cumprir as diligências requeridas pelo Tribunal de Contas da União e as normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
- IX - emitir relatórios, certificados de auditoria e pareceres sobre os processos de Contas Anuais das Unidades Jurisdicionadas, do Fundo Aeronáutico e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica;
- X - consolidar os processos de Tomadas de Contas Especiais nas Unidades Gestoras, e na CFIAe; e
- XI - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos atinentes à sua esfera de competência.

#### **1.2.4.4 Competências do CIAER**

De acordo com o Regimento Interno do Comando da Aeronáutica - RICA 20-36/2009, aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, compete ao CIAER:

Art. 54. Ao CIAER compete fornecer subsídios ao CMTAER nos assuntos relacionados ao Estado e ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

#### **1.2.4.5 Competências do CECOMSAER**

De acordo com o Regulamento do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica - ROCA 21-38/2011, aprovado pela Portaria nº 409/GC3, de 22 de julho de 2011, compete ao CECOMSAER:

- I – elaborar e propor a Política de Comunicação Social do COMAER;
- II – prestar assessoramento ao CMTAER nos assuntos relativos à Comunicação Social da Instituição;
- III – desenvolver e difundir a doutrina de emprego de Comunicação Social em ambiente de crise ou conflito;
- IV – normatizar e administrar o Sistema de Comunicação Social do Comando da Aeronáutica (SISCOMSAE);
- V – promover a integração do SISCOMSAE ao Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo; e
- VI – coordenar e orientar o trato de assuntos relativos à Comunicação Social com os órgãos externos ao COMAER.

#### **1.2.4.6 Competências da CPO**

De acordo com o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica - ROCA 21-66/2005, aprovado pela Portaria nº 716/GC3, de 24 de julho de 2005, compete ao CPO:

I - avaliar, qualitativa e quantitativamente, os conceitos profissional e moral dos oficiais, conforme definidos no Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica (REPROA);

II - selecionar os oficiais para a composição dos quadros de acesso, com vistas às promoções pelos critérios de antiguidade, merecimento e escolha, este último reservado ao primeiro posto de Oficial-General;

III - organizar as relações dos oficiais selecionados para composição dos quadros de acesso e dos próprios quadros de acesso para promoção, segundo os critérios estabelecidos no REPROA, submetendo-os à aprovação do CMTAER;

IV - selecionar os oficiais para realizarem os cursos regulamentares de carreira ou equivalentes, exigidos para promoção, observando os quantitativos fixados pelo CMTAER em relação aos efetivos a serem selecionados.

V - auxiliar o CMTAER nas situações que resultem na aplicação da Lei de Promoções de Oficiais da Ativa das Forças Armadas (LPOAFA), do REPROA, deste Regulamento e de toda a legislação pertinente à sistemática de promoções e do fluxo de carreira de oficiais;

VI - emitir parecer sobre: promoções, precedência hierárquica, habilitação de oficiais para os cursos regulamentares de carreira, indicação de oficiais para prestação de tarefa por tempo certo e prorrogação do tempo de serviço inicial, colocação nos quadros de acesso e no Almanaque de Oficiais;

VII - apurar, até 15 de janeiro de cada ano, as proporções a serem observadas no cálculo da quota compulsória de que trata o Estatuto dos Militares;

VIII - organizar, até 31 de janeiro de cada ano, a lista dos oficiais destinados a integrarem a quota compulsória;

IX - solicitar esclarecimentos junto às organizações e aos oficiais, quando isso se fizer necessário ao desenvolvimento de suas atividades;

X - auxiliar os conselhos de justificação com origem na CPO, por intermédio da Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica (SECPRM); e

XI - auxiliar o Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM) na organização das listas de escolha, sempre que solicitado.

#### **1.2.4.7 Competências do INCAER**

De acordo com o Regulamento do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - ROCA 21-59/2013, aprovado pela Portaria nº 692/GC3, de 2 de maio de 2013, compete ao INCAER:

I - propor atualizações na Política Cultural e na Estratégia de Cultura do COMAER, para aprovação do Comandante da Aeronáutica;

II - normatizar, planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades culturais no âmbito do COMAER;

III - gerenciar o Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural da Aeronáutica (SISCULT) e promover a sua integração com os Sistemas do COMAER e dos Órgãos externos, públicos ou privados;

IV - pesquisar, estudar, registrar e divulgar a história da aeronáutica brasileira;

V - estimular, coordenar, orientar, promover e apoiar as atividades que visem a celebrar personalidades e fatos históricos, assim como fomentar a cultura no seio do pessoal do COMAER;

VI - selecionar e divulgar obras e assuntos literários, produzidos no País ou no exterior, pertinentes ao interesse do COMAER;

VII - formalizar o relacionamento de pessoas com o COMAER, no trato de assuntos voltados para a realização de atividades culturais;

- VIII - supervisionar e controlar as atividades do Museu Aeroespacial (MUSAL);
- IX - gerenciar o trato dos assuntos relacionados à história da aeronáutica brasileira, por meio de projetos específicos; e
- X - manter o intercâmbio com entidades afins, militares ou civis, para o trato de assuntos culturais de interesse do COMAER.

#### **1.2.4.8 Competências do GABAER**

De acordo com o Regulamento do Gabinete do Comandante da Aeronáutica - ROCA 21-47/2014, aprovado pela Portaria nº 1.530/GC3, de 15 de setembro de 2007, compete ao GABAER:

- I - assessorar o CMTAER no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação;
- II - elaborar os documentos relativos às decisões e às diretrizes do CMTAER;
- III - assistir o CMTAER e operacionalizar o seu relacionamento com:
  - a) as demais Organizações do COMAER;
  - b) o Ministério da Defesa e os demais Comandos Militares; e
  - c) as demais instituições da administração pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal;
- IV - conduzir as atividades de relações públicas e cerimonial militar, específicas do CMTAER;
- V - assessorar o CMTAER nos assuntos referentes a Comendas e Condecorações.
- VI - controlar os meios aéreos das Unidades subordinadas;
- VII - controlar os meios aéreos colocados à sua disposição para o cumprimento de missões de transporte aéreo de Autoridades;
- VIII - prover a segurança pessoal do CMTAER; e
- IX - exercer outras competências inerentes à sua área de atuação.

#### **1.2.4.9 Competências do CECAT**

De acordo com o Regulamento do Centro de Catalogação da Aeronáutica - ROCA 21-68/2015, aprovado pela Portaria nº 378/GC3, de 26 de março de 2015, compete ao CECAT:

- I - elaborar normas para o funcionamento do SISCAE;
- II - orientar, coordenar, controlar e apoiar tecnicamente as atividades do SISCAE;
- III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas oriundos dos Órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos demais Sistemas do COMAER;
- IV - planejar a qualificação dos militares e civis do Comando da Aeronáutica para o exercício da atividade de Catalogação aplicada à Logística, bem como a atualização técnico profissional diretamente envolvida com o SISCAE;
- V - compor, nos âmbitos interno e externo ao COMAER, comissões, grupos de trabalho, gerências de Projeto e outros correlatos, por intermédio da designação da Função Gerente de Catalogação, a fim de atuar como Órgão de assessoramento na elaboração e fiscalização do cumprimento das Cláusulas Contratuais de Catalogação (CCC), em temas de interesse do Comando da Aeronáutica;
- VI - propor ao Comando-Geral de Apoio a designação de representantes do COMAER junto ao SISMICAT;
- VII - facilitar a catalogação de itens produzidos pela Indústria Nacional;
- VIII - garantir a produção de informações logísticas confiáveis;
- IX - executar as atividades de COA, previstas na Norma de Sistema específica sobre catalogação, atuando como elo entre o SISCAE e o SISMICAT;
- X - divulgar e fomentar as atividades de catalogação no âmbito interno e externo do COMAER;
- XI - propor ao COMGAP normas, instruções e publicações técnicas ligadas às atividades de catalogação, no âmbito do COMAER;

XII - propor ao COMGAP ações de fomento à atividade de catalogação, no âmbito do COMAER;

XIII - propor ao COMGAP a ativação ou a desativação de agências de catalogação no âmbito do COMAER;

XIV - prestar assessoria à cadeia de comando apropriada, para propor a indicação ao Ministério da Defesa, de militares do COMAER para o cargo de Diretor do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA), bem como para compor seu efetivo; e

XV - manter atualizado o Banco de Dados do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS) com as informações provenientes do SISCAE.

#### **1.2.4.10 Competências da MTAB**

De acordo com o Regulamento da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção - ROCA 21-39/2006, aprovado pela Portaria nº 820/GC3, de 25 de agosto de 2006, compete ao MTAB:

I - prestar assessoramento à Força Aérea Paraguaia (FAP) nos aspectos técnicos, operacionais e administrativos, inerentes ao emprego e à logística, dentro de sua área de conhecimentos;

II - prestar assessoramento de ensino à FAP e, quando solicitado, às demais Forças Armadas Paraguias nos assuntos inerentes à sua área de conhecimentos; e

III - prestar assessoramento à Direção Nacional de Aeronáutica Civil (DINAC) nos aspectos técnicos, operacionais e de ensino, inerentes à área de Controle do Espaço Aéreo.

## 1.3 Organograma Funcional

Quadro A.1.3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)	I - assessorar o CMTAER no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;	Tenente- Brigadeiro do Ar Ailton dos Santos Pohlmann		01/01/2014 a 11/04/2014
	II - orientar e supervisionar a atividade de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos no COMAER e na Aviação Civil do Brasil;			
	III - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual.			
	IV - elaborar a Política Militar Aeronáutica, a Estratégia Militar da Aeronáutica e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, supervisionando o seu cumprimento;			
Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)	V - realizar estudos, planejar, orientar e supervisionar as ações relativas ao preparo da Força Aérea para o emprego, na paz e na guerra, de acordo com as diretrizes emanadas do Ministro de Estado da Defesa e do CMTAER;	Tenente- Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER)	11/04/2014 a 11/12/2014
	VI - formular os planejamentos plurianual e orçamentário do COMAER;			
	VII - formular diretrizes para o planejamento das ações militares a cargo do COMAER e supervisionar o seu cumprimento;			
	VIII - coordenar a elaboração dos Planos Setoriais do COMAER;			
	IX - supervisionar e coordenar as atividades que envolvam mais de um órgão de direção setorial;			
	X - orientar, emitir instruções normativas e supervisionar as atividades de inspeção no COMAER e executar as atividades de inspeção nos órgãos de direção setorial;			
	XI - supervisionar as ações de competência do COMAER, quando no atendimento às solicitações de órgãos governamentais;			
	XII - coordenar os assuntos que envolvam o Estado-Maior de Defesa e Secretarias do Ministério da Defesa, os Estados-Maiores da Armada e do Exército, bem como as Forças Armadas de outros países;			
	XIII - convocar representantes dos Comandos-Gerais, Departamentos ou da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica para participação em Grupos de Trabalho e para a prestação de assessoramento técnico-especializado;			
	XIV - estabelecer padrões de eficiência e indicadores gerenciais para as atividades desenvolvidas pelo COMAER;			

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)	XV - estabelecer as orientações gerais e instruções normativas aplicáveis às visitas de civis e estrangeiros às organizações do COMAER; e XVI - tratar dos assuntos afetos ao COMAER, no nível estratégico, por intermédio das respectivas Subchefias.	Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER)	11/12/2014 a 31/12/2014
Vice-Chefia do Estado-Maior da Aeronáutica (VICEMAER)	I - compete coordenar as atividades das Subchefias do EMAER. II - assessorar o CEMAER em todas as ações necessárias ao cumprimento do Programa de Trabalho Anual (PTA); III - coordenar com as Subchefias o trato eventual de assuntos atribuídos ao EMAER junto a órgãos externos à Aeronáutica; IV - coordenar a proposição e o acompanhamento de estudos e teses da sua área de competência e de interesse da Força, a serem realizados no âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e outras instituições; V - coordenar e controlar os representantes da Aeronáutica em Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos e demais atividades desenvolvidas fora do âmbito do COMAER; e VI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Conselho de Vice-Chefes (CONVICE).	Major-Brigadeiro do Ar Jeferson Domingues de Freitas	Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica	01/01/2014 a 31/12/2014
1ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (1SC)	I - assessorar o CEMAER nos assuntos referentes a recursos humanos, ensino, estrutura organizacional e assuntos jurídicos; II - analisar as propostas da Política de Pessoal e de Ensino e, após sua aprovação, acompanhar seu cumprimento; III - acompanhar, analisar e emitir parecer sobre assuntos relativos a Recursos Humanos, Ensino, Saúde, Recrutamento e Estrutura Organizacional do COMAER; IV - analisar os aspectos legais e, quando requerido, preparar Informações Jurídicas sobre processos do interesse do COMAER encaminhados à sua apreciação; e IV - manter a Segunda Subchefia informada sobre os assuntos relacionados à área internacional tramitados na Subchefia.	Brigadeiro do Ar Aldo Matsuhira Miyaguti	Chefe da 1ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica	01/01/2014 a 31/12/2014
2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (2SC)	I - assessorar o CEMAER nos assuntos referentes a Adidos Militares, Inteligência Estratégica, Sobrevôo, Acordos e Intercâmbios Internacionais e aos Sistemas de Cooperação Internacional; II - coordenar e controlar as atividades dos adidos aeronáuticos do Brasil no exterior e realizar a ligação com os adidos militares estrangeiros no âmbito do COMAER;	Brigadeiro do Ar Celestino Todesco	Chefe da 2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica	01/01/2014 a 08/04/2014

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (2SC)	<p>III - analisar, emitir parecer e acompanhar os assuntos relativos à Inteligência Estratégica no âmbito do COMAER;</p> <p>IV - processar as autorizações de voo e pouso de aeronaves militares e civis públicas brasileiras no exterior, das aeronaves militares e civis públicas estrangeiras no Brasil e de aerolevanteamento;</p> <p>V - coordenar a adoção de acordos internacionais multilaterais que envolvam o COMAER, e acompanhar o cumprimento dos compromissos decorrentes; e</p> <p>VI - analisar os assuntos relacionados à área internacional afetos ao EMAER.</p>	<p>Brigadeiro do Ar Aldo Matsuhira Miyaguti</p> <p>Brigadeiro do Ar Ricardo Reis Tavares</p>	<p>Chefe da 2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica</p>	<p>08/04/2014 a 31/07/2014</p> <p>31/07/2014 a 31/12/2014</p>
3ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (3SC)	<p>I - assessorar o CEMAER nos assuntos relativos às Operações Aéreas, à Doutrina de Emprego, ao Comando e Controle, à Guerra Eletrônica, Tecnologia da Informação, Segurança da Informação, ao Sensoriamento Remoto e aos Projetos Operacionais;</p> <p>II - estabelecer contatos com as Forças Armadas e demais instituições da administração pública federal no trato de assuntos de sua competência, respeitadas as áreas de atuação dos demais órgãos e entidades.</p> <p>III - acompanhar o planejamento e a execução das operações realizadas pela FAB e coordenar a participação desta nos exercícios com as demais Forças Singulares e com as Forças Armadas de outros países;</p> <p>IV - elaborar, anualmente, o Programa Básico de Exercícios de Campanha (PBECA) e o Programa Anual de Atividades Aéreas;</p> <p>V - coordenar a participação da FAB em apoio aéreo a órgãos externos ao COMAER;</p> <p>VI - analisar, em coordenação com os demais órgãos do COMAER e com o Ministério da Defesa, os assuntos relacionados com as doutrinas de emprego e promover a elaboração e a atualização dos documentos normativos correlatos;</p> <p>VII - coordenar com os demais órgãos do COMAER e com o Ministério da Defesa os assuntos relacionados com a Tecnologia da Informação e Segurança da Informação;</p> <p>VIII - elaborar a documentação legal referente ao fornecimento de apoio aéreo, apoio técnico-especializado ou intercâmbios, em sua área de competência;</p> <p>IX - propor e acompanhar a execução das políticas, estratégias e ações referentes ao Comando e Controle, à Guerra Eletrônica, à Tecnologia da Informação, à Segurança da Informação e ao Sensoriamento Remoto, no âmbito do COMAER;</p>	<p>Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara</p>	<p>Chefe da 3ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica</p>	<p>01/01/2014 a 08/04/2014</p>

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
3ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (3SC)	<p>X - coordenar, junto ao Órgão Central do Sistema e aos demais órgãos internos e externos ao COMAER, os assuntos relativos ao Controle do Espaço Aéreo, à Tecnologia da Informação e à Segurança da Informação submetido à apreciação do EMAER;</p> <p>XI - conduzir, no âmbito do COMAER, os assuntos relativos ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM);</p> <p>XII - identificar e analisar Necessidades Operacionais (NOP), elaborar Requisitos Operacionais (ROP) e coordenar a realização das fases e das subfases previstas na DCA 400-6 “Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica” e na DCA 7-4 “Ciclo de Vida dos Sistemas de Tecnologia da Informação”;</p> <p>XIII - realizar estudos referentes à necessidade de substituição e/ou aquisição de aeronaves e sistemas de armas em geral; e</p> <p>XIV - analisar os assuntos relacionados à aquisição de sistemas e materiais aeronáuticos e ao gerenciamento de projetos, e promover a elaboração e a atualização de diretrizes e documentos normativos correlatos.</p>	Brigadeiro do Ar Arnaldo Augusto do Amaral Neto	Chefe da 3ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica	08/04/2014 a 31/12/2014
4ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (4SC)	<p>I - supervisionar o cumprimento da política e coordenar os assuntos relativos à logística, nas funções logísticas Manutenção, Suprimento, Transporte e Engenharia, elaborar e acompanhar os padrões de eficiência e os parâmetros gerenciais das atividades de logística do COMAER e participar, como coordenador, nas fases do ciclo de vida de materiais no que concerne à sua implantação, utilização e desativação;</p> <p>II - supervisionar o cumprimento da política e coordenar os assuntos relativos ao Sistema de Mobilização da Aeronáutica e à mobilidade da Força Aérea Brasileira;</p> <p>III - supervisionar o cumprimento da política e coordenar os assuntos relativos à infraestrutura orgânica e ao patrimônio, no âmbito do COMAER, planejando e controlando a utilização dos recursos orçamentários de responsabilidade do EMAER;</p> <p>IV - acompanhar a política e, quando pertinente, analisar e emitir parecer nos assuntos relativos à Aviação Civil e aos assuntos relativos à Ciência e Tecnologia, no âmbito do COMAER;</p> <p>V - acompanhar e, quando pertinente, analisar e emitir parecer nos assuntos relacionados à política de meio ambiente; e</p> <p>VI - assessorar o CEMAER nos assuntos relativos à Logística, Mobilização Aeroespacial, Ciência e Tecnologia e Infraestrutura e Patrimônio.</p>	Brigadeiro do Ar Celestino Todesco	Chefe da 4ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica	01/01/2014 a 08/04/2014
		Brigadeiro do Ar Roberto Ferreira Pitrez		08/04/2014 a 31/12/2014

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
5ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (5SC)	<p>I - acompanhar a execução orçamentária dos Programas e Ações do Plano Plurianual (PPA);</p> <p>II - acompanhar a execução dos contratos contemplados no Plano Plurianual de Obras (PPO);</p> <p>III - supervisionar o recebimento e a descentralização de todos os recursos externos, recebidos pelo COMAER, a título de ressarcimento por serviços prestados;</p> <p>IV - elaborar a proposta e revisar o Plano Plurianual (PPA) do COMAER, coordenando as ações relativas ao mesmo;</p> <p>V - elaborar o orçamento anual do COMAER e o respectivo Plano de Ação; e</p> <p>VI - assessorar o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica nos assuntos referentes ao Planejamento Institucional, às políticas e estratégias afetas à Defesa Nacional, à elaboração orçamentária anual e o respectivo Plano de Ação, e à coordenação dos Programas e Ações do COMAER no Plano Plurianual do Governo Federal.</p>	Major Brigadeiro Int Vilmar Gargalhoni Corrêa	Chefe da 5ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica	01/01/2014 a 31/12/2014
6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (6SC)	<p>I - assessorar o CEMAER nos assuntos relativos ao Planejamento Estratégico Militar do Comando da Aeronáutica;</p> <p>II - coordenar, supervisionar e orientar a elaboração do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica;</p> <p>III - supervisionar as atividades de visita técnica na Aeronáutica;</p> <p>IV - estabelecer a Sistemática de Planejamento de Alto Nível do Comando da Aeronáutica;</p> <p>V - elaborar o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica e supervisionar o seu cumprimento; e</p> <p>VI - estudar e avaliar assuntos estratégicos de interesse do COMAER.</p>	Brigadeiro do Ar Adalberto Zavaroni  Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Alves Coutinho	Chefe da 6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica	01/01/2014 a 08/04/2014  08/04/2014 a 31/12/2014

Figura 01- Organograma do COMAER (www.fab.mil.br/organograma)

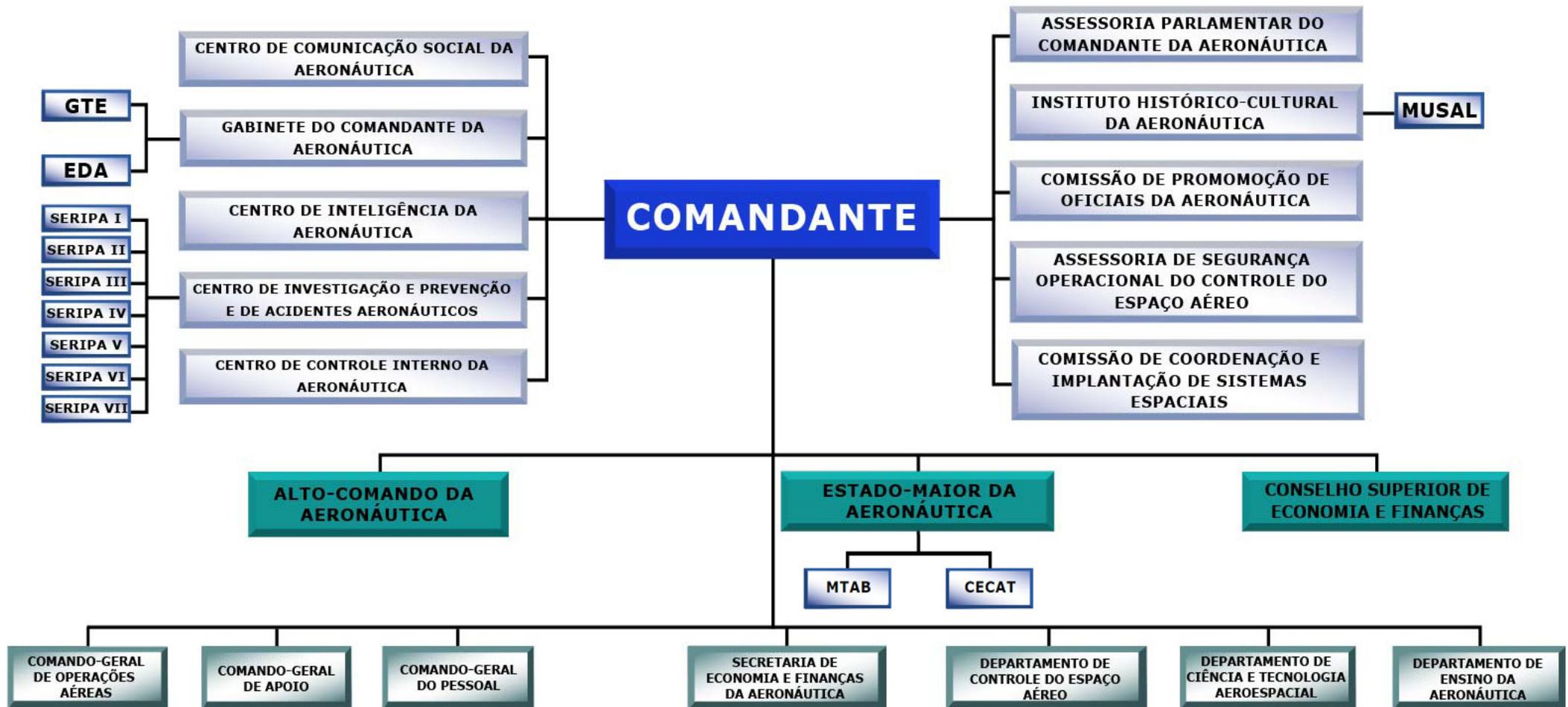
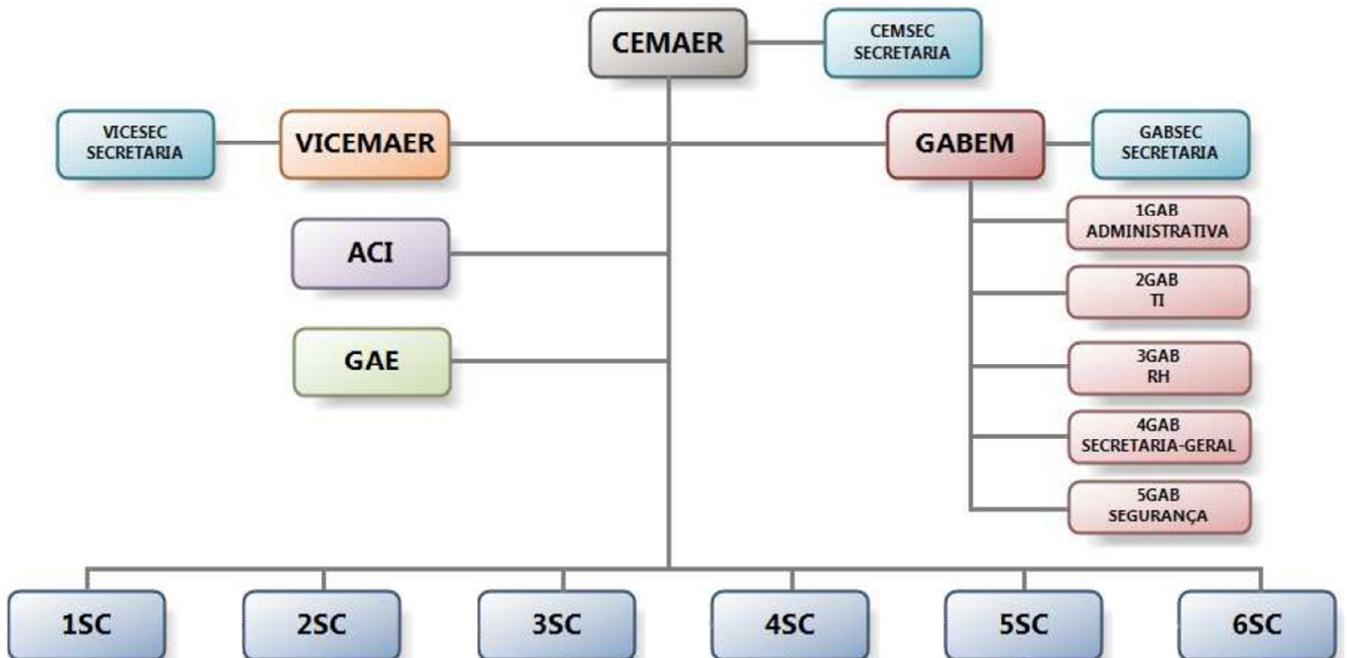


Figura 02- Organograma do EMAER



## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Planejamento Estratégico do COMAER	Estabelecer o Planejamento Estratégico do COMAER, conforme explicitado abaixo desse quadro.	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER)	Todas as organizações militares do Comando da Aeronáutica	6ª Subchefia do EMAER
Planejamento Orçamentário do COMAER	Elaborar o Orçamento do COMAER, conforme explicitado abaixo desse quadro.	Plano de Ação	Todas as organizações militares do Comando da Aeronáutica	5ª Subchefia do EMAER
Planejamento do Sistema de Inspeção do COMAER	Realizar as inspeções no COMAER de acordo com o Programa Anual de Inspeções.	Relatório de Inspeção	Todas as organizações militares do Comando da Aeronáutica	6ª Subchefia do EMAER

### 1.4.1 Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica tem por finalidade construir uma capacidade militar para compor o esforço principal da Defesa Nacional. Este planejamento estratégico, condicionado pela Política Militar de Defesa (PMD), pela Estratégia Militar de Defesa (EMiD) e pela Doutrina Militar de Defesa (DMD), é realizado separada e independentemente pela Aeronáutica e

formaliza-se em políticas, estratégias e planos estratégicos decorrentes, cujos cumprimentos resultam em configurações de forças militares aptas para o emprego.

Este planejamento constitui um processo contínuo que deve ser incorporado como prática regular da Instituição. Entendê-lo como processo é requisito para se obter êxito nessa atividade. As revisões e as avaliações periódicas farão do planejamento uma atividade aberta e flexível, capaz de direcionar com eficácia os esforços do COMAER.

A atividade de planejamento de alto nível do Comando da Aeronáutica encontra-se detalhada, em todas as suas fases, na DCA 11-1 - Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica – de 29 de julho de 2009.

O Planejamento Estratégico está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazos que afetam o desenvolvimento ou a viabilidade da organização. Aplicado isoladamente é insuficiente, pois não se trabalha apenas com ações estratégicas: é preciso que, no processo de planejamento estratégico, sejam elaborados de maneira integrada e articulada todos os Planos Setoriais da organização. O planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências, utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade.

Estes princípios são os principais critérios de avaliação da gestão. O quadro abaixo mostra a evolução do planejamento em fases, destacando as perspectivas estratégica, operacional e tática.

**Figura 03 - Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica**



Fonte: PEMAER

Dependendo da abrangência e do impacto que tem sobre a Instituição, o planejamento pode ser classificado em três níveis principais: Estratégico, Operacional e Tático.

O planejamento no nível estratégico é o processo de formulação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças ambientais utilizando os pontos fortes e eliminando os pontos fracos da organização para a consecução de sua missão. Integra as políticas, as estratégias, os objetivos, metas e projetos do COMAER. Neste nível de competência do EMAER, são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, análises e avaliações; com a formulação da Política, da Doutrina e da Estratégia; com a definição das diretrizes gerais; e com a elaboração da Missão da Aeronáutica, da Política Militar Aeronáutica (PMA), da Estratégia Militar da Aeronáutica (EMiAer) e do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica.

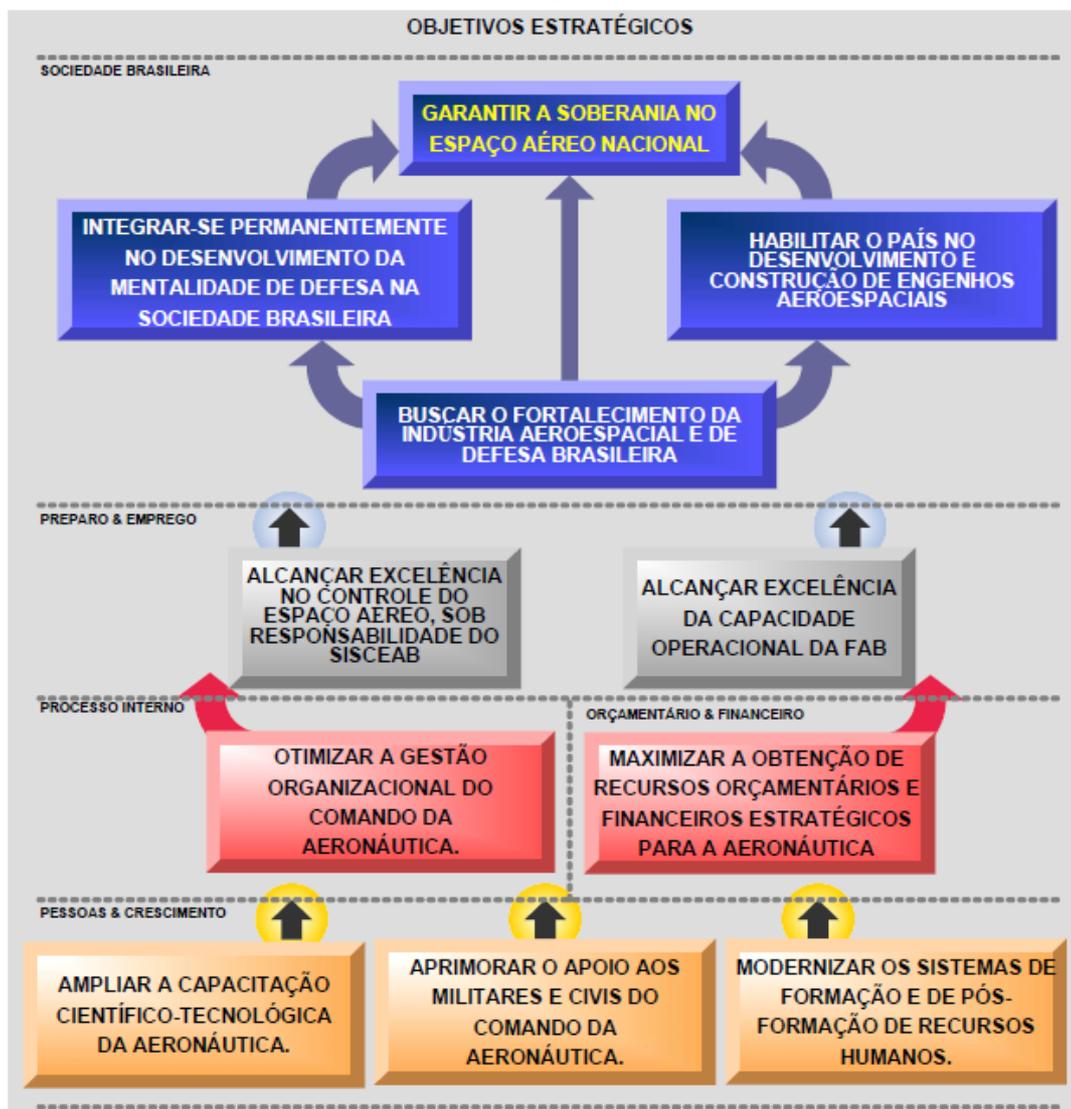
O planejamento no nível operacional visa ao cumprimento dos objetivos e diretrizes estabelecidas no nível estratégico, bem como dos objetivos, projetos e atividades setoriais. É nesse nível que as estratégias são desdobradas, permitindo a execução das tarefas decorrentes, tanto dos PE quanto dos setoriais. Nesse nível, sob a responsabilidade dos Órgãos de Direção Setorial e Assistência (ODSA), são realizadas as atividades relacionadas com a elaboração dos Planos Setoriais.

O nível tático, de responsabilidade das OM subordinadas aos Órgãos de Direção Setorial (ODS), é focado na confecção dos Programas de Trabalho e na execução das tarefas referentes aos Projetos e Atividades constantes do PEMAER e dos Planos Setoriais decorrentes.

Cabe ressaltar, que a hierarquização “Estratégico”, “Operacional” e “Tático”, utilizada neste relatório, segue os conceitos previstos no Planejamento do Emprego Militar. Porém, na documentação para o Planejamento da Administração Pública Federal, os níveis hierárquicos seguem uma sequência diferente, ou seja, “Estratégico”, “Tático” e “Operacional”.

O Mapa Estratégico (figura 04) é a forma gráfica de apresentar os objetivos estratégicos distribuídos por perspectivas e conectados através de relações de causa e efeito. Esta forma de apresentação permite uma melhor análise da estratégia do COMAER, explicitando e descrevendo o processo de transformação de ativos intangíveis em resultados concretos para a Sociedade Brasileira e, conseqüentemente, para a Nação.

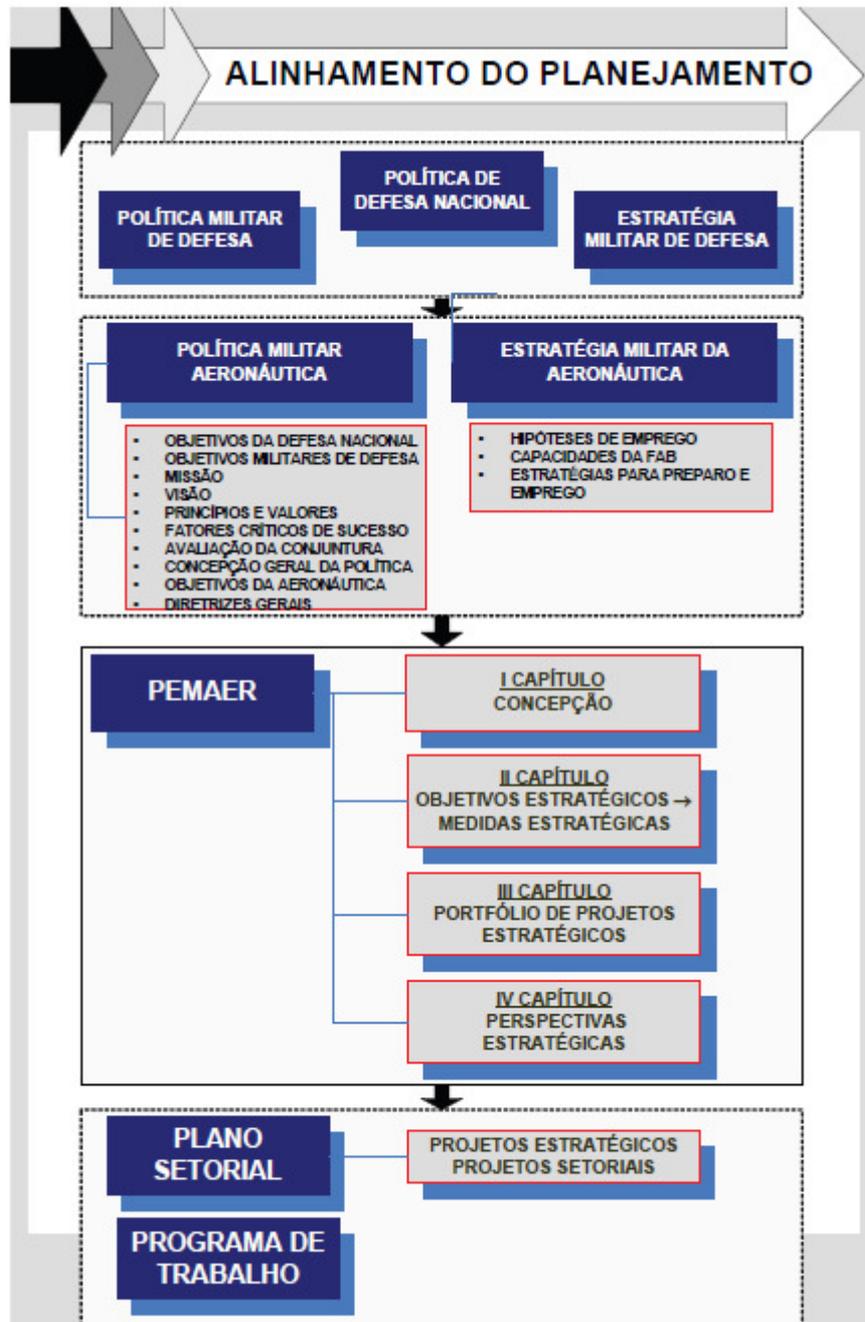
**Figura 04 - Mapa Estratégico**



Fonte: PEMAER

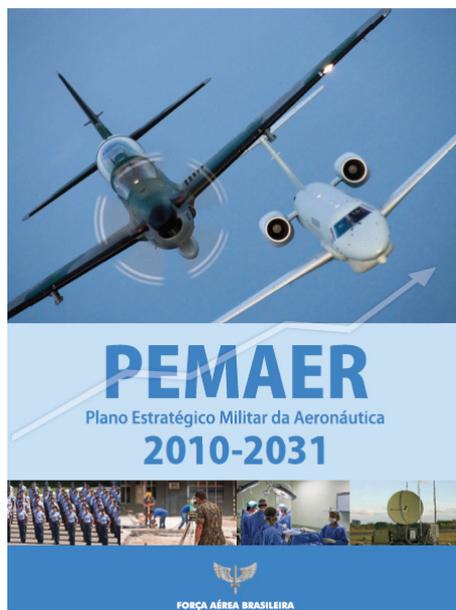
O quadro abaixo ilustra a forma como foi concebido, pelo Estado-Maior da Aeronáutica, o alinhamento do Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica.

Figura 05 - Alinhamento do Planejamento



Fonte: MCA 11-1/2008

Cabe ressaltar, que outras informações sobre o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER – 2010 – 2031, como a concepção, a política e a estratégia decorrentes, os projetos estratégicos e as perspectivas estratégicas, encontram-se na publicação do Estado-Maior da Aeronáutica no link (<http://issuu.com/portalfab/docs/pemaer>).



#### 1.4.2 Planejamento Orçamentário

A Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 170-2 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014, aprovada pela Portaria EMAER nº 01/SSC, de 15 de janeiro de 2013, e publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 018, de 25 de janeiro de 2013, contém os conceitos, procedimentos e instruções referentes ao processo de elaboração do orçamento do Comando da Aeronáutica para o Exercício Financeiro de 2014, considerando a nova estrutura programática instituída no Plano Plurianual 2012-2015, a revisão do Cadastro de Ações promovida pelo Governo em 2012, bem como a criação do Plano Orçamentário (PO), conforme as orientações emanadas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A coordenação desse processo, no âmbito do COMAER, cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica, ficando sob a responsabilidade da Quinta Subchefia a coleta e consolidação das necessidades de recursos orçamentários por intermédio do Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC).

O ponto de partida de todo o processo é o encaminhamento das necessidades de recursos creditícios, a cargo dos Órgãos responsáveis pela execução de Projetos/Atividades, via cadeia de comando, aos respectivos Agentes da Administração responsáveis por Ações/Planos Orçamentários, os quais registram as previsões de despesas no SIPLORC, seguindo o processo orçamentário, quando serão analisadas e consolidadas, no âmbito do EMAER, no documento denominado Pré-Proposta Orçamentária a ser enviado ao Ministério da Defesa.

Após o recebimento dos Limites Orçamentários estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para o Ministério da Defesa, esse órgão promove a realização de reuniões com representantes dos Comandos Militares, com vistas à deliberação dos limites orçamentários de cada Força e da Administração Central atinente àquela Pasta.

Definido o Limite Orçamentário para a Aeronáutica, o EMAER procede à adequação das necessidades, inicialmente delineadas, aos limites estipulados e insere, no Sistema Integrado de

Planejamento Orçamentário (SIOP), a Proposta Orçamentária do COMAER, para apreciação do MD e, posteriormente, envio à SOF, a qual consolida as propostas de todos os Órgãos e elabora o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

O Projeto de Lei Orçamentária Anual é encaminhado ao Congresso Nacional, onde Deputados e Senadores discutem, na Comissão Mista de Orçamento e Planos, a proposta enviada pelo Executivo, agregando as modificações que julgam pertinentes, por meio de Emendas e votam o Projeto de Lei. Depois de aprovado, o Projeto é sancionado pela Presidenta da República, transformando-se na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No COMAER, o mencionado processo culmina com a chancela do Comandante da Aeronáutica no Plano de Ação (PCA 11-44), documento esse que consolida e aloca todos os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para a Aeronáutica, após a publicação do Decreto da Programação Orçamentaria e Financeira.

Nesse cenário, o Processo Orçamentário reveste-se de alta relevância, porquanto, estando integrado ao Plano Plurianual, à Estratégia Nacional de Defesa (END), ao Plano de Articulação e Equipamento da Aeronáutica (PLAER) e ao Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, viabiliza a concretização dos anseios da Força Aérea, dando vida aos projetos e atividades desenvolvidas por todos os ODGSA.

Portanto, o EMAER, como Órgão de Direção-Geral, é responsável pelo planejamento, gestão e monitoramento do orçamento no COMAER, enfatizando a todos os Agentes da Administração envolvidos com o processo de elaboração orçamentário, a pertinência do zelo, bem como da precisão e tempestividade de suas atribuições.

Por meio dessa Estrutura de Planejamento Orçamentário, o COMAER tem elaborado o seu Orçamento com a situação fidedigna com as necessidades dos recursos crédito-financeiros compatíveis com o cumprimento da sua destinação constitucional.

### **1.4.3 Planejamento do Sistema de Inspeção do COMAER**

O Estado-Maior da Aeronáutica é o Órgão Central do Sistema de Inspeção do Comando da Aeronáutica, sendo o Chefe do EMAER o Inspetor-Geral do Comando da Aeronáutica, cujos encargos são desempenhados pela Sexta Subchefia.

A Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA) 121-2 - Inspeções do Estado-Maior da Aeronáutica, de 31 de janeiro de 2002, estabelece as orientações para a execução das atividades de inspeção nas organizações subordinadas ao EMAER, bem como nas inspeções realizadas em Comandos Gerais, Departamentos, Secretarias, Centros, Comissões e demais Organizações do COMAER.

### **1.4.4 Principal Parceiro**

Cabe ressaltar que o principal parceiro do EMAER é o Ministério da Defesa (MD), pois é por intermédio dele que todos os demais Órgãos Governamentais e Entidades da Sociedade Civil realizam suas respectivas solicitações.

Já em relação aos assuntos afetos à área de controle, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União (CGU) são os principais parceiros, principalmente através dos trabalhos conjuntos com o Centro de Controle Interno da Aeronáutica. Tendo em vista, que o CENCIAR, de acordo com o Art. 15A, da seção III, do anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, é a Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, a qual compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Comando da Aeronáutica. Além de, como Unidade Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sujeitar-se à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Comandante da Aeronáutica.

## 2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 2.1 Estrutura de Governança

Conforme o Referencial Básico de Governança do TCU – 2ª Versão/2014 (<http://www.tcu.gov.br/governanca>), a GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO é definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR E MONITORAR a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Sendo assim, os órgãos abaixo fazem parte da Estrutura de Governança do COMAER, como pode ser comprovado através das suas definições:

a) O Estado-Maior da Aeronáutica é o órgão responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Aérea, visando ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica.

b) O Alto-Comando da Aeronáutica é o órgão encarregado de assessorar o Comandante da Aeronáutica nas suas atribuições de direção e gestão da Força, cabendo também apreciar os assuntos de interesse do COMAER, elaborar as listas de escolhas para promoção aos postos de oficiais-generais da Aeronáutica e assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à Política Militar Aeronáutica.

c) O Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA) é o órgão que compete assessorar o Comandante da Aeronáutica na formulação das diretrizes econômico-financeiras e nos assuntos relacionados com execução, orçamento, administração financeira, contabilidade e controle interno.

d) O Centro de Controle Interno da Aeronáutica é Unidade Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, à qual compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Comando da Aeronáutica, empregando as técnicas de fiscalização e de auditoria, com vista à aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao COMAER.

e) O Conselho de Vice-Chefes (CONVICE) tem por finalidade assessorar o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica na apreciação de assuntos de natureza relevante e de interesse da Aeronáutica, bem como na coordenação dos estudos, programas e ações decorrentes.

O CONVICE tem a seguinte composição:

- a) Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
- b) Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Ar;
- c) Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal;
- d) Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio;
- e) Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
- f) Vice-Diretor do Departamento de Ensino da Aeronáutica;
- g) Vice-Diretor de Planejamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
- h) Subsecretário de Finanças da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica; e
- i) Chefe da Sexta Subchefia do EMAER.

As recomendações oriundas do CONVICE deverão ser apreciadas pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, que, em função da relevância e implicações das matérias, as submeterá às decisões do Comandante da Aeronáutica.

Dentro da Estrutura de Governança do COMAER, o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (COMTI), será apreciado mais detalhadamente no item 8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO deste Relatório.

Cabe ressaltar, que o EMAER, em 2014, coordenou o Levantamento de Capacidade de Governança Pública solicitado pelo TCU. O EMAER, assessorado pelo CENCIAR, reuniu-se com os Representantes dos Órgãos de Direção Setorial abaixo:

Departamento de Ensino da Aeronáutica,  
Comando-Geral de Apoio,  
Comando-Geral de Operações Aéreas,  
Comando-Geral do Pessoal,  
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial,  
Departamento de Controle do Espaço Aéreo; e  
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Possibilitando assim uma visão mais completa e atual do COMAER com relação aos inúmeros questionamentos do levantamento em pauta. Essa estrutura foi utilizada para elaboração do Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.

O EMAER, ciente da importância do tema, participou de vários eventos, tais como:

a) Seminário de Governança e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal – Perfil Boas Práticas. Ministrada pelo TCU no dia 15 de abril de 2014, em Brasília-DF; e

b) III Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa – ocorrido em Brasília-DF, nos dias 4 e 5 de novembro de 2014. Quando o Ministro-Presidente do TCU, Dr. João Augusto Ribeiro Nardes, ministrou a Palestra Governança na Administração Pública, e o Ministro do TCU, Dr. André Luis de Carvalho, ministrou a Palestra Avaliação e Monitoramento dos Projetos Estratégicos de Defesa.

---

---

## **2.2 Sistema de Correição**

---

---

### **2.2.1 Pessoal Civil**

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

### **2.2.2 Pessoal Militar**

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, da ativa, da reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

## 2.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<b>Análise crítica e comentários relevantes:</b>					
Este tema foi aprofundado no Levantamento de Capacidade de Governança Pública conforme comentado anteriormente no item 2.1 - Estrutura de Governança.					
Levantamento este que foi enviado eletronicamente ao TCU. Sendo assim, o quadro A.2.3 está alinhado com o referido levantamento.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

No Comando da Aeronáutica, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, há 45 anos, assume a função de projetar e preservar a imagem da Força Aérea Brasileira. São quatro décadas e meia revelando uma instituição que atua, sem interrupção, para o desenvolvimento nacional e para a manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro.

---

#### 3.1 Canais de Acesso do Cidadão

---

##### 3.1.1 Portal FAB

O sítio oficial da Força Aérea Brasileira na internet, acessado por meio do endereço [www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br), é o local onde estão reunidas informações sobre a instituição. Além de uma central de conteúdo, onde são disponibilizados diversos arquivos multimídia e publicações, é possível ainda ter acesso a notícias, notas oficiais, concursos e informações institucionais, em aderência à Lei de Acesso à Informação, facilitando ao máximo a prestação de contas ao cidadão. O sítio foi desenvolvido pelo Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, em conformidade com o Padrão de Identidade Digital do Poder Executivo proposto pelo Governo Federal.

No ano de 2014, foram 15.908.747 de visualizações da página, sendo mais acessados os links relativos às formas de ingresso na Força Aérea Brasileira.

##### 3.1.2 Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

A Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 e regulamentou o direito constitucional de acesso à informação. Toda pessoa física ou jurídica pode requerer as informações desejadas eletronicamente pelo site [www.acessoinformacao.gov.br](http://www.acessoinformacao.gov.br) ou, ainda, pessoalmente no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da FAB.

O SIC do Comando da Aeronáutica está disponível para atendimento, desde 16 de maio de 2012, no seguinte endereço:

Comando da Aeronáutica

Esplanada dos Ministérios - Bloco M - Térreo

Brasília – DF

CEP: 70.045-900

Horário de Funcionamento:

De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30min às 17h

Contatos:

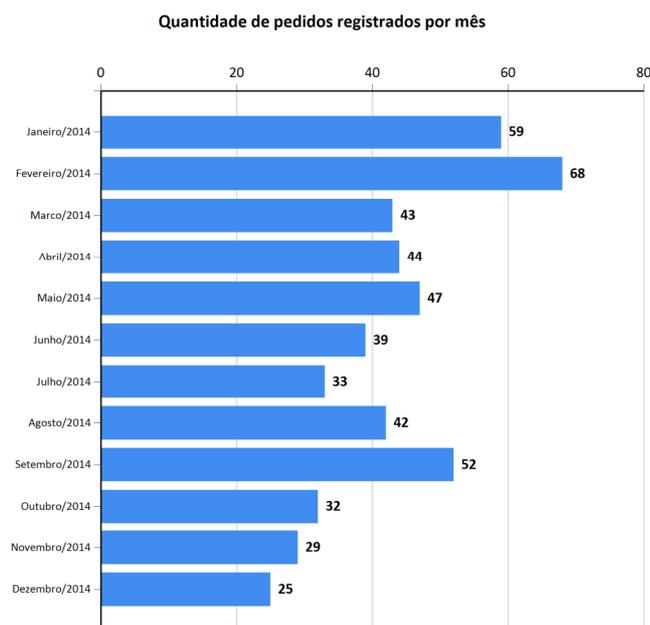
Telefone: +55 (61) 3966-9130 ou (61) 3966-9665

E-mail: [sicfab@fab.mil.br](mailto:sicfab@fab.mil.br)

Os formulários de pedidos de acesso à informação também se encontram disponíveis no endereço: [www.fab.mil.br/acessoinformacao](http://www.fab.mil.br/acessoinformacao).

Os dados estatísticos da atuação e desempenho do SIC da FAB encontram-se disponíveis no link: <http://www.acessoinformacao.gov.br> na aba “Relatórios Estatísticos”. No ano de 2014, totalizaram-se 513 pedidos de acesso à informação, com uma média mensal de 42,15 pedidos, sendo o mês de fevereiro aquele com maior quantidade de solicitações (68). Destaca-se, ainda, que 100% dos pedidos foram respondidos, sendo a maior parte (60%) com acesso concedido à informação solicitada, conforme os dados estatísticos abaixo. Durante o período avaliado não foi registrada nenhuma reclamação contra a Força Aérea Brasileira.

**Figura 06 - Quantidade de Pedidos de Acesso à Informação no Ano de 2014**

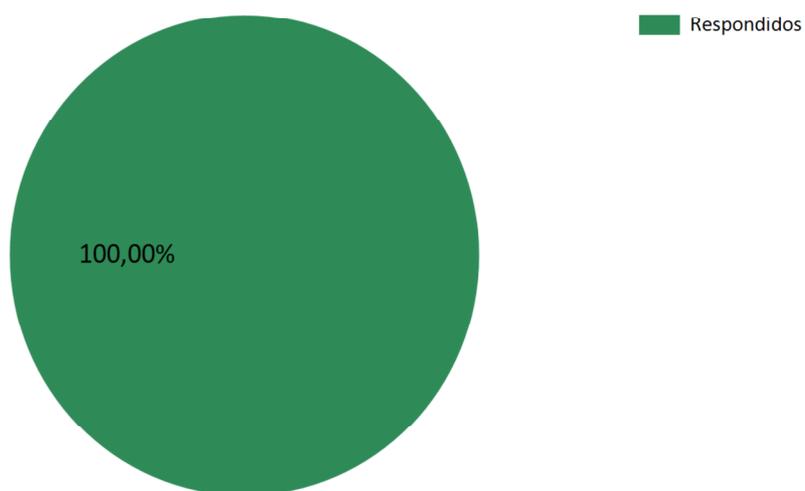


Fonte: <http://www.acessoainformacao.gov.br>

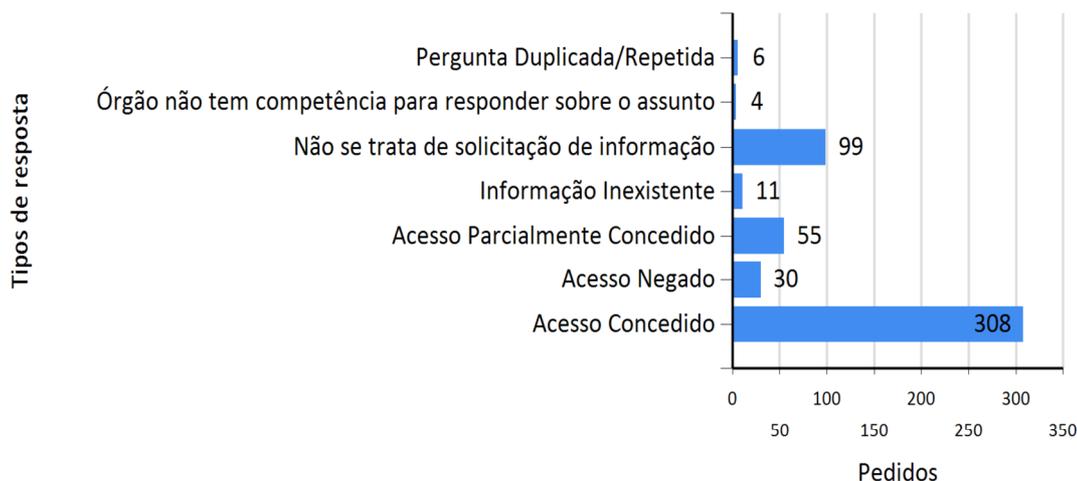
Quantidade de Pedidos: 513

Média Mensal de Pedidos: 42,75

**Situação dos pedidos de acesso à informação**



### Pedidos por tipo de resposta



#### 3.1.3 Fale Conosco

Por meio do e-mail [faleconosco@fab.mil.br](mailto:faleconosco@fab.mil.br), a Força Aérea Brasileira recebe solicitações relacionadas a diversas atividades, como formas de ingressos, aeronaves, denúncias e quaisquer dúvidas em geral relacionadas à Aeronáutica.

Nesse canal, o relacionamento com os cidadãos acontece por e-mail e, de imediato, as demandas são avaliadas e encaminhadas para os setores e órgãos mais indicados. Além disso, podem ser respondidas diretamente ao solicitante por meio telefônico. Se preferir, o usuário pode, ainda, enviar as solicitações diretamente pelo portal, na aba “contato”, disponível em [www.fab.mil.br/contato](http://www.fab.mil.br/contato). O prazo para atendimento é de até cinco dias úteis.

#### 3.1.4 Mídias Sociais

Entre os canais disponíveis de acesso do cidadão, as contas oficiais em redes sociais representam, hoje, a principal forma de relacionamento com o cidadão-internauta brasileiro. A Força Aérea Brasileira possui conta nas seguintes redes: facebook, twitter, instagram, youtube, flickr, Tumblr e na plataforma de blogs wordpress. Nelas procura-se focar na interação e diálogo, respondendo às dúvidas e acrescentando informações aos comentários dos usuários.

Em 2014, a *fanpage* oficial da FAB no facebook contou com a assinatura de 306 mil novos fãs, um crescimento de mais 300% em relação a 2013. Todos os dias são respondidas centenas de mensagens *inbox* (respostas diretas ao internauta) e comentários, esclarecendo dúvidas sobre concursos, equipamentos, atividades e operações realizadas pela FAB. São postados também assuntos pautados pelo calendário de datas e demandas da Agência de Notícias e Assessoria de Imprensa do CECOMSAER. Uma vez definida, a pauta é “personalizada” para cada mídia, sempre voltada para a experiência e expectativa dos usuários.

O Instagram, por sua vez, foi a rede social que mais cresceu em 2014, com 25 mil novos fãs. As postagens recebem uma média de 2 mil “curtidas” e, por vezes, uma centena de comentários. É comum, também, serem recebidas sugestões de fotos dos seguidores, tornando a interação ainda mais produtiva e significativa.

O Twitter é o canal de informações rápidas e curtas. Além da interação com os seguidores, utiliza-se para interagir com outras organizações, tanto entidades públicas quanto privadas, dependendo do teor e da pauta. Em 2014, esse canal cresceu 175%, com o acréscimo de 14 mil novos fãs.

O blog é o canal destinado a posts maiores com mais informações e detalhes, voltado para o entretenimento com linguagem mais leve e descontraída. A plataforma conta com um aplicativo de

comentários via facebook no final das postagens, incentivando os usuários a deixarem suas impressões e sugestões.

O Youtube é o canal onde são publicadas matérias jornalísticas, além de clipes e outros vídeos especiais de operações. Apesar de o foco ser a distribuição da informação audiovisual, os comentários gerados pelos usuários são monitorados e respondidos.

O Flickr é a rede social que possibilita amplo acesso a um banco de imagens da Força Aérea Brasileira. O conteúdo disponibilizado permite que os cidadãos acompanhem as atividades realizadas pela instituição, bem como utilizem as imagens para trabalhos, matérias jornalísticas, pesquisas, entre outros.

O Tumblr é uma mídia social que permite publicar um pacote completo: textos, áudios, vídeos, imagens, links, citações e até diálogos. Seu principal uso na Força Aérea Brasileira é dar suporte às outras redes sociais.

Todas essas ferramentas trabalham de forma integrada, possibilitando um discurso único da Instituição.

---

### **3.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

---

Instituída por meio do Decreto nº 6.932/2009, a Carta de Serviços ao Cidadão firma um compromisso sólido das Organizações Militares da Aeronáutica na prestação de um atendimento de qualidade, contribuindo para a simplificação na forma de acesso a esses serviços.

Em 2014, o Comando da Aeronáutica se mobilizou para que fosse confeccionada a Carta de Serviços ao Cidadão. O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica coordenou as atividades com a finalidade de reunir, em um documento único, todos os serviços prestados pelos Órgãos de Direção Geral e Setorial da FAB.

A Carta de Serviços ao Cidadão está disponível no Portal Oficial da Força Aérea Brasileira (FAB), no link <http://www.fab.mil.br/cartaServicoCidadao>.

---

### **3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços**

---

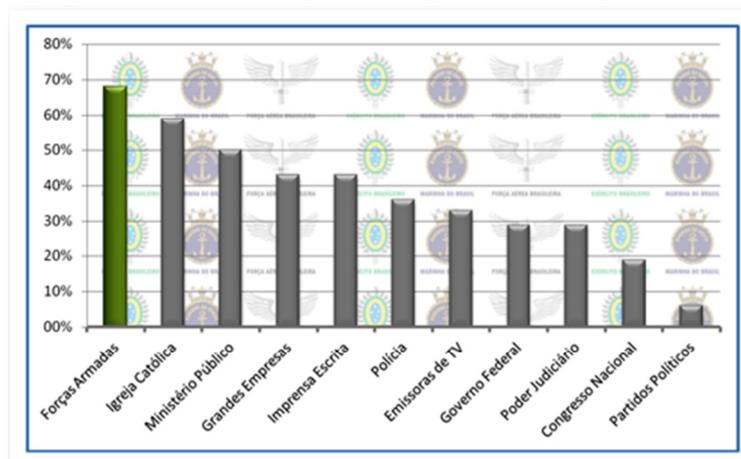
Atualmente, não possuímos mecanismos consolidados para avaliação sistemática da satisfação dos cidadãos usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação da Força Aérea Brasileira. Entretanto, quando julgado oportuno, a análise dos comportamentos e satisfação dos usuários é medida, especificamente, por intermédio das ferramentas disponibilizadas na internet, como o “Google Analytics” e “facebook insights”, utilizadas pelo Portal FAB e Facebook, respectivamente. Já o SIC possui um sistema (e-SIC), disponibilizado pelo Governo Federal, que permite avaliarmos a satisfação dos usuários, de maneira personalizada, conforme interesse do gestor e do cidadão.

Os resultados dos produtos e serviços oferecidos são analisados, periodicamente, pelo CECOMSAER, com o intuito de aprimoramento contínuo.

No primeiro trimestre de 2015, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou o resultado de uma pesquisa que identifica as Forças Armadas como instituição de maior credibilidade do País. Segundo a análise, as Forças Armadas possuem o maior índice de confiança entre as instituições públicas ou privadas do Brasil, com 68% de credibilidade.

Segue abaixo uma demonstração de pesquisa de satisfação feita no 2º e 3º trimestre de 2014, cuja Fonte é a Fundação Getúlio Vargas:

**Figura 07 - Demonstração de Pesquisa de Satisfação - 2014**



Fonte: Relatório da FGV ICJBrasil - 2º e 3º trimestres / 2014, disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618>

---

### 3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

---

Todas as informações sobre a atuação da Força Aérea Brasileira estão concentradas no sítio oficial da instituição [www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br). Destacam-se os conteúdos nas respectivas abas:

Área de imprensa – Notícias e notas oficiais;

Ingresso – Concursos e formas de ingresso;

Serviços – Carta de serviços ao cidadão;

A Força Aérea – contatos e endereços das organizações militares;

Transparência – registros de voos, licitações e contratos, auditorias e serviço de informações ao cidadão.

---

### 3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

---

Os produtos e serviços oferecidos aos cidadãos possuem mecanismos específicos de avaliação de desempenho, de acordo com o gerenciamento de cada Organização Militar. Entretanto, as reclamações, sugestões e elogios são concentrados no canal Fale Conosco, disponibilizado no sítio oficial [www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br). Já as solicitações de informações são concentradas pelo canal SIC-FAB. Ambos os canais possuem o compromisso de atender imediatamente as demandas da sociedade, cumprindo os prazos estabelecidos em lei, no caso do SIC, e em um prazo máximo de cinco dias para as demandas do canal Fale Conosco.

A satisfação dos usuários e desempenho dos referidos canais são analisados pelo CECOMSAER, com o intuito do constante aprimoramento e a otimização dos resultados.

---

---

### **3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade**

---

---

O Portal da Força Aérea Brasileira segue novo modelo de identidade digital padrão do Governo Federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para web.

Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (*World Content Accessibility Guide*) do W3C e, no caso do Governo Brasileiro, ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado às recomendações internacionais, mas estabelece padrões de comportamento para sites governamentais.

Cabe salientar que o Comando da Aeronáutica estabeleceu, por meio do Aviso Interno nº 01/GC4/10, de 30 de junho de 2008, orientações específicas acerca da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

## **4 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **4.1 Planejamento da Unidade**

No domínio da Defesa, as Forças Armadas são instituições estruturadas com sua missão definida na Constituição Federal, porém inseridas em um ambiente marcado por constantes transformações no campo político, estratégico, econômico, tecnológico e gerencial. Tal situação ensejou a elaboração do Planejamento Estratégico Militar, no nível das Forças Armadas, pelo Ministério da Defesa, que tem por finalidade construir uma capacidade militar de excelência, a fim de compor o esforço principal da Defesa Nacional.

Este planejamento estratégico, condicionado pela Política Militar de Defesa e pela Estratégia Nacional de Defesa, é realizado separadamente pelas três Forças Singulares, formalizando-se em políticas, estratégias e planos estratégicos decorrentes, cujos cumprimentos resultam em configurações de forças militares prontas para o emprego.

Em decorrência do desdobramento daquele planejamento, o Comando da Aeronáutica implementou o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, com horizonte temporal até o ano de 2031, que está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazos que afetam a direção ou a viabilidade da Instituição.

Planejamento estratégico é um processo contínuo e metódico que visa a reunir informações, tomar decisões, formular estratégias, estabelecer objetivos, elaborar planos e controlar resultados em confronto com os objetivos fixados, de modo que as organizações possam se adaptar às demandas do meio ambiente e às complexidades da administração moderna.

Cabe ressaltar, que o Plano Plurianual está intrinsecamente ligado a todo processo de planejamento. Nesse ensejo, o EMAER trabalhou na elaboração da Portaria nº 1.116/GC6, de 11 de julho de 2014, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 132, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo Planejamento, Gestão e Monitoramento dos Indicadores, Objetivos, Metas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativas constantes do Plano Plurianual, bem como pelo Planejamento, Gestão e Acompanhamento da execução orçamentária das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual e respectivos Planos Orçamentários, sob a responsabilidade do COMAER. Revogando-se assim, a Portaria nº 1.044/GC3, de 12 de junho de 2013.

“Manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria” – essa é a missão e a razão de ser da nossa Instituição. Ela reflete o papel do COMAER e está orientada pela destinação constitucional das Forças Armadas, por diplomas legais e por diretrizes do Comandante Supremo.

Portanto, a Missão da Aeronáutica deve ser o ponto de partida do processo de planejamento institucional, pois fundamenta as estratégias a serem adotadas, orienta os objetivos estratégicos que devem ser alcançados e assinala os programas, os projetos e as atividades nas quais os esforços devem ser concentrados.

#### **4.1.1 Principais Projetos Estratégicos**

Fruto dessa visão prospectiva, nos últimos anos, o COMAER, através do seu Planejamento, se dimensionou para alcançar patamares superiores em tecnologia, processos e doutrinas de emprego. Destarte, adquiriu e modernizou aeronaves, armamentos e sistemas, elevou os níveis de adestramento dos recursos humanos e adaptou a infraestrutura aeroespacial às necessidades operacionais da Força Aérea. Tudo isso com o objetivo de adequar os Meios de Força Aérea ao cumprimento de sua missão constitucional.

Dentre os projetos que incrementarão efetivamente nossas capacidades, merecem destaque os seguintes:

a) a aquisição dos Caças Gripen NG, que formarão a principal linha de defesa dos céus brasileiros, sendo que no dia 24 de outubro, um dia após o Dia do Aviador, a Força Aérea Brasileira assinou com a SAAB o contrato para a aquisição de 36 Caças Gripen NG, sendo 8 bipostos e 28 monopostos (a primeira aeronave deverá ser entregue em 2019 e a última em 2024); e

b) o desenvolvimento e produção da Aeronave KC-390 pela Embraer, maior e mais moderna aeronave produzida no Brasil, sendo que o KC-390 foi apresentado no dia 21 de outubro de 2014 na fábrica da Embraer, em Gavião Peixoto (SP).

Segue abaixo um resumo dos dois Projetos Estratégicos:

## Projeto F-X2



O Projeto F-X2 consiste da aquisição de aeronaves novas de caça de múltiplo emprego, simuladores de voo, logística inicial relacionada e armamentos necessários à operação da aeronave, bem como exige toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida e capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de 5ª geração.

Em 1995 foi iniciado o processo de compra de um caça que substituisse o Mirage III BR como aeronave de superioridade aérea. Tal processo, denominado Projeto F-XBR, foi cancelado em 2005 e reativado em 2008, com o nome de Projeto F-X2. Em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa, vislumbrou-se a oportunidade ao País de aproveitar o poder de compra decorrente e exigisse, por meio de atividades de transferência de tecnologia e cooperação industrial, o desenvolvimento da nossa indústria de defesa, especialmente no domínio das tecnologias necessárias para a produção de um caça de 5ª geração.

O passo inicial do projeto foi estabelecer uma lista reduzida de candidatos (do inglês “short-list”), a partir de um grupo identificado de empresas potenciais fornecedoras. As aeronaves selecionadas para a fase seguinte foram o Boeing F-18E/F, o Dassault Rafale F3 e o Saab Gripen NG.

O processo de seleção da aeronave F-X2 foi concluído em 18 de dezembro de 2013, com a divulgação da empresa sueca SAAB AB como a oferta mais vantajosa.

O Gripen NG é um modelo supersônico monomotor projetado para emprego em missões ar-ar, ar-mar e ar-solo, sob quaisquer condições meteorológicas, e desenvolvido para se adaptar à evolução das ameaças e exigências operacionais enfrentadas pelas modernas Forças Aéreas.

A versão brasileira, a ser desenvolvida em parceria com empresas locais, a partir do projeto original destinado à Força Aérea da Suécia, contará com modernos sistemas embarcados, radar de última geração e capacidade para empregar armamentos de fabricação nacional.

Dotada de um sistema de reabastecimento em voo, a aeronave será capaz de defender nosso espaço aéreo nos pontos mais remotos do Brasil. Tal característica, aliada ao desempenho da aeronave, possibilitará um expressivo ganho na capacidade operacional da FAB.

O Gripen NG integra um conjunto completo de sensores, com total flexibilidade de integração de armamento, podendo ser equipado com armas adquiridas de outros fornecedores no mundo.

## Projeto KC-X



O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para substituição das Aeronaves C-130 Hércules da Força Aérea Brasileira, fabricadas na década de setenta, e que, devido ao seu envelhecimento e à dificuldade de aquisição de suprimentos, apresentam baixa disponibilidade e alto custo de operação.

Argentina, Portugal e República Tcheca são parceiros no desenvolvimento e fabricação de parte da estrutura dessa aeronave.

A Aeronave KC-390 será capaz de operar em pistas não pavimentadas em qualquer local do planeta, como a Antártida, a Amazônia e o Pantanal. Seus sistemas de autodefesa a tornarão menos suscetível a ameaças em ambiente hostil. Deve constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade estratégica às Forças de Defesa do Brasil, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

Além das missões especificamente militares, o KC-390 permitirá ao Estado Brasileiro, através da FAB, promover as seguintes ações:

- Apoio a calamidades públicas no território nacional, como enchentes, desabamentos, incêndios, etc;
- Apoio e ajuda humanitária internacional, a países necessitados ou que sofreram calamidades públicas;
- Apoio de material e mantimentos e transporte de pessoal para a manutenção das ações Estado Brasileiro em regiões carentes;
- Apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na região amazônica;
- Apoio aos diversos órgãos do Estado Brasileiro, nas suas necessidades de transporte de material e pessoal, para a realização de missões de rotina, inspeções, vistorias, operações, monitoramento e projetos.

O desenvolvimento dessa nova aeronave posicionará o Brasil como protagonista entre os produtores de equipamentos de defesa no mundo, além de possibilitar exportações de um produto de alto valor agregado.

Convém ponderar, ainda, que o Brasil vem adotando uma política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa. Dessa forma, o desenvolvimento e industrialização do KC-390 vêm atender ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira, em consonância com a Política de Defesa Nacional e a Política Nacional da Indústria de Defesa.

### 4.1.2 Projetos Estratégicos PEMAER – Objetivo 0464 do PPA

Outros comentários sobre Projetos Estratégicos do PEMAER, relacionados ao Objetivo 0464 (Adequar os Meios Operacionais da Força Aérea Brasileira para Assegurar a Capacidade de Defesa Aeroespacial) do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, encontram-se no item 4.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.

### 4.1.3 Publicação CONSTRUINDO O FUTURO – Projetos Estratégicos da FAB

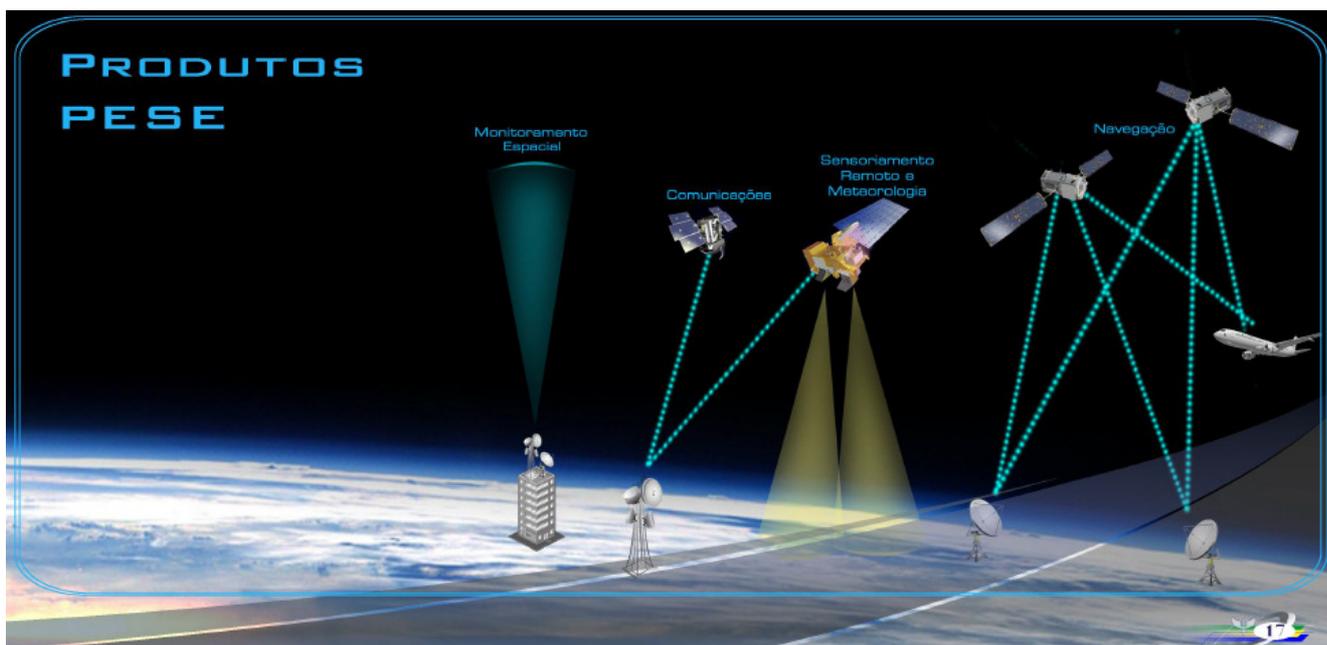


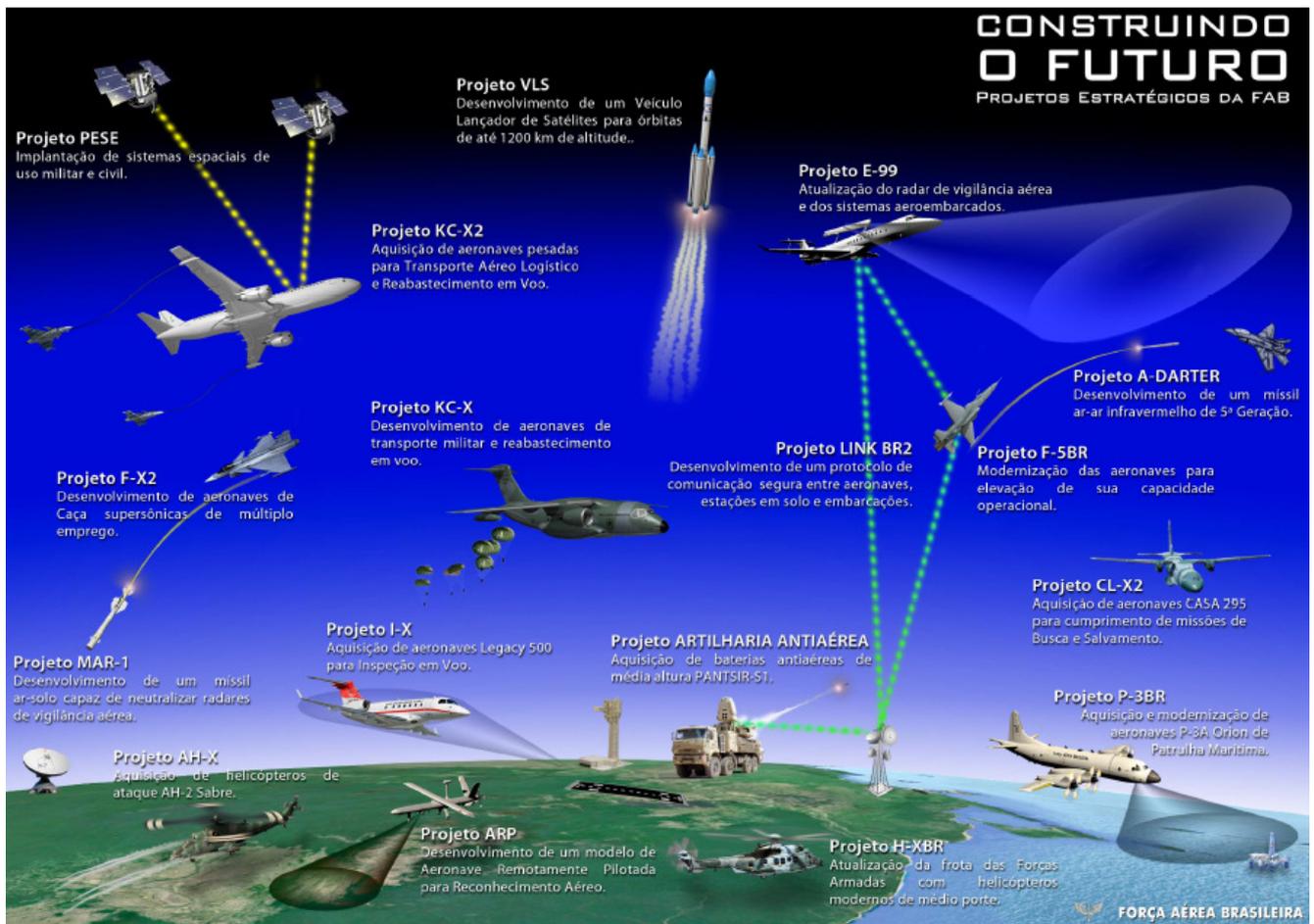
SUMÁRIO	
DIMENSÃO 22	PÁG 3
PROJETO FX-2	PÁG 4
PROJETO KD-X	PÁG 6
PROJETO E-99	PÁG 8
PROJETO F-5BR	PÁG 9
PROJETO AH-X	PÁG 10
PROJETO WXBR	PÁG 11
PROJETO KD-X2	PÁG 12
PROJETO P-3BR	PÁG 13
PROJETO CL-X2	PÁG 14
PROJETO I-X	PÁG 15
PROJETO PESE	PÁG 16
PROJETO VLS-1	PÁG 18
PROJETO LINK BR2	PÁG 20
PROJETO ARP-DESENVOLVIMENTO	PÁG 21
PROJETO MAR-1	PÁG 22
PROJETO A-DARTER	PÁG 23
PROJETO ARTILHARIA ANTIÁEREA	PÁG 24

O COMAER cômico da importância desse tema, para a Sociedade Brasileira, elaborou a publicação CONSTRUINDO O FUTURO – Projetos Estratégicos da FAB, que se encontra no Portal da FAB, no endereço <http://www.fab.mil.br/downloads>

Neste documento, o que se vê são iniciativas que farão a diferença na vida dos brasileiros e do Brasil. Por isso, é importante que cada cidadão conheça os projetos, as metas, e o resultado da atuação da Força Aérea. Os projetos FX-2, F-5BR, A-Darter, Link BR-2 e E-99, por exemplo, promovem significativo ganho na capacidade de Defesa Aérea. O projeto I-X contribui para garantir a eficiência dos auxílios à navegação, essenciais para a expansão da infraestrutura de suporte à aviação civil. Os projetos Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) e Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) vão tornar o Brasil protagonista no cenário espacial. Após a implementação do PESE, serão fornecidos vários produtos à sociedade, tais como: Comunicações, Sensoriamento Remoto, Meteorologia, Navegação e Monitoramento do Espaço. Essas demandas estimulam também o crescimento da Indústria Nacional de Defesa, gerando não apenas empregos, mas também conhecimento e desenvolvimento de tecnologia.

O que se espera para o futuro, que já está em construção, é uma Força Aérea dimensionada adequadamente para explorar suas características, atuando nas áreas de interesse, dispondo da capacidade para reagir oportunamente e utilizando seus meios com elevados níveis de prontidão e adestramento.





#### 4.1.4 Grandes Eventos - Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

Ainda com relação ao Planejamento, outro destaque, foi a Portaria EMAER nº 15/3SC, de 8 de abril de 2014, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 073, de 16 de abril de 2014, que institui a Assessoria de Grandes Eventos (AGE) com a finalidade de tratar da atuação do Comando da Aeronáutica nos Grandes Eventos.

Nesse documento, o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 14, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela portaria nº 756/GC3, de 19 de novembro de 2007, resolveu:

a) No art. 1º, criar, em caráter temporário, a Assessoria de Grandes Eventos (AGE), subordinada ao Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

b) No art. 2º, estabelecer, de acordo com o Decreto nº 7.682, de 28 de fevereiro de 2012, que altera o art. 5º do Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, as atividades dos Grandes Eventos como sendo:

- I - a Copa das Confederações FIFA de 2013;
- II - a Jornada Mundial da Juventude de 2013;
- III - a Copa do Mundo FIFA de 2014;
- IV - os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; e
- V - outros eventos designados pelo Presidente da República.

c) No art. 3º, definir que as atividades da AGE têm por finalidade:

I - assessorar o Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica no planejamento, na coordenação e no acompanhamento da execução das Ações do Comando da Aeronáutica (COMAER) nos Grandes Eventos;

II - participar dos estudos e das atividades complementares, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), em cooperação com outros órgãos públicos e privados, quando relacionados com os grandes eventos;

III - orientar e acompanhar a elaboração de projetos específicos para as ações de apoio aos Grandes Eventos atribuídas ao COMAER;

IV - estabelecer ligações e cooperar com a Assessoria Especial para Grandes Eventos do MD, visando facilitar a coordenação e a integração das ações de defesa, de segurança e/ou complementares a cargo do COMAER; e

V - acompanhar o planejamento e a execução dos recursos orçamentários específicos para o COMAER para a realização dos Grandes Eventos, com base no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do Governo Federal.

O advento da criação da Assessoria de Grandes Eventos demonstrou-se fundamental para que o COMAER alcançasse o sucesso no evento Copa do Mundo FIFA de 2014. Sucesso este reconhecido pelo Ministro da Defesa à época, Embaixador Celso Amorim, na Mensagem do Ministro da Defesa de 16 de julho de 2014 à Força Aérea Brasileira. Ressalta-se também, o reconhecimento pela FIFA, através do Ofício nº 2014/002.456, de 22 de julho de 2014, os dois documentos estão anexados a este relatório.

O EMAER tem a convicção que o trabalho realizado pela Assessoria de Grandes Eventos, com relação as ações de planejamento e acompanhamento, será fundamental para o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

---

## **4.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados**

---

As informações sobre as Ações da Lei Orçamentária Anual, cujos Agentes Responsáveis fazem parte do efetivo do Estado-Maior da Aeronáutica (conforme previsto na Portaria nº 1.116/GC6, de 11 de julho de 2014, publicada no BCA nº 132, de 16 de julho de 2014) e que foram lançadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), constam nos quadros a seguir.

Tais dados farão parte do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente ao Exercício 2014, como ocorreu nos Exercícios de 2012 e 2013 (<http://www.planejamento.gov.br>).

Destaca-se abaixo dois incisos do Art. 6º da Portaria nº 1.116/GC6, de 11 de julho de 2014:

Art. 6º O Agente Responsável por Ação da LOA e/ou PO tem por competências gerais:

II - gerenciar a execução orçamentária e físico-financeira das Ações e/ou PO sob sua responsabilidade, envidando esforços para identificar, avaliar e superar os fatos ou as circunstâncias que obstem o alcance dos resultados planejados.

VII - registrar no SIOP, segundo a programação e instruções expedidas pelo EMAER, as informações relativas ao acompanhamento da execução orçamentária e físico financeira da Ação e/ou PO sob sua responsabilidade, cujos subtítulos possuam produtos e metas físicas associados, em conformidade com os Manuais Técnicos do Sistema.

## 4.2.1 Objetivo

Quadro A.4.2.1 – Objetivo Fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.					
<b>Código</b>	0462	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
0149	Adestrar, anualmente, 28.000 militares.	Un	-----	7.907	22.157	-----
014B	Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio.	%	-----	36,86	61,28	-----
014D	Realizar 32 operações aéreas	Un	-----	11	47	-----

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.					
<b>Código</b>	0464	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
014I	Adquirir 45 aeronaves	Un	-----	9	18	-----
014N	Modernizar 20 aeronaves	%	-----	16	37	-----
03YK	Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.	%	-----	23,34	24,81	-----

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.					
<b>Código</b>	0971	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa			
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código</b>	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
03LJ	Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais	Un	-----	46	250	-----
03LK	Construir 5 instalações Militar	Un	-----	13	19	-----
03LL	Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG	Un	-----	0,25	0,80	-----
03S7	Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP	Un	-----	0	0	-----

## **4.2.2 Análise Situacional**

### **4.2.2.1 Objetivo 0462- Elevar a Capacidade Operativa da Força Aérea Brasileira para o Cumprimento de sua Destinação Constitucional, por meio do seu Preparo e Emprego.**

As linhas de ação da Força Aérea Brasileira voltadas ao seu preparo e emprego, propiciaram o aprimoramento tático-operacional de seu efetivo militar e civil, o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego e a elevação de sua capacidade operativa, contribuindo de forma decisiva para o cumprimento da destinação constitucional do Comando da Aeronáutica, sintetizada na “Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria”.

O Departamento de Ensino da Aeronáutica promoveu a formação, capacitação, aperfeiçoamento ou especialização de 18.969 alunos nas diversas áreas de interesse do COMAER, objetivando elevar a sua capacidade operativa, por meio das atividades de ensino voltadas ao emprego operacional e ao apoio, de modo a poder cumprir sua destinação constitucional. Entre os alunos formados destacam-se: 195 Aspirantes-a-Oficial pela Academia da Força Aérea (AFA); 349 Oficiais e Técnicos pelas demais Escolas do COMAER; 2.422 Sargentos de diversas especialidades pela Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR); e 529 alunos dos Cursos de Política e Estratégia da Aeronáutica (CPEA), de Comando e Estado-Maior (CEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP) e, também, daqueles ministrados pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR).

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica, por meio de seus Cursos de Graduação e de Pós-Graduação voltados à formação de engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do COMAER, do Ministério da Defesa e da Aviação em geral, realizou: nos Cursos Pós-Graduação *stricto sensu*, a colação de grau de 147 alunos, tendo sido diplomados 50 alunos de mestrado, 65 alunos de mestrado profissional e 32 alunos de doutorado; nos Cursos de Especialização *lato sensu*, 66 alunos, sendo 12 no curso de especialização em análise de ambiente eletromagnético e 54 no curso de especialização em segurança de aviação e aero navegabilidade continuada; e nos Cursos de Graduação em Engenharia (Eletrônica, Aeroespacial, Aeronáutica, Mecânica-Aeronáutica, Civil-Aeronáutica e Ciências da Computação), concluiu a formação de um total de 111 alunos.

Destacam-se os esforços para dar continuidade ao projeto de Expansão do ITA, que consiste em duplicar a oferta de vagas da Graduação e aumentar em 50% a oferta de vagas para a Pós-Graduação, que visa atender uma necessidade crescente de setores estratégicos do País que incluem Aeronáutica, Defesa, Espaço e Educação. Em 2014, o ITA recebeu a aprovação do Ministério da Educação para licitar a primeira obra da expansão, que compreende o prédio da Divisão de Ensino Fundamental. Um dos principais desafios será a contratação de cerca de 200 novos docentes qualificados nos próximos anos.

Em 2014, o COMAER proporcionou o necessário adestramento ao seu efetivo, em especial, por meio da realização das Operações Ágata 8 e BVR2/Sabre e dos Exercícios Operacionais Transportex 2014 e CSAR 2014. Destaca-se que o treinamento realizado com a Operação Ágata 8, que contou com a participação de 8.594 militares e a mobilização de 32 aeronaves, na qual o processo de comando e controle foi centralizado no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), quando foram realizadas missões de Defesa Aérea, de Transporte Aéreo Logístico e de Busca e Salvamento, entre outras, ao longo de toda a fronteira oeste.

Os militares da FAB também tiveram suas capacitações incrementadas por meio dos recursos alocados às Organizações Militares, para dar cumprimento aos Planos de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior, constituído por cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares e de logística de suprimento de aviação, entre outros. Para a manutenção da operacionalidade da FAB, foram realizadas as missões previstas nos Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

Além disso, foram atendidas as movimentações de pessoal por interesse do serviço, por meio da concessão de indenizações de transporte, e com mudança de sede, por meio da concessão de ajudas de custo, perfazendo um total de 18.507 militares, número cerca de 20% da meta prevista, dando pleno cumprimento ao Plano de Movimentação de Pessoal em 2014. De modo semelhante, foi concedido auxílio-fardamento a 18.809 militares, número cerca de 0,7% superior à meta prevista, em decorrência da promoção ou da permanência por mais de 03 anos no mesmo posto ou graduação (superior a terceiro-sargento).

No apoio à infraestrutura e logística necessária à manutenção da operacionalidade das OM da FAB, assegurou-se o funcionamento dos simuladores de voo, por meio de contratos de suporte logístico (CLS) e de manutenção corretiva de sistemas elétricos, concorrendo para a redução dos custos de operação (treinamento de pilotos em missões de instrução). Assim, foi provido o suporte a 14 simuladores de voo, permitindo o treinamento das equipes em procedimentos normais e de emergência; outros 07 equipamentos de simulação foram atendidos em 2014 com os Restos a Pagar (RAP) de 2013, e mais 06 serão atendidos ao longo de 2015 com o Restos a Pagar de 2014. Também foi possível atender as demandas de manutenção e viabilizar a operação dos 05 estandes de tiro e campo de provas da FAB, bem como realizar 63 manutenções em material bélico e mais 32 com o RAP de 2013, por meio da manutenção de engenharia e de equipamentos, e do suprimento de materiais (coletes balísticos, munições, bombas, etc), possibilitando assegurar a formação e o adestramento de tripulantes, do contingente terrestre e das equipes de tiro desportivo, e a manutenção da reserva de guerra (aérea e terrestre) e da capacidade de controle de distúrbios civis.

Manteve-se a operacionalidade de 40 Organizações Militares, por meio do fornecimento de materiais, equipamentos e viaturas, da manutenção e conservação das instalações de apoio e da infraestrutura necessárias ao suporte das atividades de segurança e prevenção contra-incêndio, bem como do adestramento do pessoal.

No tocante ao suprimento de material de intendência, conseguiu-se manter a operacionalidade de 235 OM, por meio das 57 Unidades Apoiadoras existentes, procedendo-se ao fornecimento de material (roupa de cama, copa e cozinha, armários, camas, etc) e à manutenção de equipamentos afetos às atividades de apoio ao homem.

Alcançou-se a meta de manter o nível de estoque de fardamento destinado à distribuição gratuita suficiente para atender a 03 anos de demanda. Atendeu-se, ainda, as necessidades de fardamento de todo o efetivo de alunos e cadetes e de cabos, taifeiros e soldados, bem como de Uniforme para Atividade Aérea para os tripulantes. Destaca-se ainda a conclusão da reforma de um Laboratório de Ensaios, para a realização de testes em itens de fardamento, com o alcance de diversas certificações de qualidade.

O COMAER conseguiu disponibilizar a venda de fardamento reembolsável aos oficiais e sargentos da ativa, por meio do Sistema de Fardamento Reembolsável (SIFARE); por meio do planejamento, aquisição e suprimento de itens de fardamento aos 29 Postos Regionais de Venda de Fardamento Reembolsável (PRVF) distribuídos pelo território nacional, atendeu as demandas de um total de 13.241 militares ao longo de 2014.

O atendimento às necessidades de manutenção das viaturas destinadas ao transporte logístico (modal terrestre) proporcionou bons níveis de disponibilidade em 2014, tendo sido transportadas 4.969 toneladas de materiais de diversas classes (aeronáutico, de saúde, de controle do espaço aéreo, etc). Assim, a meta prevista foi superada, contribuindo significativamente para a manutenção da operacionalidade da frota de aeronaves, graças a uma gestão focada no melhor aproveitamento das missões planejadas e da utilização da carga útil de cada viatura e a destaques de créditos recebidos.

Quanto à logística diretamente voltada ao apoio da atividade aérea, o adequado planejamento de aquisição de itens, equipamentos e contratação de serviços para manter as aeronaves da FAB disponibilizadas, permitiu que se alcançasse a média diária de 244 aeronaves disponíveis, o que possibilitou perfazer um total de 151.310:20 horas voadas, cerca de 97,62% do esforço aéreo planejado

de 155.000 horas para 2014.

Para o alcance de tais resultados, procedeu-se a aquisição de 125.464 m<sup>3</sup> de combustíveis de aviação, bem como a obtenção e manutenção de equipamentos e instalações necessários ao recebimento, estocagem, conservação de combustíveis e lubrificantes de aviação. Celebrou-se, ainda, contratos com várias empresas para assegurar o fornecimento de combustíveis de aviação em todo o Território Nacional para os próximos 05 anos.

Em 2014, manteve-se a estratégia de celebrar contratos com empresas privadas visando a melhoria na disponibilidade de alguns projetos (contratos pagos por hora de voo), face à carência do efetivo de mantenedores, bem como de otimização dos processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos e peças. Foi priorizada a recuperação e manutenção das aeronaves F-5, atual vetor responsável pela defesa do espaço aéreo, devido à desativação dos caças F-2000 (Mirage) e ao fato do Projeto F-X2 estar em sua fase inicial.

Merece destaque o esforço logístico que manteve a disponibilidade da frota de aeronaves para superar as mais de 151 mil horas voadas em 2014, bem como para garantir a operacionalidade das OM do COMAER e de seus respectivos efetivos militares, em um cenário de dificuldades orçamentárias causado, especialmente, pela necessidade da FAB manter fortes investimentos no desenvolvimento, aquisição e modernização de aeronaves essenciais para o cumprimento de sua missão constitucional.

#### **Meta: Adestrar, anualmente, 28.000 militares.**

A Força Aérea Brasileira, de 2012 a 2014, proporcionou adestramento em diversas áreas de atuação. Em 2012, realizou as Operações Ágata 4, 5 e 6, Operação Cruzex C2, Operação Amazônia e FAEX XII. Na Ágata 4, cumpriu missões de Transporte Aéreo Logístico, Reconhecimento, Patrulha Marítima, Ataque ao Solo e Busca e Resgate. Na Ágata 5 atuou em ações militares e apoio aos órgãos governamentais e à população da região. A Ágata 6 visou coibir atividades ilícitas na região de fronteira do Brasil com o Peru. A Cruzex C2 foi uma guerra aérea simulada na América Latina, envolvendo 12 países, como se estivessem atuando em uma coalizão do modelo empregado pela OTAN. Na Operação Amazônia, foi testado um novo formato de Comando e Controle, permitindo que cada cidade-sede dos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo tivesse um Centro de Operações Aéreas Local. Na FAEX XII foi possível o treinamento conjunto das Aviações de Caça, Reconhecimento, Patrulha, Asas Rotativas, Busca e Resgate e o Esquadrão de Operações Especiais. Em 2013, proporcionou adestramento por meio da Operação Ágata 7, Operação Combinada Laçador, “Cruzex Flight 2013” e Reuniões de Aviação Operacional. A Ágata 7 foi uma operação em conjunto com o Ministério da Justiça e demais Forças Singulares no combate a crimes de fronteira.

A Operação Combinada Laçador teve por objetivo preparar as três Forças Armadas para atuarem de forma coordenada e eficaz. A “Cruzex Flight 2013” foi um Exercício de Guerra Aérea Simulada. Foi treinado combate aéreo, reabastecimento em voo e navegação à baixa altura, dentre outros. Em 2014, proporcionou adestramento por meio da Operação Ágata 8, Operação BVR2/Sabre, Exercício Operacional Transportex 2014 e Exercício Operacional CSAR 2014. Na Operação Ágata 8, um dos eixos de defesa para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, a FAB centralizou o processo de comando e controle no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, em Brasília. Na Operação BVR2/Sabre foram realizadas missões de Controle e Alarme em Voo e Reabastecimento em Voo, dentre outros. No Exercício Operacional Transportex 2014 foi treinado o lançamento de material com a utilização de óculos de visão noturna, teste dos sistemas de autodefesa das aeronaves C-130 e C-105, missões de reabastecimento em voo e lançamento de paraquedistas. No Exercício Operacional CSAR 2014 foi realizado o treinamento do uso de óculos de visão noturna, ataques simulados e resgates. De 2012 a 2014 foram realizadas Reuniões de Aviação Operacional, como, por exemplo, as Reuniões da Aviação de Asas Rotativas, Reuniões da Aviação de Transporte, Reuniões de Aviação de Patrulha e a Reuniões da Aviação de Caça, cujo objetivo principal foi o intercâmbio de informações operacionais e

atualização doutrinária.

De 2012 a 2014, militares da FAB tiveram suas capacitações incrementadas por meio dos Planos de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares e logística de suprimento de aviação. Para a manutenção da operacionalidade da FAB, de 2012 a 2014, foram realizadas missões previstas nos Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

De 2012 a 2014, a FAB realizou treinamentos em simuladores de voo no Brasil, permitindo a preparação de tripulações para atuarem tanto em situações normais como em emergências.

Os principais fatores que dificultaram o alcance das realizações, no ano 2014, foram contingenciamento inicial, os cortes e o bloqueio de crédito para remanejamento, resultando na reprogramação da meta. Os arranjos de gestão mais relevantes foram a coordenação com Órgãos de Direção Setorial para o planejamento das missões previstas no PLAMTAX e no PLAMENS.

As principais realizações previstas para os próximos períodos são as missões do PLAMTAX, missões do PLAMENS, Manobras Operacionais e Treinamentos em Simulador de Voo no País. Observação: No ano 2012, o critério de mensuração utilizado considerou todos os militares adestrados, diretamente e indiretamente, totalizando 55.040 militares. A partir do ano 2013, o critério de mensuração foi modificado para considerar somente os militares diretamente adestrados. Neste novo critério, a meta do PPA totalizou 22.157 militares de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

### **Meta: Realizar 32 operações aéreas**

No segundo semestre de 2014, a FAB realizou 4 (quatro) Operações Aéreas: Salitre (Chile); Amazônia; AVAOP H-XBR (VIP); e Tangará I (Foguete de Treinamento). Dessa forma, no que se refere ao Preparo e Emprego Técnico-Operacional da Força Aérea, ocorreram 11 Operações aéreas em 2014, sendo as Operações Cooperación III, Salitre Amazônia, PATNAV Atlântico, Porteira Fechada, ÁGATA 8, Copa do Mundo, Lança 2014 Fase I e II e AVOP H-XBR, ligadas ao emprego de meios aéreos e as operações Águia 2014 fase I e II e Tangará I, ligadas à atividade espacial. Uma operação considerada de grande relevância para a Nação Brasileira foi a AGATA 8. Instruída por meio do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), criado por decreto presidencial em junho de 2011, a mesma foi realizada em maio de 2014, a qual mobilizou 32 aeronaves da FAB ao longo de toda extensão da fronteira brasileira oeste. A FAB participou com 8.594 militares, incluindo aviões de caça, transporte, Asas Rotativas e Reconhecimento. As Aeronaves de Reconhecimento levantaram dados, de acordo com as necessidades de diversas organizações da administração pública, em busca de ilícitos como o desmatamento, garimpo ilegal, narcotráfico e contrabando. Além de combater os crimes na região de fronteira, a Força Aérea também levou saúde para comunidades isoladas. Equipes de médicos, dentistas e auxiliares de enfermagem foram até locais remotos para realizar atendimento. O Exercício Cooperación III, ocorrido nas cidades de Lima e Pisco - Peru, faz parte do ciclo SICOFAA 2013/2014 (Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas) e teve por objetivo Adestrar os integrantes do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA) nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações militares de não-guerra com envolvimento de forças multinacionais. Visou também comprovar a efetividade do processo de planejamento e procedimentos previstos no Manual de Operações Combinadas de Apoio Humanitário e Desastres do SICOFAA.

A Operação Copa do Mundo teve o objetivo de realizar a Vigilância e o Policiamento do Espaço Aéreo (Ações de Defesa Aeroespacial), bem como o Controle do Espaço Aéreo, por intermédio dos respectivos órgãos operacionais, em coordenação com os demais órgãos envolvidos, durante o período considerado, a fim de garantir a incolumidade física dos participantes do evento,

contra tráfegos aéreos não identificados e considerados suspeitos. Ainda neste ano, a Força Aérea Brasileira foi empregada em missões de apoio logístico utilizando seu esforço aéreo em prol das seguintes atividades: Operação São Francisco, no complexo da Maré Garantia da Lei e da Ordem (GLO); Operação Humaitá (GLO); Operação Imperatriz (GLO); Operação de Desintrusão da Terra Indígena AWÁ-GUAJÁ (GLO); Operação de Desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsedé (GLO); Operação Ilhéus (GLO); Operação Bahia II (GLO); Operação Pernambuco (GLO); e Operação BRICS (Defesa Aérea). 28º e 29º Edições dos Expedicionários da Saúde; Programa Mais Médicos do Governo Federal; Eleições 2014, 1º e 2º turnos; ENEM; ENADE; Combate ao Incêndio ocorrido no Chile; Enchentes no Espírito Santo, Acre, Amazonas e Rondônia; Rodízio das tropas e à logística do Contingentes Brasileiros no Haiti e no Líbano; Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); e Projeto Calha Norte.

Para o ano de 2015 estão previstas as seguintes Operações Aéreas para o preparo o emprego da Força, específicas para a atividade aérea militar: ÁGATA (9, 10 e 11); ATLÂNTICO IV; CENTRO-OESTE; PORTEIRA FECHADA; PATNAV ATLÂNTICO; REAL THAW; AIR MOBILITY RODEO; ANGEL DE LOS ANDES; PANAMAX; PERBRA; COLBRA; AVOP HX-BR; AVOP VH-36; CRUPIÊ; MORCEGO 2015; SIGMA; CARCARÁ 2015; TCA 01; ARCANJO 2015; e ESPECTRO 2015. As Operações Aéreas de preparo e emprego, voltadas para a atividade espacial para 2015 são: ÁGUA 2015; TANGARÁ 2015; MUTITI; e SÃO LOURENÇO.

É pertinente esclarecer que em 2012, quando foi estabelecida a Meta de 32 Operações, a FAB computava apenas as Operações Aéreas de preparo e emprego da Força que estavam focadas na atividade aérea militar, sendo que a média anual era de 8 Operações Aéreas. Consequentemente, em quatro anos teríamos as 32 Operações Aéreas. Entretanto, não foram consideradas na época, para fins de cômputo de preparo e emprego, as operações aéreas ligadas à área Espacial. A partir de 2013, as operações aéreas ligadas à área espacial da Força passaram a ser consideradas para fins de preparo e emprego, em face de sua importância estratégica para a FAB e para o País, prevista inclusive na Estratégia Nacional de Defesa. Assim, o que aparentemente possa parecer um aumento significativo das Operações Aéreas, em verdade, o que houve foi o cômputo das Operações Aéreas associadas à atividade espacial, as quais até 2012 não eram consideradas.

#### **4.2.2.2 Objetivo 0464 - Adequar os meios Operacionais da Força Aérea Brasileira para Assegurar a Capacidade de Defesa Aeroespacial.**

O Comando da Aeronáutica vem promovendo a adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira, retratada por meio do Objetivo ora analisado, para assegurar a defesa aeroespacial do País e, assim, cumprir sua destinação constitucional, sintetizada na “Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria”.

A modernização e a aquisição de aeronaves de combate, transporte e patrulha, de helicópteros e de aeronaves remotamente pilotadas (ARP), mais conhecidas por veículo aéreo não tripulado (VANT), são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa e estão presentes nos planejamentos de mais alto nível elaborados pelo COMAER, inclusive, guardando relação direta com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica e o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED).

Nesse contexto e considerando o planejamento definido para os grandes projetos do COMAER, é importante destacar que no primeiro semestre de 2014:

a) foi recebida 01 (uma) nova ARP (ou VANT), modelo Hermes 900, adquirida junto à empresa AEL Systems S.A, cujo contrato também inclui o suporte logístico e a garantia de um ano do equipamento;

b) foi entregue e recebida uma aeronave de patrulha P-3BR, a última do Projeto, modernizada pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S. A., perfazendo um total de 09 aeronaves entregues à

FAB desde 2011; também foi procedido o recebimento de etapas contratuais referentes aos materiais AGE (*Aeronautical Ground Equipament*) e IPL (Initial Provisioning List), à Assistência Técnica, à Garantia Estendida, aos motores spare 5 e 6, e às etapas referentes ao Fundo de Revitalização, bem como celebrada a assinatura do 8º Termo Aditivo (TA), transferindo o pagamento de etapas contratuais do Exercício de 2014 para o de 2015; estima-se, para o ano de 2015, a conclusão do recebimento e pagamento de etapas contratuais, conforme ajustado pelo 8º TA, entre elas, a de Assistência Técnica e de Garantia Estendida;

c) foram recebidas 12 aeronaves de transporte de carga e tropa modernizadas do Projeto C-95 Bandeirante, de um total de 14 aeronaves inicialmente previstas para 2014; ao longo do ano de 2015, último ano do Projeto C-95, existe a previsão contratual de recebimento de mais 09 aeronaves C-95 (muito utilizadas em missões ACISO – Ação Cívico-Social, especialmente nas regiões amazônica e do Pantanal) e oito aeronaves P-95 (de emprego na aviação de patrulha marítima, busca e resgate), todas modernizadas, bem como a entrega de dois conjuntos de aviônicos (B-Kit);

d) no tocante ao Projeto H-XBR, que prevê a aquisição, junto ao consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER, de 50 helicópteros de porte médio e emprego geral H-36 (EC-725), sendo 16 unidades destinadas a cada uma das Forças Singulares e 02 unidades, na configuração VIP, ao atendimento de missões da Presidência da República, as principais realizações no período foram: o recebimento de 07 (sete) helicópteros, acompanhados de suporte logístico inicial e demais etapas contratuais, bem como a renegociação do 3º Termo Aditivo (TA) do Contrato de Aquisição 008/CTA-SDDP/2008, do 3º TA do Acordo de Cooperação 001/CTA-SDDP/2008, e do 3º TA do Contrato de Suporte Logístico (019/SDDP-COPAC/2011); desta forma, ao longo do PPA 2012-2015, recebeu-se um total de 12 helicópteros EC-725, sendo três para uso da FAB, quatro do Exército, três da Marinha e dois VIP (operados pela FAB); importante registrar, ainda, que outras três aeronaves EC-725 foram entregues em 2011, sendo destinada uma para cada Força Singular, perfazendo 15 helicópteros entregues desde o início do Projeto;

e) em relação ao Projeto FX-2, que prevê a compra de aeronaves de combate destinadas à garantia da superioridade aérea, o COMAER celebrou a assinatura do contrato de aquisição do caça modelo Gripen NG, de fabricação sueca, com a empresa SAAB e a EMBRAER, bem como do contrato de compensação comercial, em outubro de 2014, sendo o início de sua eficácia prevista para meados de 2015; ainda encontram-se em negociação os contratos relativos à aquisição de armamentos e de suporte logístico;

f) quanto aos Projetos relativos ao desenvolvimento e à aquisição do cargueiro tático militar KC-390, foi celebrado o contrato de aquisição de 28 Aeronaves de série e logística inicial associada, entre o COMAER e a EMBRAER, em maio de 2014; no período de janeiro a junho de 2014 foram registradas as seguintes realizações: inauguração do Hangar de montagem final das aeronaves KC-390 no mês de maio, conclusão da montagem da primeira aeronave protótipo, recebimento, na planta industrial de Gavião Peixoto, dos seguimentos estruturais do segundo protótipo da aeronave; início da integração da segunda aeronave protótipo; e apresentação oficial da primeira aeronave (roll-out), em outubro. Este último evento marca a conclusão das integrações e instrumentações, dando início à campanha de testes em solo, visando à realização do voo inaugural; para 2015, está planejada a conclusão da 2ª aeronave protótipo e o início da realização da campanha de ensaios em voo para a certificação do produto, bem como as integrações dos dois protótipos para a realização de ensaios em solo; contudo, em função das restrições orçamentárias sofridas, o contrato de desenvolvimento deverá ser renegociado, o que obrigará a um replanejamento, bem como o reestudo da expectativa de conclusão do desenvolvimento em 2016, com possíveis impactos de prazo e custo;

g) no que se refere ao Projeto A-1 (AM-X), ao final de 2012, a EMBRAER já dispunha de quatorze aeronaves para revitalização e modernização, sendo que, em 2013, mais oito aviões foram entregues à referida empresa; ao longo do ano de 2014 foram recebidas, já modernizadas, duas aeronaves de combate modelo A-1M;

h) quanto à segunda fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, iniciada em 2012, concluído a entrega de 07 aeronaves já recolhidas à EMBRAER para execução dos serviços contratados; ao longo do ano de 2014 foi recebida a primeira aeronave biposto modernizada; para 2015 está previsto o recebimento completo do novo objeto negociado, ou seja, 02 aeronaves F-5BR biposto já modernizadas, bem como o recebimento pela área de logística da FAB dos materiais provenientes das aeronaves monoposto que não mais serão modernizadas;

i) no âmbito do Projeto AH-X, a empresa Rosoboron Export, fornecedora dos helicópteros Mi-35, entregou em 2014 o quarto e último lote das 12 (doze) unidades inicialmente contratadas no final de 2009; assim sendo, a Força Aérea incorporou ao seu acervo mais 03 (três) helicópteros AH-2 Sabre; o simulador/treinador da aeronave Mi-35 já se encontra em fase final de recebimento;

j) no tocante ao Projeto CL-X2, para a aquisição de aeronave de busca e salvamento modelo C-295, fabricado pela EADS-CASA verificou-se a conclusão da análise da oferta, a elaboração do Relatório Final, a negociação contratual e a assinatura do Contrato em 30 de Abril de 2014; paralelamente aos referidos eventos, foram analisados e negociados os Projetos de Compensação (Offset), resultando na assinatura do Acordo de Compensação no dia 17 de junho de 2014; ainda em 2014, teve início a execução e o pagamento da 1ª Etapa contratual; já para 2015, prevê-se como destaque a realização da reunião Critical Design Review (CDR);

l) quanto ao Projeto I-X (denominado inicialmente de Projeto VU-Y) foi celebrada a assinatura do contrato com a EMBRAER S/A, em 30 de abril de 2014, para o fornecimento de seis aeronaves de inspeção em voo e o suporte logístico inicial;

m) no que cabe ao Projeto E-99M foram realizadas várias etapas contratuais, destacando-se, em especial: a realização da Critical Design Review (CDR) com fornecedores da EMBRAER Aviation International (EAI); o recebimento do 2º Relatório de Gerenciamento de Programa; a entrega do lay out interno (versão ínterim); a entrega de itens sobressalentes, finalização do software, demonstração em campo e treinamento prático do hardware do Sistema de Missão Móvel de Comando e Controle (ERIEYE); o pagamento do down payment pela Svenska Aeroplan AB (SAAB); e a realização da Revisão Preliminar do Projeto (PRR) com fornecedores da AEL SISTEMAS S.A.;

n) quanto ao Projeto Link BR2, com o objetivo de desenvolver, integrar, validar e fornecer um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica, foram recebidos os Estudos Técnicos Preliminares 1 e 2, realizada a System Functional Review (SFR), a Preliminary Design Review (PDR) dos itens aeroembarcados e dos itens de solo; para 2015, estão previstas a realização da Critical Design Review (CDR), a entrega dos rádios NETCOR, o desenvolvimento do Data Link Emulator (DLE), o desenvolvimento e entrega (produto) da Estação Data Link (EDL) de Planejamento (PLJ) e o desenvolvimento e entrega (protótipo) da EDL de Comunicações (COM).

Com a repriorização da aplicação dos recursos orçamentários realizada pelo COMAER e a redefinição dos valores alocados no exercício de 2014 a cada Projeto, bem como as restrições estabelecidas pelo contingenciamento da LOA 2014, as respectivas Gerências foram orientadas a dar início às negociações junto às empresas para a readequação dos Contratos, por meio de Termos Aditivos, visando adequar sua execução à realidade orçamentária, razão pela qual é esperado um aumento de custos e a expansão dos cronogramas de entregas.

Por fim, vale frisar que a realização dos projetos supracitados é de primordial importância para promover a viabilização e rapidez das ações de pronta resposta no que se refere ao preparo para o emprego e o controle das operações da FAB, assegurando, assim, a capacidade de defesa aeroespacial, contribuindo para o alcance do Objetivo 0464. Entretanto, a paralisação ou redução de algumas atividades comprometerá o alcance desse Objetivo, caso o quantitativo de recursos orçamentários não seja ajustado às reais necessidades do COMAER.

### **Meta: Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.**

Conforme pode ser verificado na análise situacional da Iniciativa 01IK - Implantação de novos sistemas bélicos, também pertencente ao Objetivo 0464 e vinculada a Meta objeto da presente análise, objetivando assegurar sua capacidade efetiva de realizar sua missão constitucional, o COMAER destinou um montante significativo de recursos orçamentários para fazer frente aos seus investimentos em projetos voltados ao desenvolvimento e implantação de novos de sistemas bélicos. Assim, com o retorno dos investimentos em 2014 foi possível dar prosseguimento às etapas contratuais acordadas para a consecução de 07 (sete) projetos estratégicos açambarcados pela logística militar do COMAER, destacando-se a aquisição de um sistema de cômputo de tiro ar-solo, necessário ao treinamento e qualificação das equipagens aéreas, bem como o pagamento de etapas contratuais de projetos como a aquisição de mísseis Harpoon e Python 4, que haviam permanecido suspensas em 2013 face as restrições orçamentárias enfrentadas.

Ainda ao longo de 2014, já no âmbito do Comando-Geral de Operações Aéreas, verificou-se o recebimento de 05 (cinco) entregas relativas ao Sistema de Planejamento e Análise de Comando e Controle (SPA-C2) do Projeto Hércules 2, restando apenas uma entrega para sua entrada em produção ainda em 2015, e mais uma última para o término do contrato de desenvolvimento. Em decorrência da supracitada repriorização de projetos realizada pelo COMAER, verificou-se que foi possível realizar 15,9% dos 23% previstos (submeta) para serem atingidos em 2014 (correspondente a cerca de um terço da Meta “implantação de 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015”), os quais, somados aos 1,47% atingidos em 2013, representam o alcance total de 24,81% da Meta programada. Estima-se que a diferença (os demais 7,1% dos 23% previstos para 2014) seja alcançada no primeiro semestre de 2015, tendo em vista sua inscrição em Restos a Pagar.

#### **4.2.2.3 Objetivo 0971 - Adequar a Infraestrutura de Suporte aos meios Operativos da Força Aérea Brasileira.**

A Estratégia Nacional de Defesa contempla um ciclo de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira e em consonância com aquela Estratégia, o Comando da Aeronáutica formulou estratégias organizacionais nas quais se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que ela está atuando através do Plano Estratégico do Comando da Aeronáutica.

Ao longo dos anos de 2012 e 2013, a fim de adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira diversas obras foram concluídas e novas obras foram iniciadas de forma a “adequar o Poder Aeroespacial brasileiro às necessidades de Defesa do País, pela modernização e renovação de sua infraestrutura, com a finalidade de guarnecer as suas equipagens, capacitar o efetivo, garantir o desenvolvimento da tecnologia de uso aeroespacial e defender o espaço aéreo, visando garantir a soberania nacional”, atendidos por meio das Ações 20S9 e 13D8 (no Exercício de 2014).

Ao longo de 2014, as Ações 20S9 e 13D8 sofreram cortes e contingenciamentos que ocasionaram reprogramação de meta para a Ação 20S9 e correção de 47 para 48 na meta prevista para a Ação 13D8. O COMAER para enfrentar os óbices mencionados acima, replanejou e priorizou obras de menor valor e maior impacto de acordo com a importância para o COMAER. Foi possível atender com as obras de construção e adequação de instalações do Comando da Aeronáutica as áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura na área de ensino, comando e assessoramento, apoio logístico, apoio à gestão de recursos humanos e infraestrutura na área de operações aéreas. Com relação a Ação 13D8, será possível atender através da construção de próprios nacionais residenciais a militares e seus familiares nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste do país.

Todas as obras suportadas pelas ações 20S9 e 13D8 que contribuem para o Objetivo 0971 são acompanhadas de relatórios mensais que acompanham a execução físico e financeira, permitindo o mensuramento final da instalação militar adequada, o qual será computado após a entrega das obras. As obras suportadas pelas Ações 20S9 e 13D8, as quais buscam o alcance do Objetivo 0971,

propiciaram e continuam propiciando resultados intermediários como a geração de empregos nas regiões em que ocorrem/ocorreram.

O principal fator que dificultou o alcance das metas foi a restrição orçamentária, o que causou a reprogramação das metas e o adiamento de obras para o ano de 2015. A expectativa, em detrimento das dificuldades orçamentárias ocorridas em 2014, é que ao longo de 2015 as obras suportadas pelas Ações 20S9 e 13D8 possam continuar e atingir as metas previstas. Permitindo contemplar 530 famílias com novos próprios nacionais, bem como cerca de 3.500 militares pertencentes às diversas organizações que sofreram adequação de suas infraestruturas.

### **Meta: Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais**

A meta proposta relaciona-se diretamente com o remanejamento de Organizações Militares ao longo do Território Nacional, acarretando a necessidade do incremento de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) aos militares pertencentes ao Comando da Aeronáutica. Estes PNR tiveram suas construções iniciadas em períodos diferenciados e devido aos cortes orçamentários e contingenciamentos impostos ao Comando da Aeronáutica foram implementados arranjos de gestão no sentido de alcançar a meta proposta, efetuando o controle do cronograma físico-financeiro. No ano de 2014 foram planejadas a construção de PNR nas localidades de Lagoa Santa (MG), 160 apartamentos, 48 apartamentos em Manaus (AM) e 72 apartamentos em Brasília (DF), localidades identificadas como de maior déficit habitacional dentro do COMAER. Atualmente as construções encontram-se em execução.

Por ser uma construção em blocos de apartamentos existem blocos em estágio avançado de construção e alguns em fase inicial, os contratos não preveem a entrega parcial, apenas da totalidade dos apartamentos ao final da construção. Ao final de 2014 as construções planejadas de PNR nas localidades permanecem na seguinte situação: Lagoa Santa (MG)- 160 apartamentos - em execução Manaus (AM) 48 apartamentos em execução Brasília (DF) -72 apartamentos - em execução.

### **Meta: Construir 5 instalações Militar**

As obras de construção de novas instalações militares, bem como as obras de adequação de Organizações Militares já existentes no Comando da Aeronáutica, no total de 39 para o ano de 2014, foram impactadas por cortes e contingenciamento de valores no ano de 2014. As obras de adequação da infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira, planejadas para o corrente ano, encontram-se atualmente em execução.

Não obstante os cortes ocorridos, após ajustes feitos pela administração foi possível a conclusão de 19 obras de adequação de Organizações Militares já existentes no Comando da Aeronáutica, no total de 39 previstas para o ano de 2014. As demais restantes continuam em execução para o ano de 2015.

### **Meta: Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP**

A meta foi criada no ano de 2012 por meio de emenda parlamentar e até a presente data não recebeu nenhum recurso para ser iniciada.

### 4.2.3 Ações

#### 4.2.3.1 Ações – OFSS

##### Quadro A.4.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20XA		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Aprestamento da Aeronáutica					
<b>Iniciativa</b>	Logística operacional da Força Aérea Brasileira					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:0462-</b> Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058</b> - Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111 – Comando da Aeronáutica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.900.000	36.900.000	37.990.112	15.248.663	14.993.442	255.221	22.741.449
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Organização militar mantida		Unidade	235	235	235	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.103.380	13.293.845	(-62.938)	Organização militar mantida	Unidade	235	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20XA			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Aprestamento da Aeronáutica					
<b>Iniciativa</b>	Logística operacional da Força Aérea Brasileira					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:0462-</b> Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058 -</b> Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111 – Comando da Aeronáutica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.578.317	16.479.980	8.789.043	3.391.795	3.308.960	82.835	5.397.247
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Organização militar mantida		Unidade	39	39	40	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.934.719	3.834.185	(-8.890)	Organização militar mantida	Unidade	40	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2916		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica					
<b>Iniciativa</b>	Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:0462-</b> Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058 -</b> Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111 – Comando da Aeronáutica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.131.972	6.066.926	6.448.842	2.779.638	2.779.638	0	3.669.203
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Organização militar mantida		Unidade	39	39	40	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.934.719	3.834.185	(-8.890)	Organização militar mantida		Unidade	40

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2916		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica					
<b>Iniciativa</b>	Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira					
<b>Objetivo</b>	<b>0462</b> - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058</b> - Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52911 - Fundo Aeronáutico					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.118.006	38.541.607	35.706.859	30.839.978	30.836.910	3.068	4.866.880
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Militar adestrado		unidade	5960	5.958	5.602	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	114.615	(-128.827)	Militar adestrado	unidade	27	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20XD		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Apoio das Forças Armadas à População					
<b>Iniciativa</b>	Apoio a comunidades carentes					
<b>Objetivo</b>	<b>0502</b> - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058</b> - Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111 – Comando da Aeronáutica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000	443.000	442.313	396.892	396.892	0	45.420
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa assistida		unidade	750	750	220	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.999.672	1.986.006	(-13.666)	Pessoa assistida	unidade	900	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20S9		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica					
<b>Iniciativa</b>	Construção e modernização de instalações militares					
<b>Objetivo</b>	<b>0971</b> - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058</b> - Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111 – Comando da Aeronáutica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.100.000	43.867.267	38.198.917	11.415.843	11.239.788	176.056	26.783.074
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Instalação militar adequada		unidade	47	48	1	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
26.132.127	23.068.230	(-118.110)	Instalação militar adequada	unidade	37	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14TH			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos					
<b>Iniciativa</b>	Implantação de novos sistemas bélicos					
<b>Objetivo</b>	<b>0464</b> - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2058</b> - Política Nacional de Defesa			<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52911 - Fundo Aeronáutico					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000.000	30.000.000	32.212.397	22.274.915	22.274.915	0	9.937.482
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema adequado		unidade	7	8	8	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.061.326	2.336.686	0	Sistema adequado	unidade	8	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	13D8		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Aquisição e Construção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica					
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa					
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo					
<b>Programa</b>	<b>Código: 2108</b> - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111 – Comando da Aeronáutica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.700.000	20.529.462	20.529.462	13.310.806	12.932.931	377.875	7.218.656
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade habitacional disponibilizada			unidade	47	48	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.061.326	2.336.686	(-223.642)	Unidade habitacional		unidade	37

#### 4.2.3.2- Análise Situacional

##### 4.2.3.2.1 Ação 2916 – Unidade Orçamentária 52111

No ano 2014, a Ação 2916 recebeu recursos na Unidade Orçamentária 52111 e na Unidade Orçamentária 52911 no valor total de R\$ 40.249.978,00. Sofreu um corte inicial de R\$ 2.065.046,00 na Unidade 52111 e um contingenciamento inicial no total de R\$ 15.000.000,00, sendo R\$ 2.300.000,00 na Unidade 52111 e R\$ 12.700.000,00 na Unidade 52911. A Unidade Orçamentária 52111 teve uma dotação inicial de R\$ 8.131.972,00 e dotação final de R\$ 6.505.578,00, sofreu um bloqueio no total de R\$ 2.068.046,00, sendo R\$ 441.652,00 devido a cortes e R\$ 1.626.394,00 devido a bloqueio para remanejamento. Devido aos cortes e ao remanejamento a dotação foi reprogramada para R\$ 6.063.926,00.

A Unidade Orçamentária 52911 teve uma dotação inicial de R\$ 32.118.006,00 e dotação final de R\$ 38.541.607,00, sofreu um bloqueio no total de R\$ 6.431.802,96 devido a cortes. Devido aos cortes a dotação final foi reprogramada para R\$ 32.109.804,04. As Unidades Orçamentárias 52111 e 52911 tiveram os valores empenhados superiores aos valores dos Reprogramados Financeiros (Limites de Empenho) devido à variação cambial. Em decorrência dos cortes e do remanejamento, as Unidades Orçamentárias 52111 e 52911 tiveram suas Metas Reprogramadas. Para a Unidade Orçamentária 52111 foi planejado, para o ano 2014, o cumprimento do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, o cumprimento do Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior e a aquisição de Planadores para a Academia da Força Aérea.

Os principais fatores que dificultaram o alcance da meta na Unidade Orçamentária 52111 foram o contingenciamento inicial, os cortes e o bloqueio para remanejamento, resultando na

reprogramação da meta. A consequência do não atingimento da meta física na Unidade Orçamentária 52111 em 2014 será a necessidade de se minimizar tal óbice com a complementação da Meta em 2015, ou seja, adestramento de militares, no ano 2015, com recursos de Restos a Pagar não Processados.

No período de janeiro a dezembro de 2014, na Unidade Orçamentária 52111, a FAB proporcionou instrução e treinamento técnico-operacional ao efetivo em diversas áreas de atuação. Os militares tiveram suas capacitações implementadas com recursos alocados às Organizações Militares, por meio do Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior, possibilitando o treinamento em Organizações nacionais e estrangeiras, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares e logística de suprimento de aviação. Para a manutenção da operacionalidade da FAB, também foram realizadas missões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros.

Quanto ao alcance dos resultados oriundos de RAP não processado, na Unidade Orçamentária 52111, a meta física alcançada foi em função da execução de missões do Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior, missões do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, da Aquisição de Material Esportivo, Manobras Operacionais, Reuniões de Aviação Operacional, Treinamento em Simulador de Voo no País, Aquisição de Cartas de Navegação e Apoio à Escola de Especialistas de Aeronáutica.

As principais realizações previstas para o ano 2015 são as missões do PLAMTAX, missões do PLAMENS, Manobras Operacionais e Treinamentos em Simulador de Voo no País.

#### **4.2.3.2.2 Ação 2916 – Unidade Orçamentária 52911**

No ano 2014, a Ação 2916 recebeu recursos na Unidade Orçamentária 52111 e na Unidade Orçamentária 52911 no valor total de R\$ 40.249.978,00. Sofreu um corte inicial de R\$ 2.065.046,00 na Unidade 52111 e um contingenciamento inicial no total de R\$ 15.000.000,00, sendo R\$ 2.300.000,00 na Unidade 52111 e 12.700.000,00 na Unidade 52911. A Unidade Orçamentária 52111 teve uma dotação inicial de R\$ 8.131.972,00 e dotação final de R\$ 6.505.578,00, sofreu um bloqueio no total de R\$ 2.068.046,00, sendo R\$ 441.652,00 devido a cortes e R\$ 1.626.394,00 devido a bloqueio para remanejamento.

Devido aos cortes e ao remanejamento a dotação foi reprogramada para R\$6.063.926,00. A Unidade Orçamentária 52911 teve uma dotação inicial de R\$ 32.118.006,00 e dotação final de R\$ 38.541.607,00, sofreu um bloqueio no total de R\$ 6.431.802,96 devido a cortes. Devido aos cortes a dotação final foi reprogramada para R\$ 32.109.804,04. As Unidades Orçamentárias 52111 e 52911 tiveram os valores empenhados superiores aos valores dos Reprogramados Financeiros (Limites de Empenho) devido à variação cambial. Em decorrência dos cortes e do remanejamento, as Unidades Orçamentárias 52111 e 52911 tiveram suas Metas Reprogramadas.

Para a Unidade Orçamentária 52911 foi planejado, para o ano 2014, o cumprimento do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, o cumprimento do Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior, a realização de Cursos de Ensaio em Voo no Exterior e o pagamento de Contrato relativo ao VANT. Os principais fatores que dificultaram o alcance da meta na Unidade Orçamentária 52911 foram o contingenciamento inicial e os cortes, resultando na reprogramação da meta.

A consequência do não atingimento da meta física na Unidade Orçamentária 52911 em 2014 será a necessidade de se minimizar tal óbice com a complementação da Meta em 2015, ou seja, adestramento de militares, no ano 2015, com recursos de Restos a Pagar não Processados. No período de janeiro a dezembro de 2014, na Unidade Orçamentária 52911, a FAB proporcionou instrução e treinamento técnico-operacional ao efetivo em diversas áreas de atuação.

Os militares tiveram suas capacitações implementadas com recursos alocados às Organizações Militares, por meio do Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior, possibilitando o

treinamento em Organizações nacionais e estrangeiras, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares e logística de suprimento de aviação.

Para a manutenção da operacionalidade da FAB, também foram realizadas missões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros.

Quanto ao alcance dos resultados oriundos de RAP não processado, na Unidade Orçamentária 52911, a meta física alcançada foi em função da execução de missões do Plano de Missões de Ensino, no Brasil e no Exterior, missões do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior, Reuniões de Aviação Operacional e Manobras Operacionais.

As principais realizações previstas para o ano 2015 são as missões do PLAMTAX, missões do PLAMENS, Manobras Operacionais e Treinamentos em Simulador de Voo no País.

#### **4.2.3.2.3 Ação 13D8 – Unidade Orçamentária 52111**

Na ação 13D8 a meta foi reprogramada de 47 para 48 unidades devido a erro de digitação, tendo em vista que serão construídos 4 blocos com 48 unidades habitacionais. O planejamento para a construção das 48 unidades foi feito de forma linear, com o projeto prevendo um prazo de execução de 1220 dias. Para o acompanhamento físico financeiro da obra, mensalmente é elaborado um relatório contendo informações relacionadas ao físico, com fotos e descrição dos serviços realizados permitindo um acompanhamento apurado da meta física.

Em relação à sua execução, que ocorre de forma linear, ou seja, os blocos são construídos simultaneamente e atualmente estão com aproximadamente 60% das obras executadas, o que corresponde a terraplanagem e preparo do terreno, às fundações por completo, alvenaria de vedação, chapisco com cimento no interior e revestimento externo.

Devido aos atrasos verificados a administração solicitou, via AGU, a rescisão do contrato objetivando nova licitação para a conclusão da obra, por isso a meta de 48 unidades habitacionais não foi cumprida no período. No ano de 2015 existe a expectativa da entrega final das 48 unidades, aguardando nova licitação. A reprogramação da meta de 47 para 48 unidades deveu-se a um equívoco de digitação.

A administração, ao verificar o atraso na obra, atuou via AGU solicitando o cancelamento da obra e nova licitação, o que deverá ocorrer em 2015. Consequentemente as obras atrasaram e não puderam ser concluídas conforme programadas. Isso gerou um aumento no déficit habitacional na área da região amazônica, porém com a expectativa da nova licitação e conclusão das obras estas questões deverão ser minimizadas. A previsão com a nova licitação é manter o preço final do produto nos patamares planejados evitando impactos orçamentários futuros.

Quanto ao RAP, este está relacionado com as obras em Lagoa Santa-MG e em Brasília-DF que são obras em andamento, previstos para serem utilizados em 2015.

#### **4.2.3.2.4 Ação 20S9 – Unidade Orçamentária 52111**

Tendo em vista o corte orçamentário ocorrido a meta foi reprogramada. Por intermédio de uma "Matriz de Prioridades" houve um replanejamento e priorização das obras de menor valor e maior impacto e importância para o COMAER, a metodologia de planejamento segue os moldes preconizados pela Secretaria de Economia e Finanças, onde ocorrem as descentralizações e o acompanhamento mensal de sua execução física e financeira.

Dentro desse escopo, foram realizadas obras de construção e adequação de instalações do Comando da Aeronáutica nas áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura na área de ensino, comando

e assessoramento, apoio logístico, apoio à gestão de recursos humanos e infraestrutura na área de operações aéreas.

Por intermédio dos relatórios mensais encaminhados é possível acompanhar a execução físico e financeira, o que auxilia no mensuramento final da instalação militar adequada, o que é computado após a entrega da obra. Assim, tivemos a adequação da estrutura do Esquadrão de Saúde de Campo Grande-MS, construção da Central Elétrica no prédio do Comando de Defesa Aérea-DF, construção da barreira de contenção de aeronaves em Manaus-AM, construção do Núcleo do Serviço Social de Recife, entre outras obras.

O principal fator que dificultou o alcance das metas foi a restrição orçamentária, o que causou a reprogramação das metas e o adiamento de obras para o próximo ano. Para tentar diminuir estas dificuldades foram adotadas medidas de ajuste de obras revendo os projetos executivos.

Em consequência as obras que não puderam ser atendidas em 2014 foram postergadas para 2015, o que causa um acúmulo maior de obras para o ano em questão, pois estas são somadas às obras já planejadas em 2015. Em relação aos restos a pagar, foram executados e permitiram alcançar 10 unidades adequadas.

#### **4.2.3.2.5 Ação 20XD – Unidade Orçamentária 52111**

A meta prevista para o exercício 2014 era permitir o atendimento, direto de 750 (setecentos e cinquenta) pessoas situadas em áreas isoladas. A Organização Militar escolhida pelo COMAER para prestar o referido atendimento foi a Base Aérea de Boa Vista (BABV), por estar inserida na parte mais setentrional da Amazônia. Uma comunidade atendida pela BABV fica localizada na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, região totalmente isolada ao norte de Roraima. Foram prestados atendimentos médicos e odontológicos. Com uma população de aproximadamente 110 pessoas, o foco dos atendimentos sanitários foram mulheres e crianças. O apoio da FAB para essa comunidade teve um papel relevante, pois a chegada ao local só é possível por meio de aeronave pequena, em virtude da ausência de estradas, rios navegáveis e a localização isolada da referida tribo. Em outra ocasião, também foi realizado, por meio aéreo, o transporte de gêneros alimentícios para sobrevivência dessas famílias que vivem numa região precária, afastada de estradas e cidades. Em virtude da redução orçamentária, os recursos da Ação 20XD foram cortados já no primeiro semestre, não havendo o repasse de mais créditos para a referida Ação, acarretando na diminuição da assistência realizada pela FAB a essas comunidades. Por tal motivo, foi mensurada a assistência para cerca de 220 pessoas em 2014.

Já com o RAP não processado de 2013, as OM que prestaram o apoio (COMAR VII, BABV e BABE) conseguiram atender às comunidades do entorno, muitas delas desprovidas de médicos especialistas, sendo fundamental o apoio da FAB para minimizar as dificuldades de saúde da Região Norte. Foi atingida a meta física de assistência a cerca de 900 pessoas como crianças, adultos e idosos, sendo prestado o apoio na área odontológica, médica, de exames laboratoriais, além da distribuição de medicamentos. Todos os atendimentos foram realizados por militares especialistas de cada área.

Para o Exercício Financeiro de 2015, buscar-se-á atingir a meta física na sua totalidade, caso os recursos da Ação 20XD não sofram com os cortes orçamentários.

#### **4.2.3.2.6 Ação 20XA – Unidade Orçamentária 52111**

Ainda dentro de uma conjuntura nacional caracterizada por fortes limitações de gastos governamentais, a Ação Orçamentária 20XA, na UO 52111, que reúne 07 (sete) Planos Orçamentários (PO), necessitava inicialmente de R\$ 152.450.300,00. Tais restrições orçamentárias resultaram na dotação de R\$36.900.000,00, cerca 23% da necessidade total da Ação 20XA (considerando-se as UO 52111 e 52911).

A meta física de 235 Organizações Militares mantidas representa as OM ou Unidades cuja operacionalidade deve ser suportada pelos sete PO que integram a Ação 20XA, por meio do alcance de

seus produtos intermediários, sendo caracterizada como “não cumulativa” e “qualitativa”, fato que justifica a análise de sua evolução em termos não quantitativos. Os PO da Ação 20XA, de uma maneira geral, visam ao aperfeiçoamento dos Sistemas atendidos por seus recursos, em busca de melhor atender às demandas das OM e do militar da Aeronáutica, bem como à disponibilidade de materiais e serviços, tanto em quantidade quanto em qualidade (ideais e oportunas), nas diversas atividades por eles açambarcadas. Assim, verificou-se, em 2014, a seguinte evolução dos PO da Ação 20XA, na UO 52111:

a) PO nº 0001: com a execução do RAP Não Processado de 2013, conseguiu-se proporcionar o suporte necessário a dois estandes de tiro e campo de provas (Unidades); embora tenha sido possível atender às demandas das cinco Unidades previstas, este atendimento não foi concluído plenamente em 2014, pois houve 85% de RAP Não Processado, a ser finalizado em 2015;

b) PO nº 0002: manteve a operacionalidade de 40 OM, por meio do fornecimento de materiais e equipamentos, da manutenção e conservação das instalações de apoio e da infraestrutura necessárias ao suporte das atividades de segurança e prevenção contra incêndio, bem como o adestramento do pessoal; o RAP Não Processado de 2013 possibilitou o recebimento de viaturas e de obras de melhorias em instalações existentes nas OM; parte dos serviços supracitados (31% da dotação) foram inscritos no RAP Não Processado devendo ser concluídos no início de 2015;

c) PO nº 0003: foi provido o suporte a 14 simuladores de voo, por meio de manutenção preventiva e corretiva de simuladores e estações de planejamento e “debriefing”, por meio do custeio de seis Contratos de Suporte Logístico, de modo a permitir o treinamento das equipes em procedimentos normais e de emergência; o RAP Não Processado proporcionou atendimento a sete equipamentos de simulação; já o RAP Não Processado de 2014, deve atender três contratos de manutenção, objetivando suprir seis equipamentos em 2015;

d) PO nº 0004: obteve-se êxito na realização da meta física de 63 manutenções em material bélico, por meio de manutenção de engenharia e de equipamentos, e de suprimento de materiais (coletes balísticos, munições, bombas, etc); assim, foi possível assegurar a formação e o adestramento de tripulantes, do contingente terrestre e das equipes de tiro desportivo, bem como a manutenção da reserva de guerra (aérea e terrestre) e a capacidade de controle de distúrbios civis; o RAP Não Processado permitiu adquirir material para realizar 32 manutenções nas OM, provendo o suporte de alvos aéreos, pirotécnicos, munições e bombas;

e) PO nº 0005: destinado à aquisição de material e manutenção de equipamentos de emprego na área da saúde, não alcançou a meta física de suprir 49 Unidades Aéreas (UAe) com o kit de material de segurança, salvamento e sobrevivência (Kit SSS), devido a parte das aquisições ter sido inscrita em RAP Não Processado, para entrega em 2015; contudo, sem consequências para a manutenção da operacionalidade das UAe, pois os Kits em uso ainda estão dentro da validade, estando prevista a substituição dos Kits SSS de 44 UAe no início de 2015;

f) PO nº 0006: foi procedida a manutenção das viaturas militares destinadas ao transporte logístico (modal terrestre), tendo sido transportadas 4.969 toneladas de materiais de diversas classes (aeronáutico, de saúde, de controle do espaço aéreo, etc); apesar das restrições orçamentárias, foi possível superar a meta prevista graças a destaques de créditos recebidos, bem como a uma gestão focada no melhor aproveitamento das missões planejadas e da utilização da carga útil de cada viatura, e graças aos bons níveis de disponibilidade de viaturas obtidos em 2014;

g) PO nº 0007: foi possível manter a operacionalidade de 235 Organizações Militares em 2014, por meio das 57 Unidades Apoiadoras, procedendo-se ao suprimento de material (roupa de cama, copa e cozinha, armários, camas, etc) e manutenção de equipamentos afetos à atividade da área de intendência.

Por fim, ressalta-se que o replanejamento orçamentário do COMAER, embora tenha prejudicado o pleno atendimento dos projetos e atividades da Ação, não comprometeu o funcionamento das OM ou o alcance da meta física, como se depreende das análises dos PO que a integram.

#### 4.2.3.2.7 Ação 20XA – Unidade Orçamentária 52911

Ainda dentro de uma conjuntura nacional caracterizada por fortes limitações de gastos governamentais, a Ação Orçamentária 20XA, na Unidade Orçamentária 52.911, necessitava inicialmente de R\$ 4.057.100,00. Em função de tal cenário, fruto de arranjos de gestão quando da elaboração do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica, foi aprovado um orçamento de R\$ 3.270.000,00, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA 2014), que, acrescidos de convênios no valor de R\$ 12.308.317,00, juntos representaram aproximadamente 10,45% das necessidades iniciais da Ação, considerando-se as UO 52911 e UO 52111.

A meta física de 39 Organizações Militares mantidas representa as Organizações/Unidades cuja operacionalidade deve ser suportada pelos dois Planos Orçamentários (PO) que integram a Ação 20XA na UO 52911, por meio do alcance de seus produtos intermediários. Os PO da Ação 20XA, de uma maneira geral, visam ao aperfeiçoamento dos sistemas nos quais seus recursos orçamentários seriam aplicados, em busca de melhor atender às demandas das Organizações do COMAER e do militar da Aeronáutica, bem como à disponibilidade de materiais e serviços, tanto em quantidade quanto em qualidade ideais e oportunas, nas diversas atividades por eles açambarcadas. Assim, verificou-se que os PO nº 0002 e 0008 da Ação 20XA registraram a seguinte evolução em 2014:

a) PO nº 0002: propiciou a manutenção da operacionalidade de 40 (quarenta) Organizações Militares abrangidas pelo Sistema de Contra Incêndio da Aeronáutica, por meio da aquisição de materiais e equipamentos e da contratação de serviços de melhoria ou adequação de suas instalações e dependências, visando à adequação e atualização dos aeródromos militares; tendo em vista a denúncia do convênio firmado entre o COMAER e a Infraero, procedida por esta última, relativo aos serviços de prevenção e salvamento dos aeroportos do Campo de Marte (cidade de São Paulo) e de São José dos Campos, boa parte dos recursos orçamentários a este título recebidos, cerca de 44% da dotação do PO, não foram disponibilizados para execução; e

b) PO nº 0008: conseguiu disponibilizar a venda de fardamento reembolsável a um público-alvo de 35.000 oficiais e sargentos do COMAER, por meio do Sistema de Fardamento Reembolsável (SIFARE); apesar de ter sofrido com a repriorização dos créditos, face às restrições orçamentárias enfrentadas pelo COMAER, ao longo de 2014, realizando as atividades de planejamento e aquisição dos cerca de 1.600 itens de fardamento e de seu suprimento aos 29 Postos Regionais de Venda de Fardamento Reembolsável (PRVF) distribuídos pelo território nacional, atendeu as demandas de um total de 13.241 militares.

Para efeito de avaliação dos resultados da Ação 20XA, na UO 12911, considera-se sua meta física plenamente atendida quando as Organizações tenham condições mínimas de garantir o funcionamento de suas Seções de Contra Incêndio e disponham de material de fardamento reembolsável para atender ao seu efetivo de militares, uma vez que a meta é caracterizada como “não cumulativa” e “qualitativa”, fato que justifica a análise de sua evolução em termos não quantitativos. Importante ressaltar que a presente análise foi elaborada com base nos dados e informações colhidos no SIOP (análise dos Planos Orçamentários - PO), SIAFI Gerencial e junto aos Órgãos de Direção Setorial do COMAER, além de valer-se dos valores consignados na LOA 2014 para a Ação Orçamentária 20XA, na Unidade Orçamentária 52911.

As limitações orçamentárias enfrentadas em 2014 obrigaram o COMAER a replanejar a destinação de seus recursos orçamentários, visando a atender aqueles com maior prioridade para a conquista dos macroobjetivos da Instituição. Tal repriorização, embora tenha prejudicado o pleno atendimento dos projetos e atividades da Ação 20XA, não chegou a comprometer o funcionamento das OM do COMAER ou o alcance de sua meta física, como se depreende das análises de seus dois PO, lançadas no SIOP, por seus respectivos Agentes Responsáveis

#### 4.2.3.2.8 Ação 14TH – Unidade Orçamentária 52911

Dentro de uma conjuntura nacional caracterizada por fortes limitações de gastos governamentais, o Comando da Aeronáutica reduziu em 85% a previsão de investimentos nos projetos da Ação 14TH, inicialmente planejados em R\$ 199.698.600,00 (pré-proposta). Desta forma, o COMAER repriorizou seus Projetos em busca do atendimento daqueles mais importantes para alcançar os objetivos da Instituição, tendo alocado à Ação 14TH recursos no montante de R\$ 30.000.000,00, direcionando seus investimentos de modo a assegurar o cumprimento de sua missão constitucional.

Para viabilizar a elaboração da presente Análise, foi necessário uniformizar a “Unidade de Medida” do Produto Intermediário de cada PO com o Produto da Ação Orçamentária. Assim, as “Unidades de Medida” dos PO 0001 e 0003 foram consideradas como sendo “Unidade” e não “Percentual de execução física”.

Como a maior parte dos Sistemas abrangidos pela presente Ação são Projetos plurianuais, estendendo-se por mais de um Exercício, considerou-se que seu produto, “Sistema Adequado”, seria o Sistema que foi atendido ou mantido. Resta, ainda, esclarecer que a meta física (Sistemas adequados) da Ação representa os Projetos cuja execução deve ser suportada pelos 03 (três) PO que a integram, e será atingida com o alcance de seus produtos intermediários. Assim, o PO 0001, que abrange os Projetos de desenvolvimento e implantação de Sistemas Bélicos, devido a sua relevância para o cumprimento das missões de Defesa Aérea, contou com a maior parte dos recursos da Ação. Embora, inicialmente, seu planejamento abrangesse a execução de nove projetos, após sua repriorização, foi reduzido aos seguintes Projetos:

- a) Armamento do P-3AM – Aquisição de míssil Harpoon;
- b) Armamento do P-3AM – Aquisição de bomba BDU-48;
- c) Python 4 – Aquisição de kits de modificação de lançador;
- d) Bomba Guiada a Laser – Aquisição de kits de guiagem a laser;
- e) Contratação de Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening; e
- f) Aquisição de sistema de Cômputo de Tiro.

Verificou-se, em 2014, a entrega de um Sistema de Cômputo de Tiro Ar-Solo necessário ao treinamento e qualificação das equipagens das Unidades Aéreas da FAB. No tocante aos quatro primeiros, registrou-se apenas o pagamento de etapas contratuais previstas. Para 2015 estão previstos o pagamento da última etapa dos contratos referentes aos Projetos “Bomba Guiada a Laser” e “Pod Reccelite e Litening”.

Além dos Projetos acima, o COMAER também buscou a modernização de seus equipamentos de comunicação e eletrônica (PO 0002), embora não tenha sido possível dar prioridade ao Projeto voltado à instalação de equipamento de navegação TCAS (Traffic Alert and Collision Avoidance System) em uma aeronave C-97, projetado para reduzir o perigo de colisão entre duas ou mais aeronaves durante o voo, e à instalação de dois equipamentos transponder IFF em aeronaves A-1, com um custo aproximado de R\$ 4.000.000,00. Contudo, deu-se continuidade a um Projeto de menor monta, destinado à aquisição de equipamentos de comunicação para aparelhamento e modernização de uma Companhia de Infantaria de Pronto Emprego do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial (CIPE/BINFAE), tendo sido adquiridos 29 equipamentos de comunicação (rádios comunicadores e acessórios). Para 2015 existe a previsão de aquisição de novos equipamentos de comunicação para possibilitar o aparelhamento e modernização de mais uma CIPE/BINFAE da FAB.

Com respeito ao PO 0003, voltado ao desenvolvimento e implantação de Sistemas de Telemática Militar, os recursos recebidos também ficaram aquém de suas necessidades iniciais, tendo sido reduzido em 39,3%, motivo pelo qual os Projetos relativos ao Sistema de Planejamento de Missões Aéreas – PMA II e de Banco de Dados Visuais para Simuladores de Voo – BDVSAM, permaneceram suspensos.

Deste modo, em 2014, apenas deu-se prosseguimento ao Projeto Hércules 2, com as entregas contratuais previstas da empresa ATECH, destacando-se o recebimento das relativas ao software do

Sistema de Planejamento e Análise de Comando e Controle: Build 1 e Build 2. O recebimento dos referidos produtos entregáveis foi precedido de treinamento de pessoal para sua operação e de testes de qualidade, que propiciaram correções do Sistema em desenvolvimento. Para 2015, estima-se alcançar duas metas principais:

1. Recebimento da penúltima entrega do Projeto, visando o registro do esforço aéreo pelas tripulações do COMGAR, que, associada às demais já recebidas, permitirá a substituição dos sistemas Hércules, DEA e Ópera, objetivo principal do Sistema em comento.

2. Entrada em produção do software SPA-C2, gerando informações e gerenciando situações do dia-a-dia, e tornando-se, de fato, uma ferramenta de apoio à decisão de Comando e Controle.

Por fim, registra-se que a meta física da Ação foi mantida reprogramada em oito Sistemas bélicos e equipamentos, sendo seis Projetos do PO 0001, um do PO 0002 (pequena monta), e o Projeto Hércules 2 do PO 0003.

---

### **4.3 Informações sobre outros Resultados da Gestão**

---

#### **4.3.1. Copa do Mundo FIFA de 2014**

No dia 14 de julho de 2014, a segunda-feira após o jogo decisivo entre Alemanha e Argentina, a cidade do Rio de Janeiro bateu o recorde histórico com o registro de 1.731 movimentos aéreos nos seus três aeroportos. Para se ter uma ideia, em 2010, no dia seguinte à final entre Holanda e Espanha, a cidade de Joanesburgo registrou 807 pousos e decolagens em seus aeroportos.

Só o Galeão teve 880 movimentos, o dobro da média do período e uma nova marca para o aeroporto. Foram 442 voos de companhias aéreas, 89 fretados (charter), 321 de aviação geral (aeronaves particulares e de táxi aéreo) e 28 militares, incluindo aeronaves das comitivas dos Chefes de Estado. O recorde anterior do Galeão era de 715 aeronaves e foi registrado no encerramento dos Jogos Pan-Americanos.

O Santos Dumont registrou 518 movimentos aéreos e o Aeroporto de Jacarepaguá fechou com 333 movimentos, 29% e 11% acima da média, respectivamente. Durante a realização do jogo entre Alemanha e Argentina, 312 aeronaves permaneceram nos pátios de estacionamento no Galeão. O fluxo aéreo passou a ser maior após as 22 horas, quando aumentou o número de decolagens. A partir das 23 horas, a torre de controle autorizou até 52 partidas por hora, com o uso simultâneo das duas pistas.

Durante a Copa, o índice de atrasos foi até menor que a média. Entre os dias 10 de junho e 10 de julho, o índice médio de atrasos em 21 aeroportos ficou em 7,3%, contra 10% em maio.

O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos comemorou o nível de segurança operacional verificado durante a Copa do Mundo 2014, pois não houve acidente nem incidente aeronáutico nos aeroportos das doze cidades-sede brasileiras. Isso se explica pelo envolvimento e a integração da comunidade de aviação, a qual se empenhou em cumprir todas as normas estabelecidas, com o objetivo de realizar operações seguras.

Investigadores do CENIPA estavam de prontidão nas localidades dos jogos para atuar caso ocorresse acidente ou incidente aeronáutico envolvendo aeronaves na pista dos aeroportos. Eles partiram de Brasília com destino a Fortaleza, Natal, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e, também, Campinas (SP), já que algumas seleções estrangeiras se hospedaram em cidades do interior paulista.

As cidades de Recife, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Brasília foram atendidas por investigadores dos Serviços Regionais de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA), organizações militares vinculadas ao CENIPA que estão baseadas nesses locais. Cuiabá recebeu o apoio dos profissionais do Serviço Regional de Belém, já que na capital paraense não ocorreram jogos da Copa.

Cerca de 50 profissionais do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) se prepararam para chegar ao local do acidente em, no máximo, uma hora, e concluir os

trabalhos o mais rápido possível, liberando a aeronave para ser removida pelo operador. Essa mobilização visava a reduzir transtornos e atrasos nos pousos e decolagens.

Gerir um espaço aéreo com esses números já é um desafio, mas a responsabilidade era maior. Caso tivessem tido a curiosidade de olhar para o céu, torcedores do mundo inteiro poderiam perceber a presença, sempre, de pelo menos um H-60 Black Hawk ou AH-2 Sabre durante a realização das partidas. Eles eram só uma parte do esquema de defesa aérea que também incluiu nossos F-5, A-29, E-99 e unidades de artilharia antiaérea, tudo sob comando operacional do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, em Brasília. As áreas de exclusão aérea foram ativadas 64 vezes ao longo de 31 dias nas 12 sedes em todas as regiões do Brasil. E, conforme vimos, nosso espaço aéreo permaneceu plenamente seguro, sem registro de incidentes.

Foram 8.165 militares e civis do Comando da Aeronáutica envolvidos diretamente na Copa do Mundo. Muitos deixaram de aproveitar esse torneio que foi sinônimo de alegria para milhões de brasileiros. Enquanto um bilhão de pessoas assistiam à final pela TV, homens e mulheres de azul trabalhavam por todos.

Foi realizado mais que o controle do espaço aéreo. Defendeu-se o espaço aéreo, protegeu-se estruturas estratégicas e foram recebidas delegações nas Bases Aéreas, que viram seus salões de embarque se tornarem ponto de passagem dos maiores craques do mundo. Em Curitiba, a FAB assumiu a liderança do Centro de Coordenação de Defesa de Área e precisou ter uma visão transversal e integrada sobre as ações de segurança em uma cidade-sede.

**Figura 08 - Chanceler Alemã Ângela Merkel desembarcou nas Bases Aéreas do Galeão e de Salvador**



Ações da FAB durante a Copa do Mundo:			
	8.165 militares e civis da FAB trabalharam na Copa.		279 ações receptivos em aeroportos e Bases Aéreas.
	1.731 movimentos aéreos realizados somente no dia 14/07 nos aeroportos do Rio de Janeiro.		114 atividades de reconhecimento e vigilância aérea.
	64 ativações de áreas de controle do espaço aéreo.		52 decolagens de aeronaves chegaram a ser realizadas por hora apenas no Galeão.
	2.480 horas de voo.		77 aviões empregados

#### 4.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional

O Índice de Adequação da Força Aérea Brasileira, que consta no PPA 2012-2015, está intrinsecamente ligado ao EMAER, pois o seu cálculo e análise estão a cargo da Sexta Subchefia do EMAER.

Quadro A.4.4 – Indicadores de Desempenho

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA								
Índice de Adequação da FAB – Plano Plurianual (PPA) 2012-2015								
2011	2012		2013		2014		2015	
Índice apurado em 2011	Índice Previsto	Índice Realizado	Índice Previsto	Índice Realizado	Índice Previsto	Índice Realizado	Índice Previsto	Índice Realizado
44,88	49,16	44,32	53,44	44,75	57,72	40,11	62,00	-----
Total de meios operativos previstos: 641		Total de meios operativos previstos: 646		Total de meios operativos previstos: 600		Total de meios operativos previstos: 589		A ser apurado ao Final do Exercício de 2015
Média de meios operativos disponíveis: 287,67		Média de meios operativos disponíveis : 286,32		Média de meios operativos disponíveis: 268,5		Média de meios operativos disponíveis: 236,25		A ser apurado ao Final do Exercício de 2015
Fórmula de Cálculo								
<p>O Índice de Adequação da FAB, descrito no PPA, é a "Relação percentual (%) entre a quantidade de meios previstos no Plano de Reparelhamento e Fortalecimento da Força Aérea Brasileira - PROFAB" e o número de meios operativos existentes e tem sido calculado anualmente da seguinte forma: o total de meios operativos previstos tem se traduzido no quantitativo total de aeronaves da frota, e o número de meios operativos existentes tem sido considerado como a quantidade média de aeronaves disponíveis na frota, durante todo o ano, pois significa a quantidade real de meios em condição de ser empregada. Inseridas nesse contexto as novas aeronaves adquiridas, as modernizadas, bem como as existentes que foram revisadas e disponibilizadas para pronto-emprego.</p> <p>A disponibilidade média dos meios operativos em cada ano é o resultado da razão entre a média de disponibilidade dos meios operativos pelo total de meios existentes na Força durante o referido ano. O índice previsto a cada ano do PPA é acrescido de 4,28%, resultado da diferença entre 62% (meta desejada) e 44,88% (índice em 2011), dividido por quatro (pelos quatro anos do PPA). O índice de referência (20%) foi considerado como valor de expectativa de elevação do índice, antes de se iniciar o PPA, onde se esperava a elevação média do índice de 42% (apurado em 44,88 em 2011) para 62%, ou seja, que a quantidade de aeronaves disponíveis para operar se elevasse em relação à quantidade total de meios previstos (quantidade total da frota na FAB).</p>								

### **Análise da Evolução do Indicador**

De forma diversa do que ocorreu em 2012 e 2013 (estagnação), o índice de 2014 retrocedeu. Desta forma, ficou caracterizada que, apesar das diversas gestões no sentido de priorizar alguns projetos, a ausência de recursos orçamentários para sustentabilidade da frota, bem como para o custeio dos contratos de aquisição e modernização de meios, produziu efeito direto de baixa disponibilidade de aeronaves, refletindo um quadro de queda, comparado aos últimos anos. É importante ressaltar que, em cenários de orçamento comprimido, são adquiridos apenas itens mais baratos e emergenciais, causando um natural desabastecimento de itens mais custosos no médio prazo.

Como a liberação de recursos tem ficado aquém da necessidade real para sustentar a frota, os estoques atingiram níveis críticos e as aeronaves tiveram um decréscimo na sua disponibilidade. Nos últimos anos, o orçamento disponibilizado para aquisição de peças de reposição teve elevação linear, ao redor de 5% ao ano. Considerando que a maioria delas é adquirida no exterior e nos últimos anos houve acentuada desvalorização do real frente ao dólar (hoje 1 U\$ = R\$ 2,70, e no início do ciclo do PPA, em 2012, 1 U\$ = R\$ 1,80) o valor disponibilizado não foi suficiente para atender às necessidades mínimas. Sendo assim, os estoques de peças em prateleira foram consumidos e encontram-se quase esgotados, enquanto que os contratos de aquisição de novas aeronaves e modernização das existentes receberam, em média, menos de 50% dos valores previstos em seus cronogramas físico-financeiros, o que levou à postergação da entrega dos objetos contratados.

Fruto deste cenário, observamos que quase não houve recebimento de novas aeronaves, e as que se encontram na frota são mantidas com baixa disponibilidade, refletida no índice (regular) aqui exposto. Em uma visão prospectiva, a melhoria do indicador só será alcançada através da concretização de três ações: aquisição de novas aeronaves, modernização das aeronaves já existentes na frota e elevação da capacidade de manutenção dos meios existentes. As três ações necessitam, compulsoriamente, de aporte e liberação de recursos orçamentários. Assim, considerando a atual conjuntura econômica e os valores previstos no PLOA 2015, a meta de 62%, prevista anteriormente, não será alcançada, sendo difícil, inclusive, imaginar retornar ao patamar de disponibilidade de meios do início do ciclo do PPA (44,88%).

---

## **4.5 Informações sobre Custo de Produtos e Serviços**

---

Este item do Relatório de Gestão busca evidenciar à Sociedade Brasileira os custos despendidos pelo Comando da Aeronáutica no cumprimento de sua destinação legal. Serão abordados não apenas os custos decorrentes da execução do orçamento do exercício (LOA 2014), mas também os custos oriundos do consumo do patrimônio pré-existente que, em conjunto com os recursos orçamentários, contribuem para o alcance dos objetivos do Órgão.

### **4.5.1 A Destinação Legal do COMAER**

A defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, sob a autoridade suprema da Presidência da República, expressam a destinação da Aeronáutica, conforme art. 142 da Constituição Federal. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, estabelece as normas gerais de organização, de preparo e de emprego do Comando da Aeronáutica.

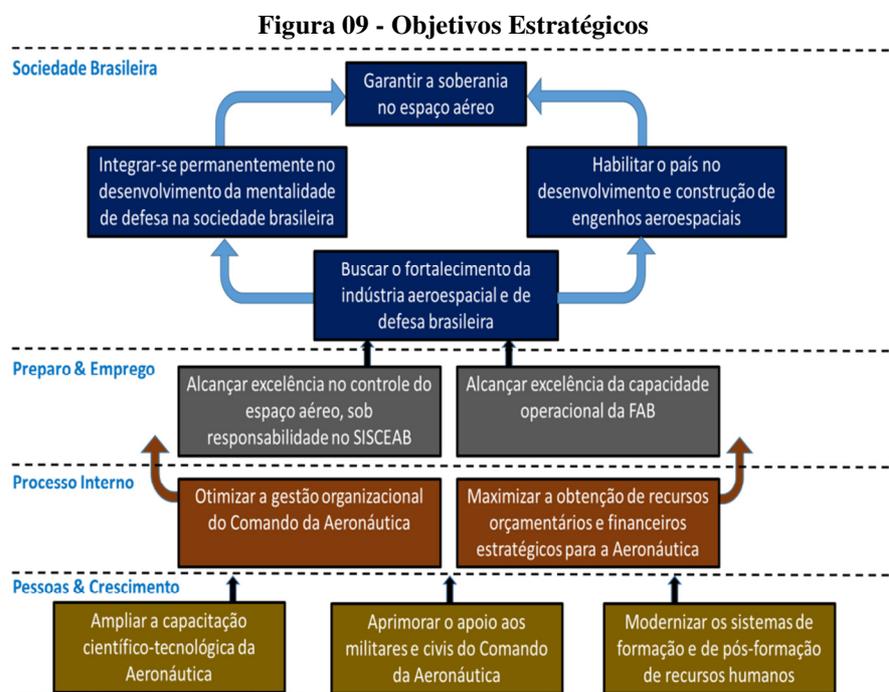
A partir do texto dos dispositivos legais, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) registra a missão do Comando da Aeronáutica em “manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria, impedindo o uso do espaço aéreo brasileiro para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais”.

O LBDN apresenta, ainda, as seguintes atribuições subsidiárias da Força Aérea:

- Prover a segurança da navegação aérea;
- Estabelecer, equipar e operar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, sob sua responsabilidade;
- Operar o Correio Aéreo Nacional;
- Cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos que envolvam o uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução; e
- Preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos relacionados ao tráfico de drogas, armas, munições e

passageiros ilegais. A Força Aérea atua em cooperação com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito. Na ausência desses órgãos, a força poderá revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito.

Alinhado à sua missão constitucional, a Aeronáutica estabeleceu seus objetivos estratégicos, por meio do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica:

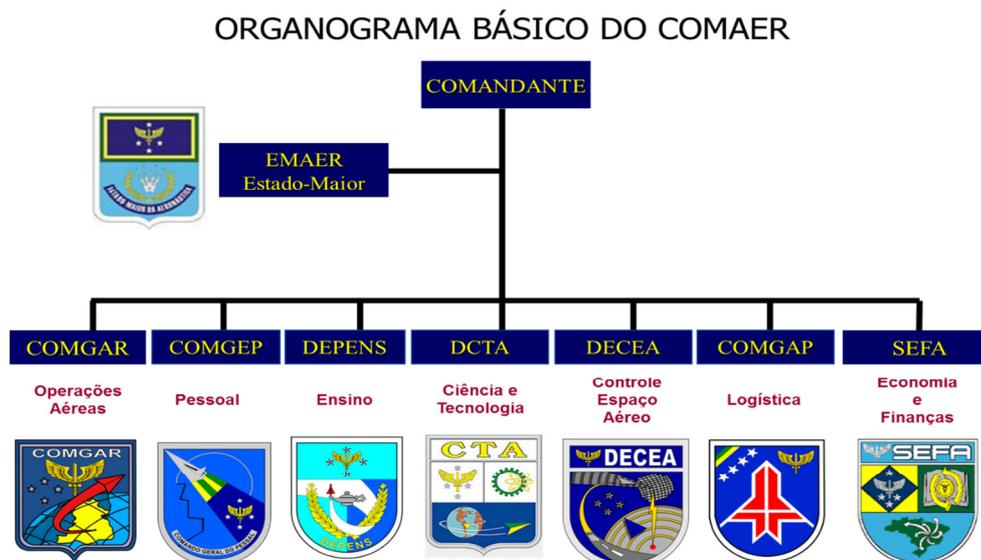


Fonte: PEMAER

#### 4.5.2 As Macro Atividades Desenvolvidas pelo COMAER

Para o cumprimento de sua destinação legal, o COMAER estrutura-se na forma prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e desempenha sua missão por meio de Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), aos quais compete a gerência de macro atividades necessárias ao alcance de objetivos estratégicos, conforme demonstrado, de forma simplificada, a seguir:

Figura 10 - Organograma Básico do COMAER



Naturalmente, o cumprimento da missão constitucional pela estrutura do COMAER consome recursos públicos. Nesse contexto, a ótica de custos é bastante adequada para demonstrar o consumo, pois reúne não apenas dados oriundos do orçamento público, mas evidencia também todo o consumo patrimonial na realização das macro atividades.

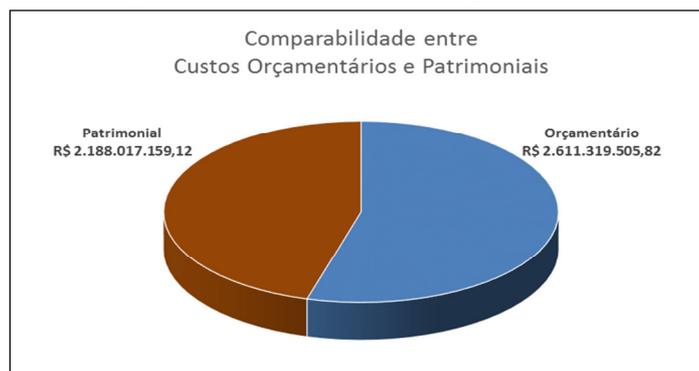
O consumo patrimonial (consumo de bens em estoque e desgaste de bens permanentes em uso) é extremamente relevante em uma estrutura aeronáutica, visto que os ativos (bens) necessários à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais possuem valores muito elevados, representados especialmente por aeronaves, combustíveis, radares, itens de suprimento aéreo, materiais eletrônicos de alta tecnologia, materiais químicos, veículos automotivos e diversos outros itens.

Para dimensionar o nível de importância do patrimônio no Comando da Aeronáutica, destaca-se que, em dezembro de 2014, o valor dos materiais em estoque e dos bens móveis permanentes ultrapassaram os 93 bilhões de reais. O consumo diário de patrimônio tão expressivo resulta em elevados custos.

O gráfico seguinte demonstra que a análise de custos restrita à ótica orçamentária não seria adequada, visto que os custos patrimoniais são tão expressivos quanto os custos que decorrem diretamente da execução orçamentária:

- Custos de origem patrimonial: variações decorrentes, em especial, do consumo de bens em estoque e da depreciação de bens móveis permanentes; e
- Custos de origem orçamentária (exceto pagamento de pessoal): consumo imediato de bens e de serviços adquiridos junto ao mercado, por meio de execução da Lei Orçamentária Anual.

Figura 11 – Comparabilidade entre Custos Orçamentários e Patrimoniais



Fonte: SEFA

No que tange ao custo da mão de obra (pagamento de pessoal em atividade), o COMAER conta com um efetivo total de 70.907 militares ativos distribuídos por mais de 150 Unidades Gestoras Executoras e Unidades Gestoras Credoras.

O COMAER, diante da importância de uma adequada contabilização do consumo, trabalha há décadas com a informação de custos e mantém atualizada a seguinte tabela de centros de custos (CC), destinados a relacionar cada um dos recursos consumidos em comparação com as macro atividades desenvolvidas:

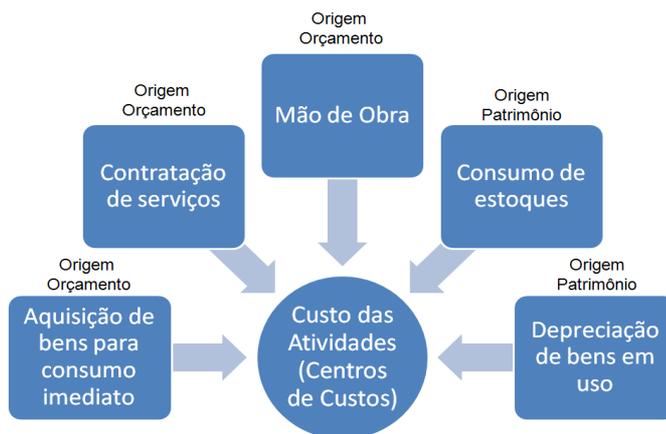
**Figura 12 - Códigos de Centros de Custos no COMAER**

<b>CC</b>	<b>Descrição</b>
01.00	Operação de Aeronaves
02.00	Suprimento e Manutenção de Aeronaves
03.00	Aquisição, Revitalização e Modernização de Aeronaves
04.00	Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo
05.00	Desenvolvimento e Manutenção da Rede Aeroportuária
06.00	Desenvolvimento da Aviação Civil
07.00	Ciência e Tecnologia Aeroespacial
08.00	Ensino e Treinamento
09.00	Atividades de Saúde
10.00	Atividades Operacionais Complementares
11.00	Projetos e Operações Específicas
12.00	Depreciações e Amortizações
30.00	Comando (Chefia ou Direção)
31.00	Administração e Intendência
32.00	Informações e Segurança Interna
33.00	Infraestrutura
34.00	Atividades Especiais
36.00	Atividades de Informática
60.00	Atividade de Apoio Habitacional
61.00	Inativos, Pensionistas e Aposentados
62.00	Assistência Social

**Fonte: SEFA**

A contabilidade do COMAER classifica cada consumo do recurso orçamentário ou do recurso patrimonial em códigos de centros de custos, o que pode ser representado pela seguinte forma esquemática:

**Figura 13 - Fatores de Custos do COMAER**



Fonte: SEFA

Assim, os custos evidenciam, de forma completa, o sucesso do COMAER na realização das ações de defender e de controlar o espaço aéreo brasileiro, refletindo seu permanente compromisso perante a sociedade brasileira, em perfeita correspondência com seus objetivos estratégicos.

#### 4.5.3 A Relação entre a Missão Constitucional e os Custos das Macro Atividades

A seguinte cadeia de valor pode ser idealizada para evidenciar, pela primeira vez à sociedade brasileira, a correspondência entre a destinação legal do COMAER, seus objetivos estratégicos, a execução de suas macro atividades e os custos envolvidos:

**Figura 14 - Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER**

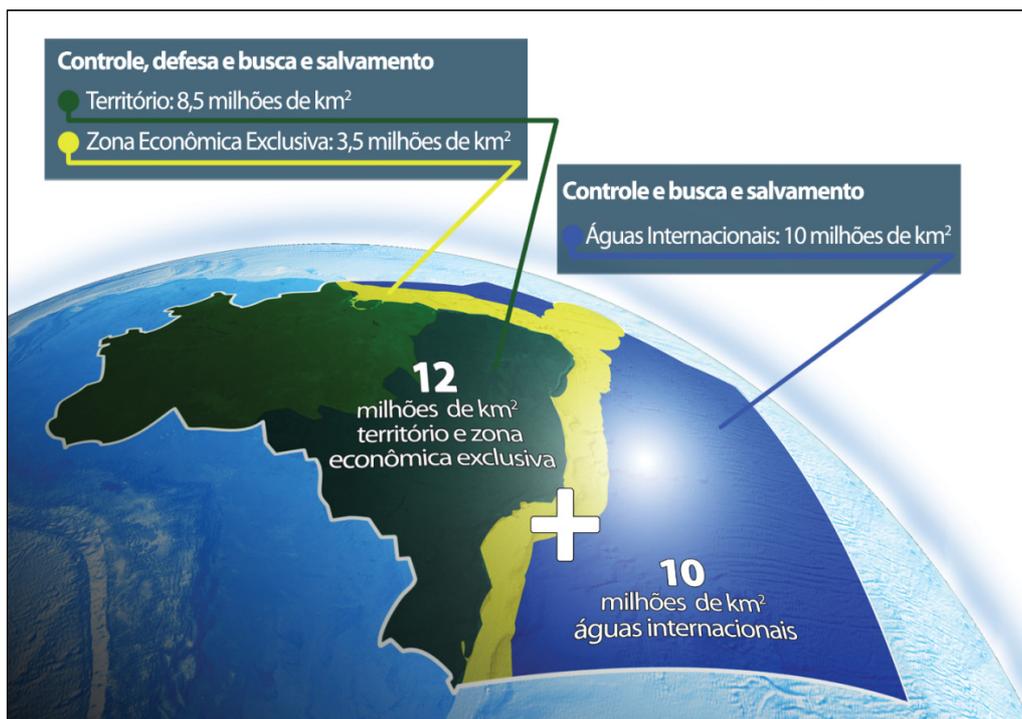


#### 4.5.3.1 O Custo Unitário do Produto Entregue à Sociedade Brasileira

De forma diferente do setor privado, a maioria dos órgãos públicos não possui produto único e facilmente mensurável. Entretanto, podemos assumir que o pleno cumprimento da destinação legal de qualquer órgão público seja o produto esperado por todos os brasileiros.

Interessante, então, destacar que o produto do COMAER pode ser representado pela manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, que alcança a expressiva área de 22 milhões de Km<sup>2</sup>.

**Figura 15 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege**



Fonte: CECOMSAER

Destarte, resta à Contabilidade evidenciar o custo unitário do serviço prestado pelo COMAER à sociedade brasileira em um país de proporções continentais:

**Custo Unitário do Produto COMAER**

Ano	Processos	Processos	Processos	Produto	Custo Unitário
	Gerenciais	Finalísticos	Apoio		
2013	R\$ 441.851.357,34	R\$ 3.598.174.397,24	R\$ 3.859.887.263,03	Soberania dos 22 milhões de km <sup>2</sup> do espaço aéreo brasileiro	R\$ 359,08 por km <sup>2</sup> ao ano
2014	R\$ 334.544.569,87	R\$ 4.007.614.888,19	R\$ 4.300.464.376,86	Soberania dos 22 milhões de km <sup>2</sup> do espaço aéreo brasileiro	R\$ 392,84 por km <sup>2</sup> ao ano

Fonte: SEFA

Em 2013, a divisão dos custos do COMAER pelo produto ofertado à sociedade resultou em um custo de R\$ 359,08 ao ano.

Desse modo, os Processos Gerenciais, Finalísticos e de Apoio tornam possível à Aeronáutica manter, de forma permanente, a soberania dos 22 milhões de Km<sup>2</sup> do espaço aéreo brasileiro (Figura 15), com vistas à defesa da Pátria, impedindo seu uso para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais.

#### **4.5.4 Considerações**

No item 4.5- Informações sobre Custos de Produtos e Serviços, buscou-se apresentar a relação entre custos e destinação constitucional, evidenciando que além do orçamento anual, o COMAER conta com expressiva estrutura patrimonial, adquirida e mantida ao longo de exercícios passados, capaz de sustentar o alcance de seus objetivos estratégicos.

Por não haver organização pública brasileira que opere em contexto semelhante, a comparação dos custos incorridos pelo COMAER se torna mais adequada de ser apresentada no aspecto temporal. A comparação limitou-se ao exercício de 2013 pelo fato de o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) ter sido implantado em meados do ano de 2012.

Assim, esta UJ entende que a metodologia utilizada na mensuração do custo unitário do produto ofertado pela Aeronáutica à sociedade brasileira, na forma apresentada por este item do Relatório de Gestão, atende aos requisitos de facilidade e economicidade na obtenção dos dados, de transparência, de compreensão dos resultados pelo público em geral e de confiabilidade, visto que a origem dos dados financeiros é do SIC e que a metodologia pode ser reaplicada por outros agentes, internos ou externos ao Órgão.

Por fim, o COMAER destaca que trabalha, de forma incessante, na redução de suas limitações no processo de apuração e de evidenciação de custos à Sociedade Brasileira.

## **5 GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE**

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, modificado pelo Decreto lei nº 9.651, de 23 de agosto de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, e regulamentado pelo Decreto-lei nº 73.070, de 1 de novembro de 1973, complementado pela Portaria nº 431/GC6, de 8 de agosto de 2011, alterado pela Portaria nº 1.727/GC6, de 24 de setembro de 2013, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.

O tema está detalhado no Relatório de Gestão da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, UJ do COMAER responsável pela gestão do Fundo Aeronáutico.

## **6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

No Comando da Aeronáutica, a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica é o Órgão ao qual, de acordo com o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, compete superintender e realizar as atividades de execução orçamentária, administração financeira e contabilidade, relativas aos recursos de qualquer natureza do Comando da Aeronáutica e interagir com o Sistema de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal do Poder Executivo Federal nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

O Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 172-3 – Manual de Execução Orçamentária Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica foi concebido com o objetivo de reunir, em único documento, permanentemente atualizado e de fácil acesso pelas organizações, mediante consulta eletrônica na nossa rede Interna (INTRAER), todas as orientações de caráter normativo, oriundas da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, em consonância com as emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Administração Financeira Federal, sobre procedimentos de execução orçamentária, financeira e patrimonial aplicáveis às Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica, sediadas no País e no Exterior.

Trata-se essencialmente de iniciativa que busca conciliar a necessidade do estabelecimento de regras padronizadas e objetivas a respeito da utilização dos recursos econômico-financeiros à disposição das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica, com o dinamismo dos procedimentos contábeis e dos sistemas utilizados no âmbito da Administração Federal.

Nesse sentido, a expectativa inicial tem sido atendida, porquanto o Manual Eletrônico dispensa os Agentes da Administração da exaustiva tarefa de consolidação de inúmeras mensagens que, rotineiramente, promovem mudanças na legislação atinente à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Outrossim, o Manual encontra-se estruturado em módulos representantes das macrofunções ou dos grandes assuntos ligados à Execução Econômico-Financeira, que podem ser consultadas de forma independente, conforme os módulos abaixo:

- Módulo 1 – Apresentação
- Módulo 2 – Siglas e Conceitos
- Módulo 3 – Contabilização de Receitas
- Módulo 4 – Execução Orçamentária
- Módulo 5 – Programação Financeira
- Módulo 6 – Execução Financeira da Despesa (Novo CPR)
- Módulo 7 – Execução Patrimonial
- Módulo 8 – Suprimento de Fundos
- Módulo 9 – Pagamento de Pessoal (UG)
- Módulo 10 – Folha de Pagamento de Pessoal (SDPP)
- Módulo 11 – Convênios e Instrumentos Congêneres
- Módulo 12 – Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial nas Comissões Aeronáuticas no Exterior (Novo SIAFI)
- Módulo 13 – Demonstração da Execução Contábil no SIAFI
- Módulo 14 – Encerramento do Exercício
- Módulo 15 – Comunicação via SIAFI
- Módulo 16 – Contratos Administrativos
- Módulo 17 – Execução do Plano de Ação
- Módulo 18 – Regularidade Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- Módulo 19 – Acesso a Sistemas Corporativos do Governo Federal

Ato contínuo, a atualização do Manual, a cargo da SEFA, é sempre comunicada a todas as Unidades Gestoras por meio de mensagem SIAFI, com a discriminação dos módulos que foram alterados.

Alterações mais abrangentes, que tratam de diretrizes relativas à concepção e à finalidade, bem como à atribuição de competência aos responsáveis pela atualização e divulgação do Manual, serão explicitadas, mediante Ato Administrativo da SEFA, conforme procedido com a Portaria SEFA nº 34/ANAJ, de 14 de agosto de 2014, que dispõe sobre a reedição desse MCA e revogou a Portaria SEFA nº 14/SUCONT, de 13 de outubro de 2010, que, por sua vez, tornou sem efeito a Portaria nº 8/SEFA, de 15 de fevereiro de 2007, que instituiu este poderoso instrumento de trabalho dos Gestores.

Ademais, é importante ressaltar que o projeto do Manual Eletrônico só foi possível com a valiosa participação das Unidades Gestoras, que apresentaram variadas sugestões relacionadas às necessidades cotidianas.

Destarte, a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica está sempre receptiva as quaisquer sugestões que visem ao aprimoramento desta ferramenta com ênfase na busca da eficiência e da eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no Comando da Aeronáutica.

Ressalta-se que, com relação a Unidade Jurisdicionada Consolidadora e as Unidades Jurisdicionadas Consolidadas, somente o GABER é Unidade Gestora Executora.

## 6.1 Programação e Execução das Despesas

### 6.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	--	--	--	--	--	--
Recebidos	120002	120001	00M1	--	--	29.309,39
Recebidos	120002	120001	2000	--	--	772.112,24
Recebidos	120002	120001	212B	--	--	822.999,08
Recebidos	120002	120001	2916	--	--	6.932,55
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	--	--	--	--	--	--
Recebidos	--	--	--	--	--	--
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	--	--	--	--	--	--
Recebidos	121002	120001	2000	--	--	3.505.691,30
Recebidos	121002	120001	2913	--	--	5.432,66
Recebidos	121002	120001	2916	--	--	44.612,46
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	--	--	--	--	--	--
Recebidos	121002	120001	2000	447.510,03	--	--

### 6.1.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>2.123.379,61</b>	<b>3.234.969,31</b>	<b>2.123.379,61</b>	<b>3.234.969,31</b>
a) Convite	0,00	82.327,13	0,00	82.327,13
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	2.123.379,61	3.152.642,18	2.123.379,61	3.152.642,18
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>643.080,72</b>	<b>555.347,74</b>	<b>643.080,72</b>	<b>555.347,74</b>
h) Dispensa	274.135,05	288.238,04	274.135,05	288.238,04
i) Inexigibilidade	368.945,67	267.109,70	368.945,67	267.109,70
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>32.730,54</b>	<b>33.099,98</b>	<b>32.730,54</b>	<b>33.099,98</b>
j) Suprimento de Fundos	32.730,54	33.099,98	32.730,54	33.099,98
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>933.185,67</b>	<b>1.094.107,52</b>	<b>933.182,67</b>	<b>1.094.107,52</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	933.185,67	1.094.107,52	933.185,67	1.094.107,52
<b>5. Outros</b>	<b>53.601,30</b>	<b>0,00</b>	<b>53.601,30</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.785.977,84</b>	<b>4.779.718,64</b>	<b>3.785.977,84</b>	<b>4.779.718,64</b>

### 6.1.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.447.610,19	3.644.98,01	2.031.128,91	3.644.6908,01	1.416.481,28	1.093.385,76	2.031.128,91	2.551.522,25
Material de Consumo	1.107.304,05	1.188.319,89	739.679,96	1.188.319,89	367.624,09	528.121,80	739.679,96	660.198,09
Diárias - Pessoal Militar	922.820,87	947.674,71	922.820,87	947.674,71	0,00	0,00	922.820,87	947.674,71
Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica - Op. Intra-Orçamentárias	125.194,64	124.744,00	106.260,32	94.600,21	18.934,32	30.143,79	106.260,32	94.600,21
Outros Benefícios Assistenciais	29.309,39	14.645,68	29.309,39	14.645,68	0,00	0,00	29.309,39	14.645,68
Diárias - Pessoal Civil	10.364,80	8.626,90	10.364,80	8.626,90	0,00	0,00	10.364,80	8.626,90
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	4.465,53	0,00	0,00	0,00	4.465,53	0,00	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	3.837,04	2.831,57	3.123,77	2.661,28	713,27	170,29	3.123,77	2.661,28
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
Equipamentos e Material Permanente	447.510,03	473.746,23	49.550,14	458.756,23	397.959,89	14.990,00	49.550,14	458.756,23
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,0	96.999,98	0,0	82.327,13	0,0	14.672,58	0,0	82.327,13
Fonte: SIAFI								

## 6.2 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.6.2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.685.950,02	1.626.554,84	491,23	0,00
2012	5.272,42	4.781,19	54.264,64	5.130,54
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00

## 6.3 Suprimento de Fundos

### 6.3.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.3.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	120111	EMAER	09	222.000,00	-----	-----	50.000,00
2013	120111	EMAER	11	239.000,00	-----	-----	60.000,00
2012	120111	EMAER	07	92.000,00	-----	-----	20.000,00

Fonte: SIAFI

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	120001	GABAER	02	32.730,54	-----	-----	30.000,00
2013	120001	GABAER	05	33.099,98	-----	-----	20.000,00
2012	120001	GABAER	10	41.154,96	-----	-----	32.000,00

Fonte: SIAFI

### 6.3.2 Utilização do Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.3.2 – Utilização de Suprimento de Fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	120111	EMAER	07	193.803,25	-----	-----	-----	-----
2013	120111	EMAER	09	213.106,56	-----	-----	-----	-----

Fonte: SIAFI

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	120001	GABAER	02	32.730,54	-----	-----	-----	-----
2013	120001	GABAER	10	33.099,98	-----	-----	-----	-----

Fonte: SIAFI

### 6.3.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.3.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
120111	EMAER	339039	Outros Serviços de Terceiros	222.000,00

Fonte: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
120001	GABAER	Material de Consumo	Material de Expediente	2.440,34
			Material de Processamento de Dados	197,28
			Gêneros de Alimentação	163,00
		Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Hospedagens	15.011,45
			Fornecimento de Alimentação	8.718,47
			Serviços de Produção Industrial	6.200,00

Fonte: SIAFI

### 6.3.4 Análise Crítica

A UJ Consolidadora e a UJ Consolidada alcançaram êxito no seu propósito de manter os valores de Suprimento de Fundos no Exercício de 2014, no mesmo patamar do Exercício de 2013.

## 7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

No Comando da Aeronáutica, o Comando-Geral de Pessoal é o órgão ao qual, de acordo com o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do Comando da Aeronáutica.

Com relação a esse tema, Gestão de Pessoas, destaca-se a performance que o COMAER teve no Levantamento de Governança de Pessoas realizado pelo TCU (<http://www12.senado.gov.br/transparencia/adm/arquivos/tcu-sumarios-executivo>)

Nesse Levantamento, o TCU procurou conhecer e avaliar a situação da governança e da gestão de pessoas em amostra abrangente de organizações da Administração Pública Federal (APF) com o intuito de identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessa área. O trabalho se baseou em informações coletadas por meio de questionário, sendo que 305 organizações o responderam (92% da amostra selecionada).

O resultado da avaliação revelou, de modo geral, um cenário preocupante. Em regra, os respondentes apresentaram baixa capacidade em quase todos os componentes do modelo de avaliação utilizado nesse levantamento. Há significativas deficiências nos sistemas de governança e gestão de pessoas da maioria das organizações avaliadas, o que certamente está comprometendo a capacidade delas de gerar resultados e benefícios para a sociedade, além de expô-las a riscos relevantes.

Durante a fase de planejamento, a equipe de fiscalização elaborou questionário de auto avaliação e selecionou 337 organizações da APF para respondê-lo. O modelo de avaliação, apresentado no quadro abaixo, e os critérios utilizados fundamentam-se em legislação e em boas práticas reconhecidas.

Figura 16- Modelo de Avaliação Utilizado no Levantamento

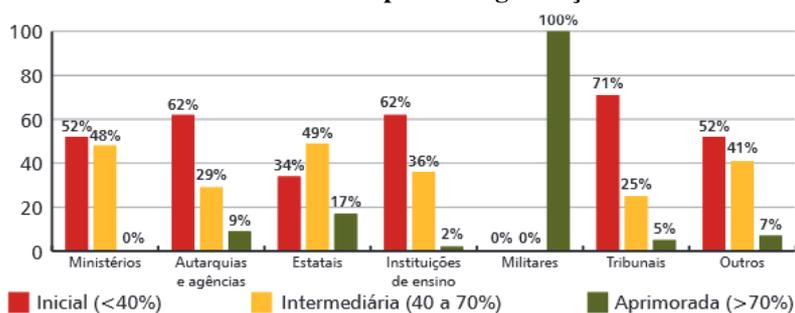


Fonte: *The Human Capital Assessment and Accountability Framework - HCAAF* (EUA, 2005, adaptado)

O questionário foi elaborado com o apoio de especialistas do TCU, de outros órgãos federais e de órgãos governamentais dos Estados Unidos e do Canadá.

A fim de orientar as organizações avaliadas no seu esforço de melhoria da governança e da gestão de pessoas, o TCU criou o índice iGovPessoas.

**Figura 17- Distribuição de Frequência do iGovPessoas em Diferentes Tipos de Organização**

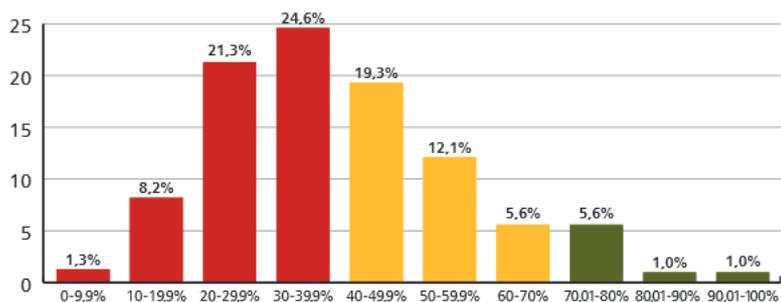


Fonte: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas do TCU

### Resultado da avaliação com base no iGovPessoas

A distribuição de frequência das organizações com base no iGovPessoas é apresentada na Figura 17. A maioria delas (55,4%) encontra-se em estágio inicial de capacidade em governança de pessoas (menor que 40%). Somente 7,6% estão em estágio de capacidade aprimorada (maior que 70%). Observa-se também que a maior concentração está na faixa compreendida entre 30% e 39,9%.

**Figura 18- Distribuição de Frequência do iGovPessoas na Administração Pública Federal (n=305)**



Fonte: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas do TCU

Como podemos comprovar nos gráficos acima, os Comandos Militares obtiveram uma posição de destaque, ou seja, fazendo parte do 1% que estão em estágio de capacidade aprimorada com o percentual entre 90,01 – 100% do iGovPessoas.

## 7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

### 7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ Consolidadora / Consolidadas

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>909</b>	<b>808</b>	<b>159</b>	<b>147</b>
1.1.Militares (1.1.1+1.1.2)	881	782	155	136
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	876	777	154	136
1.1.2. Reconvocados	5	5	1	0
1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	28	26	4	11
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	25	23	3	5
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	1	1
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	5
<b>2.Contratos Temporários</b>	<b>497</b>	<b>422</b>	<b>101</b>	<b>104</b>
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4)	497	422	101	104
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	238	190	56	91
2.1.2 Oficiais Temporários	92	83	25	6
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	164	143	14	7
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação	0	0	0	0
2.1.5 Sargentos Temporários	3	6	6	0
2.2 Civis temporários	0	0	0	0
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	0	0	0	0
<b>3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
3.1 Servidores Civis sem vínculo	13	13	0	1
3.2 Servidores Civis aposentados	1	1	0	2
3.3 Militares da Reserva Remunerada	5	5	0	0
<b>4.Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1425</b>	<b>1249</b>	<b>260</b>	<b>254</b>

Fonte: Primeira Subchefia do EMAER e Seção de Pessoal Militar do EMAER

**Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva da UJ Consolidadora / Consolidadas**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>356</b>	<b>428</b>
1.1 Militares (1.1.1+1.1.2)	341	418
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	337	417
1.1.2. Reconvocados	4	1
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	15	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	15	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>282</b>	<b>152</b>
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4)	282	152
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	155	47
2.1.2 Oficiais Temporários	25	58
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	99	44
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação	0	0
2.1.5 Sargentos Temporários	3	3
2.2 Civis temporários	0	0
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	0	0
<b>3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)</b>	<b>22</b>	<b>9</b>
3.1 Servidores Civis sem vínculo	16	5
3.2 Servidores Civis aposentados	2	1
3.3 Militares da Reserva Remunerada	4	3
<b>4.Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>660</b>	<b>589</b>
Fonte: Primeira Subchefia do EMAER e Seção de Pessoal Militar do EMAER		

**Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ Consolidadora / Consolidadas**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>3</b>	<b>9</b>
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	33	36	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15	2	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	14	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	2
1.2.6. Militares da Reserva Remunerada	6	6	1	1
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	16	14	0	4
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>51</b>	<b>52</b>	<b>3</b>	<b>13</b>
Fonte: Primeira Subchefia do EMAER e Seção de Pessoal Militar do EMAER				

## 7.1.2 Irregularidades na Área de Pessoal

### 7.1.2.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto à acumulação de cargos, o COMAER determinou a instauração, no ano de 2013, de uma enorme quantidade de sindicâncias a fim de averiguar supostas acumulações ilegais de cargos no âmbito do Comando da Aeronáutica, verificadas pelo TCU. Todas as sindicâncias em que se verificou qualquer acumulação, que passaram pela Assessoria Jurídica do COMGEP, foram remetidas ao CENCIAR para controle. No ano de 2014, houve importante alteração jurídica na matéria, em razão da EC nº 77/2014, ocasião em que grande parte das acumulações, antes tidas por ilegais, passaram a ser constitucionalmente admitidas.

Nada obstante, o Comandante-Geral do Pessoal solicitou a criação de um Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 1474-T/AJ, de 15 de agosto de 2014, com membros de diversas OM subordinadas, para tratar da matéria de acumulação de cargos, em cumprimento ao Acórdão nº 1153/2014-TCU-Plenário, assim como passada a incumbência para 3ª Subchefia do COMGEP de formalizar uma proposta de padronização de procedimentos, por meio de um documento orientador. O Grupo de Trabalho redigiu o documento, que agora está em fase de aprovação.

### 7.1.2.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não ocorreu no Exercício de 2014

### 7.1.3 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Ao longo de 2014, o COMGEP realizou um estudo para identificar os riscos envolvidos na Gestão de Pessoas no âmbito do COMAER. Dentre os riscos identificados, os principais estão descritos abaixo:

a) não captar a quantidade suficiente de profissionais com a experiência desejada para determinada área, o que pode afetar os trabalhos, principalmente na área de Engenharia, onde a procura está muito baixa, em razão do mercado aquecido;

b) tendência de aumento de êxodo, devido a condições/fatores externos, em detrimento da área ou atividade, principalmente em Oficiais e Graduados, mais jovens, em busca de melhores condições de crescimento profissional e salarial;

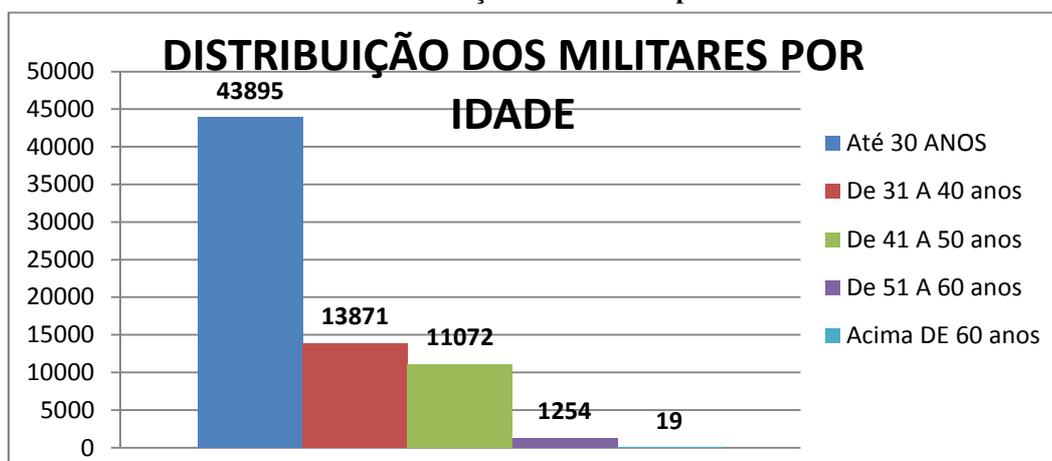
c) redução da produtividade (remuneração/absenteísmo) em função de políticas remuneratórias ou condições de trabalho. Como não há uma política de incentivos que melhore as condições de trabalho ou uma política salarial que recompense a produtividade, pode haver uma tendência à acomodação e diminuição da produtividade do efetivo.

Com a identificação dos principais riscos na Gestão de Pessoas, o COMGEP passou a envidar esforços para mitigá-los, de modo a garantir o atingimento dos objetivos da Organização.

### 7.1.4. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Com o objetivo de divulgar os indicadores gerenciais de Recursos Humanos do Comando da Aeronáutica do ano de 2014, foram realizadas consultas ao Sistema de Apoio à Decisão (SADCOMAER) e se obteve os seguintes indicadores:

Gráfico 1: Distribuição dos Militares por Idade



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

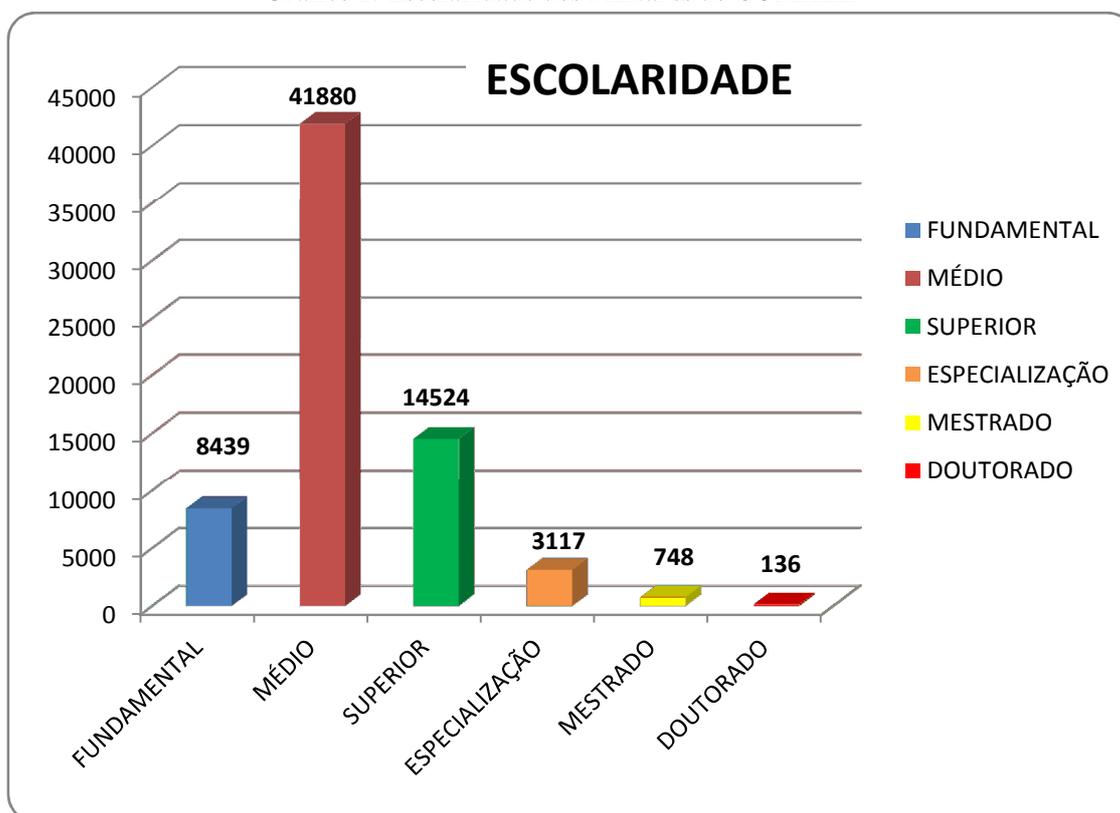
Pode-se notar no gráfico acima que grande parte dos militares do COMAER tem idade abaixo de 30 anos. Pode-se observar, também, que há poucos militares com idade acima de 60 anos, apenas 19. Fazendo uma comparação dos números de militares categorizados por idade nos anos 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

**Tabela 1: Comparação da Distribuição de Idade dos Militares do COMAER**

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE IDADE DOS MILITARES DO COMAER			
Idade dos Militares do COMAER	2012	2013	2014
IDADE ATÉ 30 ANOS	43188	46060	43895
IDADE DE 31 A 40 ANOS	12579	12863	13871
IDADE DE 41 A 50 ANOS	11072	10940	11072
IDADE DE 51 A 60 ANOS	1119	1209	1254
IDADE ACIMA DE 60 ANOS	18	20	19

Pode-se observar na tabela acima que houve decréscimo no número de militares nas faixas etárias até 30 anos e acima de 60 anos. Nas demais faixas etárias houve aumento do número de militares.

**Gráfico 2: Escolaridade dos Militares do COMAER**



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Pode-se observar no gráfico “Escolaridade dos Militares do COMAER” que a grande maioria dos militares não possui o nível superior. Nota-se, também, que entre os que possuem o nível superior de estudo, apenas um número reduzido possui especialização, mestrado ou doutorado. Fazendo-se uma comparação da escolaridade dos militares do COMAER, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

**Tabela 2: Comparação da Escolaridade dos Militares do COMAER**

Escolaridade dos Militares do COMAER	2012	2013	2014
Fundamental	8990	9502	8439
Médio	40597	42757	41880
Superior	16847	14326	14524
Mestrado	662	662	748
Doutorado	113	113	136

Na tabela 2, pode-se notar que houve uma diminuição do número de militares com ensino fundamental e médio. Já no que diz respeito aos militares com ensino superior, mestrado e doutorado, podemos observar que houve aumento do número.

Nessa tabela, não houve a comparação dos militares com especialização devido ao fato de essa variável não ter sido considerada no estudo realizado no ano de 2012.

**Gráfico 3: Porcentagem de Militares do COMAER por Sexo**



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

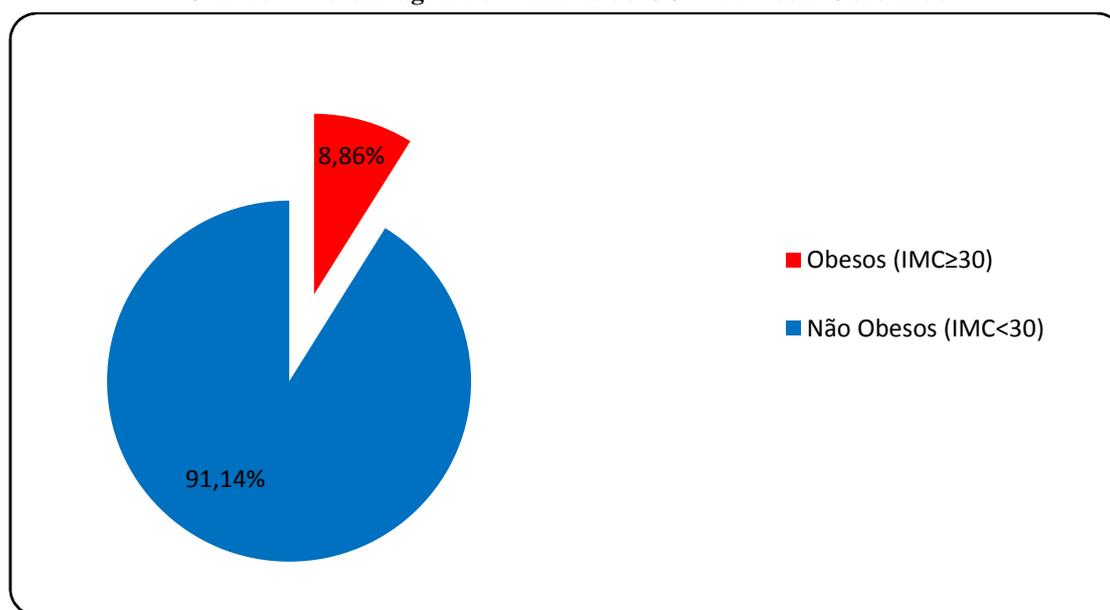
Pode-se verificar no gráfico acima que o Comando da Aeronáutica possui em seu efetivo a grande maioria de militares do sexo masculino, sendo apenas 15% dos militares do sexo feminino. Fazendo-se uma comparação da porcentagem dos militares do COMAER por sexo, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

**Tabela 3: Comparação da Porcentagem dos Militares por Sexo**

Porcentagem dos Militares do COMAER por Sexo	2012	2013	2014
Masculino	78%	87%	85%
Feminino	22%	13%	15%

Pode-se notar que houve um decréscimo na porcentagem de militares do sexo masculino e, por consequência, o aumento da porcentagem de militares do sexo feminino.

**Gráfico 4: Porcentagem de Militares do COMAER com Obesidade**



Fonte: CDA

Pode-se notar no gráfico acima que 8,86% dos militares do COMAER estão obesos, ou seja, o Índice de Massa Corporal (IMC) está com o valor acima ou igual a 30. O IMC é obtido pela seguinte fórmula: peso (em quilogramas) dividido pela altura ao quadrado (em metros).

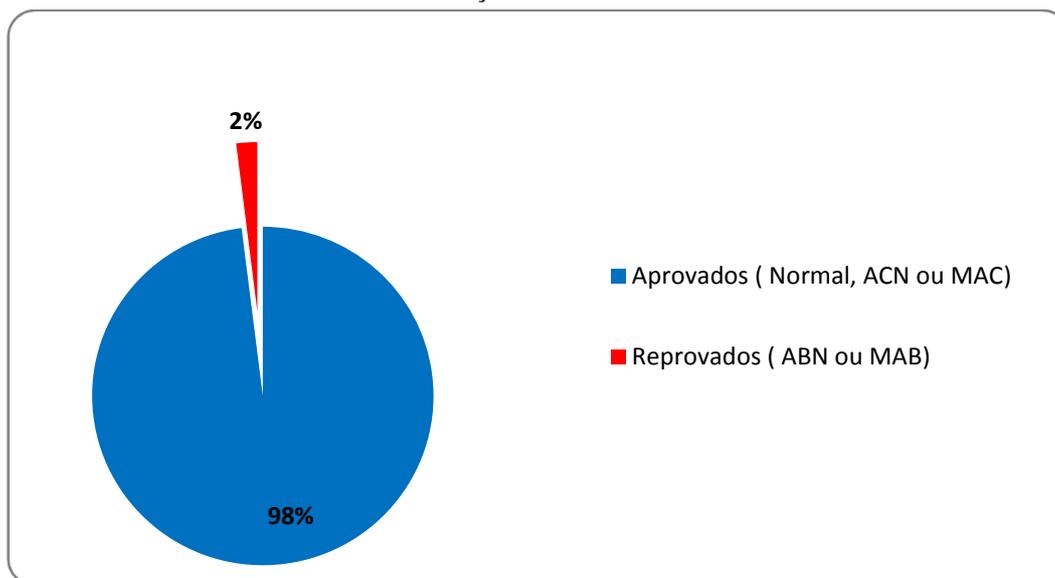
Fazendo-se uma comparação da porcentagem de militares do COMAER com obesidade, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

**Tabela 4: Comparação da Porcentagem de Militares do COMAER com Obesidade**

Porcentagem de Militares do COMAER com Obesidade	2012	2013	2014
Obesos (IMC≥30)	6,96%	8,74%	8,86%
Não Obesos (IMC<30)	93,04%	91,26%	91,14%

Na tabela 4, pode-se verificar que houve um leve aumento na porcentagem dos militares do COMAER obesos.

**Gráfico 5: Resultado de Avaliação do Condicionamento Físico**



Fonte: CDA

Observa-se, no gráfico acima, que somente uma pequena porcentagem, 2% dos militares do COMAER, não obteve aprovação no teste de avaliação do condicionamento físico.

Fazendo-se uma comparação dos resultados dos testes de avaliação do condicionamento físico, nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

**Tabela 5: Comparação dos Resultados do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico**

Resultado do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico	2012	2013	2014
Aprovados ( Normal, ACN ou MAC)	98%	97,29%	98%
Reprovados ( ABN ou MAB)	2%	2,71%	2%

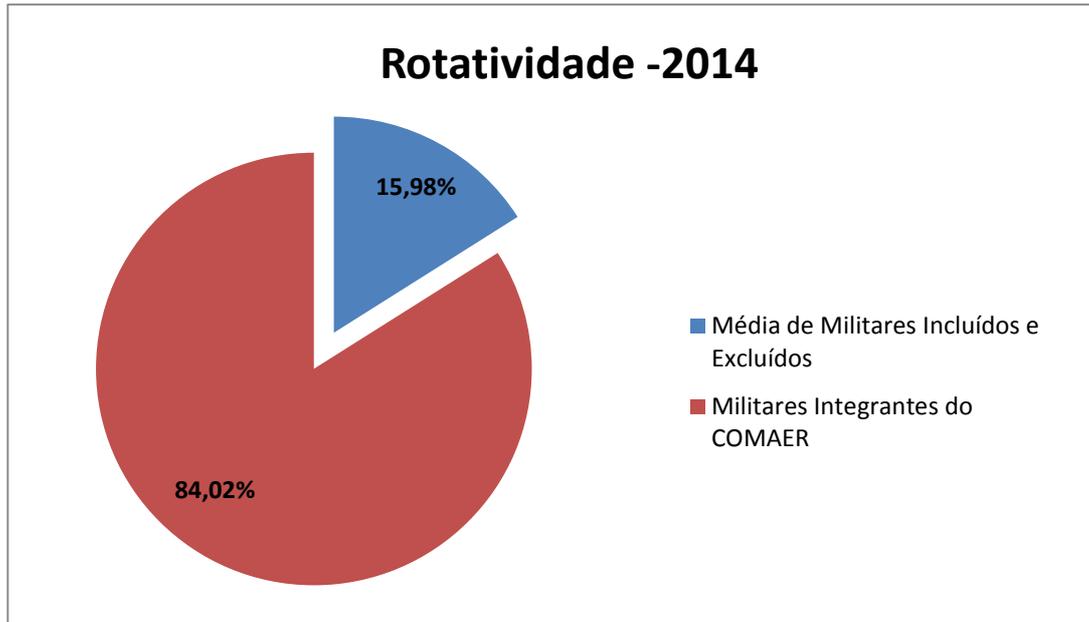
Na tabela 8, pode-se notar que a porcentagem de militares do COMAER aprovados no teste de avaliação do condicionamento físico permaneceu quase no mesmo patamar. As siglas utilizadas no gráfico significam: ACN - resultado acima do normal, MAC - resultado muito acima do normal, ABN - resultado abaixo do normal e MAB - resultado muito abaixo do normal.

O “Índice de Rotatividade por Afastamento do Serviço Ativo” é utilizado para medir a rotatividade anual de força de trabalho militar no COMAER. É obtido pelo cálculo da seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Militares que deixam o serviço ativo} + \text{militares que ingressam}) / 2 \times 100}{\text{Quantidade total de Militares}}$$

$$\frac{(13426 + 8985) / 2 \times 100}{70112} = 15,98$$

Gráfico 6: Rotatividade – 2014



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Fazendo-se a comparação da rotatividade ocorrida nos anos de 2012 e 2013, temos a seguinte tabela:

Tabela 6: Comparação da Rotatividade

TABELA DE COMPARAÇÃO DA ROTATIVIDADE			
ROTATIVIDADE	2012	2013	2014
	14,23%	15,54%	15,98%

Observa-se, na tabela comparativa acima que houve um pequeno aumento no índice de rotatividade de militares do COMAER no ano de 2014.

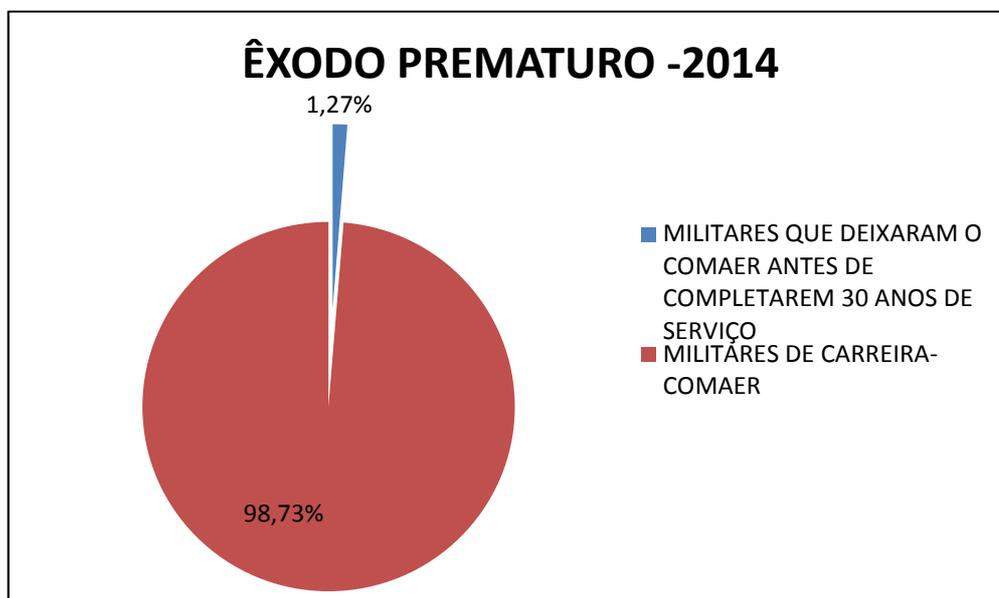
Com o objetivo de conhecer o êxodo prematuro em 2014, foram realizadas consultas no Portal do Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER).

Nessa pesquisa, os militares que compõem o êxodo são os militares que deixam o Comando da Aeronáutica antes de completarem 30 anos de serviço, passando para a reserva não remunerada. No universo da pesquisa foram considerados somente os militares de carreira.

**Tabela 7: Totalização de Militares, por Círculo, que Deixaram o Serviço Ativo em 2014, antes de Completarem 30 Anos de Serviço (Êxodo Prematuro)**

CÍRCULO	ÊXODO	TOTAL	%
Grd/ Pra (SO/ SGT)	352	24942	1,41
Grd/ Pra (TF)	12	625	1,92
Oficial (Int/Sub)	47	4721	1,00
Oficial Sup	5	2446	0,20
<b>TOTAL</b>	416	32734	1,27

**Gráfico 7: Êxodo Prematuro – 2014**



Fonte: Sistema de Apoio à Decisão do COMAER (SADCOMAER)

Fazendo-se a comparação do êxodo prematuro nos anos de 2012, 2013 e 2014, temos a seguinte tabela:

**Tabela 8: Comparação do Êxodo**

TABELA DE COMPARAÇÃO DO ÊXODO			
ÊXODO PREMATURO	2012	2013	2014
		1,13%	1,20%

Na tabela de comparação do êxodo pode-se notar que houve um pequeno aumento no êxodo prematuro.

## **7.2. Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários**

Não ocorreu no Exercício de 2014.

## 8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

A complexidade que envolve o exercício da atividade patrimonial, aliada à necessidade de se promover um melhor aproveitamento no desempenho do pessoal atuante nessa área, tem demonstrado a importância de um instrumento normativo, que aglutine toda a legislação específica, bem como estabeleça aos usuários, detalhadamente, os procedimentos aplicáveis, indicando aos agentes da administração responsáveis pelo patrimônio imobiliário COMAER o amparo legal para cada caso.

Nos últimos anos, ressalta-se que as dificuldades enfrentadas pelos administradores do patrimônio imobiliário do COMAER, estão relacionadas à diversificação da legislação regulamentadora, tais como:

a) sucessivas edições das Medidas Provisórias nº 1.567/97 e nº 1.647/98 desde 1997, que resultaram na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;

b) à Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que criou e regulamentou a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e deu autorização para extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC); e

c) o Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que definiu a estrutura da ANAC.

Nesse cenário, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), Órgão Central do Sistema de Patrimônio Imobiliário do COMAER, por meio da Subdiretoria de Patrimônio, revisou e atualizou a Norma do Sistema de Patrimônio do Ministério da Aeronáutica - NSMA 87-1, de 6 de abril de 1987, compatibilizando seus dispositivos com as alterações que, nos últimos anos, vêm se processando na legislação afeta ao patrimônio imobiliário da União e elaborou a NORMA DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO DO COMANDO DA AERONÁUTICA – NSCA 87-1/2011, aprovada pela PORTARIA COMGAP Nº 11/2EM, de 29 de abril de 2011 e publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 085, de 5 de maio de 2011.

A NSCA 87-1 é de observância obrigatória pelas Organizações Militares do COMAER e pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe). Quanto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), permanece a obrigatoriedade da observância da NSCA 87-1, até que seja regulamentada a questão patrimonial dos bens imóveis sob a jurisdição do COMAER, que foram transferidos para a guarda e administração da referida empresa.

Nesse sentido, alguns capítulos sofreram alterações e atualizações de texto, visando melhorar o entendimento dos usuários. Entretanto, outros capítulos tiveram modificações significativas, relacionadas a procedimentos a serem adotados, bem como a inclusão de rotinas quanto à Contabilidade Patrimonial e Zoneamento de Imóveis, consideradas de relevante importância.

Outrossim, a Instrução encontra-se estruturada conforme os capítulos abaixo:

O Capítulo 1, com o título “Disposições Preliminares”, apresenta as abreviaturas utilizadas nos Capítulos, bem como as conceituações vigentes e afins das atividades patrimoniais descritas nesta Norma. Inclui também diversas informações de uso geral.

O Capítulo 2 trata do “Levantamento Cadastral” e indica as providências relacionadas com essa atividade, proporcionando conhecimentos indispensáveis à caracterização dos imóveis.

O Capítulo 3 trata da “Avaliação de Imóveis”, estabelecendo critérios e definindo a metodologia aplicáveis às avaliações de imóveis.

O Capítulo 4 abrange a “Incorporação de Imóveis”, relacionando as modalidades de incorporação de imóveis e providências correlatas. Inclui também orientações para utilização, pelo COMAER, de imóveis de terceiros, mediante cessão de uso e procedimentos da aplicação do Instituto do Comodato, como é o caso de instalações de equipamentos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB).

O Capítulo 5 aborda o “Cadastro de Imóveis”, descrevendo todas as providências subsequentes à incorporação do imóvel ao acervo patrimonial imóvel do COMAER, por meio das codificações dos terrenos e das benfeitorias.

O Capítulo 6 define as “Responsabilidades Patrimonial e Administrativa”, com enfoque no Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), no que se refere à regularização, preservação e guarda dos imóveis sob a jurisdição e/ou posse do COMAER. Neste Capítulo é abordado, ainda, o problema da ocupação indevida de terrenos e de benfeitorias por terceiros e são indicadas as providências cabíveis.

O Capítulo 7 aborda a “Demolição de Benfeitorias” e reúne as providências, orientações e o nível de competência para a realização dessa atividade.

O Capítulo 8 descreve as principais modalidades de “DESINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS” permitidas em lei, bem como as restrições vigentes. São detalhadas as providências e os níveis de decisão competentes, bem como a composição dos processos. Sob esse mesmo título, está inclusa a transferência de jurisdição de imóveis do COMAER para outras entidades da administração pública federal, situação que a edição anterior não previa. É oportuno esclarecer que a transferência de jurisdição não constitui uma alienação, mas o imóvel é definitivamente desvinculado da jurisdição do COMAER, analogamente ao que ocorre com os imóveis alienados.

O Capítulo 9 trata da “Utilização de Bens Imóveis de Uso Especial da União por Terceiros”, abrangendo as modalidades de uso, por terceiros, dos imóveis disponíveis, em consonância com a legislação patrimonial aplicável.

O Capítulo 10 trata da “Execução Patrimonial”, descrevendo as providências compatíveis com as orientações estabelecidas no MCA 172-3 “Instruções relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica”.

E, finalmente, o Capítulo 11 trata do “Zoneamento de Imóveis”, indicando as situações em que são requeridas as definições dos limites administrativos de Organizações confrontantes, bem como as providências a serem adotadas pelos elos do Sistema.

Nesta NSCA 87-1 são encontrados, por exemplo, fluxogramas para orientar as atividades e modelos de fichas e de contratos, além de outros elementos normalmente utilizados pelos elos do Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica (SISPAT).

É oportuno registrar que a DIRENG está empreendendo esforços para atualizar o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica (SIGPIMA), de modo a automatizar o processo de gerenciamento do SISPAT, permitindo assim que os Elos do Sistema tenham acesso habilitado e interferência limitada e controlada ao banco de dados via INTRAER.

Na busca do aprimoramento contínuo do Sistema de Patrimônio do COMAER, a DIRENG estimula os usuários a proporem sugestões, encaminhando-as, via Cadeia de Comando, à Subdiretoria de Patrimônio da DIRENG.

O Sistema de Patrimônio do COMAER é parcela do complexo administrativo do COMAER, estruturado de forma sistêmica e instituído pela Portaria nº 779/GM3, de 27 de junho de 1979, (alterada pela Portaria nº 055/GM3, de 10 de janeiro de 1983), com a finalidade de normalizar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas com o patrimônio imobiliário sob a responsabilidade do COMAER.

Para efeito de Prestação de Contas na administração dos imóveis, o Sistema é estruturado com base na seguinte hierarquia:

- a) Órgão Central do Sistema;
- b) Serviço Regional de Patrimônio;
- c) Organização Militar (OM) com Responsabilidade Patrimonial; e
- d) OM ou Empresa Vinculada (EV) com Responsabilidade Administrativa.

Cabe ressaltar, que Empresa Vinculada (EV) é a entidade que executa atividades afins com as desenvolvidas por órgãos ou setores governamentais. O vínculo e as atribuições são estabelecidos em legislação específica, bem como em normas e diretrizes do órgão ou setor competente.

## 8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação reguladora da constituição e forma de utilização da frota de veículos:

São utilizadas a ICA 75-6, “Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície no âmbito do COMAER”, com reedição aprovada pela Portaria COMGAP N° 42/2EM, de 1 de dezembro de 2011, e a TCA 75-1, “Tabela de Dotação de Veículos do Comando da Aeronáutica”, com reedição aprovada pela Portaria COMGAP N° 30/2EM, de 21 de dezembro de 2011, ambas da Diretoria de Engenharia de Aeronáutica (DIRENG).

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos da UJ Consolidadora e das UJ Consolidadas são imprescindíveis no apoio diário as missões logísticas internas e externas às OM.

Tabela 9 – Frota de Veículos					
UNIDADE	CÓDIGO	TIPO	QUANTIDADE	MÉDIA ANUAL (Km)	IDADE MÉDIA (anos)
EMAER (BRASIL)	P2	Veículo de Serviço	2	3.769	9,5
	P3	Utilitário	2	10.550	8,0
EMAER (EXTERIOR)	P1	Veículo especial	24	16.318	2
	P3	Utilitário	6	18.003	3
	P11	“Pick up” Cabine Dupla	1	20.363	2
	P14	Van	9	7.904	2
CIAER	P1	Veículo especial	1	0	27
	P2	Veículo de Serviço	10	6.016	14
	P3	Utilitário	2	4.430	7
	P10	Motocicleta Trail	4	200	10
	P11	“Pick up” Cabine Dupla	4	4.905	6
	P14	Van	2	2.562	12,5
CPO	P3	Utilitário	1	3.204	9,0
INCAER	P2	Veículo de serviço	1	35.346	6
	P3	Utilitário	2	5.285	7
	P14	Van	1	9.651	13
GABAER	P0	Veículo de Representação	5	2.522,08	6,66
	P1	Veículo especial	8	4.411,92	4,42
	P2	Veículo de serviço	3	5.599,33	2
	P3	Utilitário (caminhonete)	5	8.773,17	2,87
	P11	Pick up cabine dupla	1	1.126,25	3
	P14	Van	5	3.274,58	3,75
	C4	Furgão leve	2	1.076,83	5
	C6	Pick up cabine simples	1	1.299,75	1

\* Conforme a classificação estabelecida pela (ICA) 75-6: *Classificação, distribuição, emprego, utilização e operação de veículos de transporte de Superfície.*

## 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Ressalta-se que com relação ao Patrimônio, o EMAER e as UJ consolidadas não possuem imóveis sob a sua responsabilidade patrimonial, ou seja, que pertençam à União, conforme esclarece a tabela abaixo, com exceção do INCAER.

Tabela 10 – Utilização de Instalações das Unidades Jurisdicionadas Consolidadora / Consolidadas	
Organização Militar	Instalações
EMAER	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
ASPAER	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
ASOCEA	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
CENCIAR	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
CIAER	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
CECOMSAER	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
CPO	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
GABAER	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
CECAT	Utiliza Instalações presentes no Relatório de Gestão do COMGAR
Considerações Gerais	
No exterior, não há Imóveis de Propriedade da União na responsabilidade da UJ Consolidadora ou das UJ Consolidadas.	

### 8.2.1 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro A.8.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
INCAER	6001.011510.500-9	13	BOM	R\$ 0,00	13/12/2013	R\$ 653.614,98	Não Houve	Não Houve
Outras Informações								
1- Tombo RJ.071-000; 2- Área do Terreno: 2.006,00 m2; 3- Valor: R\$ 653.614,98 (13/12/2013) 4- RIP Imóvel: 6001.01877.500-5; 5- RIP Utilização: 6001.01510.500-9; 6- Situação Patrimonial: Regularizado (RGI nº 11254, livro 3-X, fls.127/128, 15/12/1999 – Nono Ofício) 7- Termo de Entrega da SPU/RJ: 14/04/1994, livro nº 11, fls. 67/69v; 8- Prédio Principal Tombado pelo SPHAN - Antiga Estação de Hidro-Aviões.								
Fonte: SPIUnet								

## 8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
<b>BRASIL</b>	Não Houve	Não Houve	Não Houve
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>Não Houve</b>	<b>Não Houve</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS</b>	<b>CIDADE</b>	
	Indonésia	Jakarta	1
	Israel	Tel Aviv	1
	Senegal	Dakar	1
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>3</b>	<b>1</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>3</b>	<b>1</b>
<b>Considerações</b>			
A locação dos imóveis é pautada na boa conservação dos mesmos, evitando-se gastos relacionados à área de manutenção das instalações.			
Fonte: Primeira Subchefia do EMAER			

## 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ciente da importância da Tecnologia da Informação e seguindo os princípios de governança apregoados pelo TCU e as orientações contidas no Acórdão nº 2.585/2012, o Estado-Maior da Aeronáutica através da Portaria nº 1.911/GC3, de 18 de outubro de 2013, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 204 de 22 outubro de 2013, implementou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (COMTI), para poder apreciar o tema. Destaca-se abaixo dois artigos da referida legislação.

Art. 1º Instituir o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (COMTI), com a finalidade de assessorar o EMAER no trato dos assuntos relacionados à Governança de Tecnologia da Informação (TI) no COMAER, no mais alto nível.

I - Atuação nos assuntos de alto nível, relacionados ao planejamento e à coordenação de ações estratégicas voltadas à governança de TI no COMAER, de maneira a promover o alinhamento entre as estratégias afins do COMAER e da área de TI;

II - Ratificação das prioridades de investimento e de alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI, alinhados à estratégia e prioridades do COMAER; e

III - Tratamento de potenciais conflitos relacionados à adoção de soluções de TI, pelo COMAER, nas esferas administrativas e em conformidade às orientações emanadas pelo Ministério da Defesa e demais órgãos reguladores da TI da Administração Pública Federal.

Art. 2º O COMTI será composto dos seguintes membros:

I - Presidente: Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;

II - Membros Permanentes:

a) Comandantes-Gerais;

b) Diretores-Gerais; e

c) Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica;

III - Membros Assessores:

a) Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica; e

b) Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio.

IV - Secretário - Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.

§ 1º O Presidente do COMTI, quando julgar conveniente, poderá convocar reuniões do Comitê sem a totalidade de seus membros, para tratar de assuntos cuja abrangência seja limitada a setores específicos ou de matérias de interesse de determinados Comandos-Gerais e/ou Departamentos.

§ 2º Poderão ser convocados outros Oficiais-Generais para participar das reuniões do COMTI, bem como assessores do Estado-Maior da Aeronáutica, dos Comandos-Gerais, dos Departamentos, do Gabinete do Comandante da Aeronáutica e da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

§ 3º Na ausência do CEMAER, as reuniões do COMTI serão presididas pelo Oficial-General de maior grau hierárquico presente.

§ 4º Terão direito a voto nas reuniões do COMTI, quando for o caso, os membros descritos nos incisos I e II do art. 2º dessa Portaria. Caso haja empate em alguma votação, a decisão final será do Presidente.

Cabe ressaltar, no que tange à responsabilidade pelas políticas corporativas de TI, que o Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário, em seu item 9.1, recomendou aos órgãos governantes superiores que orientassem as instituições sob sua jurisdição sobre a necessidade de a alta administração responsabilizar-se formalmente pelas políticas de TI, conforme item 39 do acórdão 2.585/2012. Sendo

assim, o EMAER está perfeitamente alinhado também com o acórdão 2.585/2012, no seu item 43 do respectivo relatório.

## 9.1 Gestão da Tecnologia da Informação

**Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014**

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
014/GAP-BR/2014	Serviços de telecomunicações, por meio de uma rede IP multisserviços - MPLS	30 (Trinta) meses	03.420.926/0001-24	Global Village Telecom S/A	R\$ 130.719,17	Não houve

### 9.1.1 Sistemas Computacionais do EMAER

**Tabela 11 – Sistemas Computacionais Existentes**

Sistemas	Descrição
SIGADADER - Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica	Sistema responsável pelo trâmite de correspondências oficiais no âmbito do Comando da Aeronáutica, responsável pela elaboração e confecção de diversos tipos de documentos oficiais como: Ofícios, Memorandos, Circulares, Mensagens Diretas, Partes Pessoais.
SISOS - Sistema de Ordem de Serviços do EMAER	Sistema interno referente às ordens de serviços da Seção de Patrimônio e Apoio, referente a manutenção e reparos na infraestrutura das instalações físicas das seções de trabalho, salas de reuniões, auditório, alojamentos e demais instalações, bem como todo mobiliário pertencente no material carga da Organização Militar. O Sistema refere-se, também à manutenção e apoio técnico-especializado prestado aos usuários comuns do efetivo do EMAER para relatar problemas relacionados ao uso dos computadores, softwares, aplicativos, impressoras e demais dispositivos pertencentes à Rede do EMAER, gerenciado pela a Seção de Tecnologia da Informação e Telefonia.
GECOMPES - Sistema de Gerenciamento Setorial de Pessoal do EMAER.	Sistema responsável por gerenciar todo efetivo de servidores Militares da Ativa e da Reserva e Civis, pertencentes ao EMAER, de modo a disponibilizar informações no Site da Instituição sobre os contatos de e-mail, ramal de contato, setor, seção e andar em que o militar ou civil está lotado.
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	É o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, aplicado a todos os órgãos e instituições públicas subordinadas ao Governo Federal.
SIGEMAER - Sistema de Informações Gerenciais do EMAER.	É um sistema que permite reunir em um Banco de Dados, que poderíamos definir melhor como Repositório de Conhecimento, informações gerenciais de qualquer natureza, possibilitando desta forma a criação de um Sistema de Informações Gerenciais, baseado na realidade dos processos de cada área de uma organização, independente do seu estágio na Tecnologia da Informação. Reunir informações gerenciais totalmente estruturadas como produtos gerados pelos sistemas transacionais, ou seja, os sistemas que são responsáveis pelo tratamento dos processos operacionais das organizações, não é uma tarefa das mais simples. A existência de sistemas corporativos integrados é quase que imperativa, e nem sempre todas as áreas da organização estão niveladas no mesmo estágio de conhecimento e emprego de técnicas administrativas e de recursos de Tecnologia da Informação.

Sistemas	Descrição
SIPLORC - Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário	Sistema responsável em prever as despesas necessárias à realização da Ação e/ou Planejamento Orçamentário sob sua responsabilidade, com fulcro no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e nos Planos Setoriais dos Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA) aos quais estiver vinculado, apresentando sua demanda de recursos para inclusão na proposta de orçamento anual do COMAER.
SOBREVOO AVOEM - Sistema de Autorização de Voos do EMAER	É um sistema de emissão e gerenciamento das Autorizações de Voo do Estado-Maior da Aeronáutica – AVOEM, para os pedidos de voo, com ou sem pouso, das aeronaves militares ou civis públicas estrangeiras. E controle das autorizações estrangeiras para os pedidos de voo, com ou sem pouso, das aeronaves militares brasileiras em missão no exterior.
LEGIS - Sistema de Legislação do EMAER	O LEGIS – Sistema de Legislação do EMAER, é uma base de dados de legislação destinada ao atendimento do público interno do COMAER, no que se refere à busca do texto integral dos Atos Normativos oficiais de caráter Ostensivo, Reservado, Confidencial e Secreto, originados no Comando da Aeronáutica e publicados no Diário Oficial da União e Boletins do Comando da Aeronáutica.
FABMAIL - Sistema de Correio Eletrônico do COMAER	Sistema de correio eletrônico utilizado no âmbito do Comando da Aeronáutica destinado ao envio e recebimento de mensagens eletrônicas em todas as organizações militares do COMAER.
SILOMS - Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços	Sistema responsável em propiciar, por meio de suas funções, o planejamento e o controle das Atividades Logísticas, em todos os seus níveis, incluindo: equipamentos, recursos humanos, recursos materiais, fornecedores e distribuidores.
SAUTI - Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação	O Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação (SAUTI) foi criado para receber, e se possível solucionar, os chamados de serviços da área de tecnologia da informação (TI), informática como é bem conhecida, no âmbito de todo o COMAER. A equipe de atendentes é composta por profissionais certificados e capacitados nas diferentes áreas de informática, a fim de atender as necessidades dos usuários da Força Aérea. Caso o serviço solicitado seja específico e fora da área de atuação dos nossos atendentes, este chamado será redirecionado aos Elos de Serviços ou Especializados do COMAER. Serviço prestado ao usuário de tecnologia da informação ou posto à sua disposição; consiste basicamente na automatização do atendimento ao usuário, com a manutenção de um histórico dos problemas ocorridos, podendo desta forma resolver a questão na primeira intervenção.
SIGPES - Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal	Sistema responsável em conceber, desenvolver e implementar as informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES) destinado a produzir informações relativas ao efetivo militar e civil, ativos, inativos ou pensionistas do Comando da Aeronáutica.
SASIS - Sistema on-line de Apresentação	Sistema responsável pelas apresentações pessoais relativas aos afastamentos como férias, estágios, cursos, licença gestante, paternidade etc.
SIDMAE - Sistema de Doutrina Militar Aeroespacial	Sistema responsável em regular as ações e as atribuições relacionadas ao desenvolvimento, experimentação, catalogação, aprovação e difusão de publicações de caráter doutrinário, ligadas ao emprego do Poder Militar Aeroespacial Brasileiro.

## **10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

O EMAER preocupado com a questão solicitou à Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica que os alunos do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)-2012 realizassem o “Estudo de Assunto Relevante da Aeronáutica - 2012 - Tema III”, o estudo da Política de Sustentabilidade da Aeronáutica.

O referido estudo teve por finalidade estabelecer a Política de Sustentabilidade para o Comando da Aeronáutica, por meio da proposição de uma Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA), bem como de uma Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) de Gestão Ambiental.

O problema a ser trabalhado nesse estudo era: Como dotar o Comando da Aeronáutica de uma Política de Sustentabilidade de forma a contribuir para o cumprimento de sua missão?

Os Critérios Estabelecidos para a Elaboração deste Trabalho foram:

a) Critérios Críticos

- propor o conceito de sustentabilidade no COMAER;
- propor alteração de comportamento nas diversas atividades do COMAER;
- identificar as vantagens para a operacionalidade da Força Aérea na adoção de critérios de sustentabilidade na condução de suas missões;
- pautar-se pela legislação nacional sobre sustentabilidade e considerar legislações estrangeiras, considerando missões no exterior; e
- verificar a exequibilidade da legislação com visão estratégica de emprego da Força.

b) Critérios Desejáveis

- identificar a situação do Comando da Aeronáutica em relação ao conceito de sustentabilidade; e
- considerar a cooperação de programas de sustentabilidade em conjunto com as demais Forças.

Sendo as Diretrizes:

- identificar as relações de causa e efeito ambientais decorrentes da missão constitucional desenvolvida pelo COMAER;
- delimitar parâmetros de análise com visão estratégica, considerando a natureza da organização;
- considerar os compromissos assumidos na Rio+20;
- conhecer as Políticas de Sustentabilidade do Exército e da Marinha; e
- analisar e avaliar as consequências do presente estudo nos Objetivos Estratégicos da Aeronáutica.

A realização do estudo seguiu os critérios e as orientações emanadas pelo EMAER e teve como objetivo servir de base teórica para estabelecer a Política de Sustentabilidade do Comando da Aeronáutica, por meio da proposição de uma Diretriz do Comando da Aeronáutica e de uma Instrução do Comando da Aeronáutica versando sobre Gestão Ambiental.

O trabalho, delineado por critérios críticos e desejáveis, buscou um conceito de sustentabilidade para o COMAER que agregasse vantagens econômicas, sociais e ambientais no uso eficiente e eficaz dos diversos recursos nas suas atividades administrativas e operacionais.

Ao pesquisar as definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, buscou-se aquela que atendesse às necessidades operacionais da Força Aérea e estivesse alinhada com a legislação ambiental brasileira.

Dentre os conceitos básicos e universalmente aceitos, foram abordadas as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a economia, a social e a ambiental, acrescentando o aspecto da participação do Estado como indutor de políticas públicas voltadas para o crescimento sustentável, principal ponto defendido pela Rio+20.

Foram consideradas normas internacionais, como a ISO (*International Organization for Standardization*), série 14000, utilizada como parâmetro por várias Forças Armadas no mundo.

Foram ainda analisadas as bases legais do Direito Ambiental Brasileiro e as políticas desenvolvidas pela Marinha do Brasil e Exército Brasileiro, que serviram como norteadores para a proposta de DCA e ICA voltadas para a Gestão Ambiental no Comando da Aeronáutica.

O trabalho evidenciou a necessidade de direcionar as atividades do COMAER para o consumo consciente e sustentável. Preservar os recursos que sustentam as atividades operacionais da Força é garantir, de forma continuada, a capacidade de cumprir a sua missão. Com essa prática, o COMAER contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento sustentável do país.

Tanto a DCA quanto a ICA, após passarem por um processo rigoroso de análise nas Subchefias do EMAER, encontram-se em fase de aprovação.

## 10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
<p>O COMAER incentiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-O uso racional dos recursos naturais e bens públicos com a diminuição do consumo e combate ao desperdício na tramitação de papel, entre os setores, utilizando os meios eletrônicos como o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (<b>SIGADAER</b>).</li> <li>-Curso para Fiscais de Obra com a introdução do canteiro de obras sustentáveis e o gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (RCC).</li> <li>-Instrução no Estágio de Adaptação de Oficiais-Engenheiros da Aeronáutica, no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), contendo palestras de engenharia de meio ambiente.</li> <li>-Licitações Sustentáveis, através da priorização do uso do Sistema de Pregão Eletrônico.</li> <li>-Introdução nas especificações técnicas e compras de materiais e serviços sustentáveis.</li> </ul>			

A Força Aérea Brasileira realizou no Rio de Janeiro o 1º Seminário Ambiental do Comando da Aeronáutica, entre 22 e 26 de setembro de 2014. O evento foi aberto ao público.

O objetivo foi despertar uma nova cultura institucional, além de provocar mudanças de hábitos, como o consumo consciente dos recursos naturais, a redução e reutilização de material de escritório, economia de energia e de água, entre outras.

O Seminário contou com seis eixos temáticos, baseados nos princípios dos “5 R” (Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar), e contou com temas que foram desde coleta e gestão de resíduos até a solução ambiental de baixa emissão de carbono.

O Evento foi aberto pelo então Comandante-Geral de Apoio, atual Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. “É preciso buscar alternativas para situações que parecem não ter saída. Por exemplo, nas áreas sem arborização de unidades da FAB por motivos operacionais e de segurança seria possível instalar placas de captação de energia solar nesses locais”, ressaltou o Oficial-General.

O Propósito foi provocar uma mudança de hábitos nas organizações do Comando da Aeronáutica. "Para cumprirmos a nossa missão na Força Aérea, nós utilizamos recursos ambientais. Coisas básicas como energia elétrica e água. Esse uso pode ser racionalizado, basta ter uma consciência da utilização racional para termos bons resultados", explicou o Diretor de Engenharia da Aeronáutica.

Segundo a Coordenadora, arquiteta da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, os pontos positivos desses debates foram demonstrar para a sociedade que as ações sustentáveis adotadas pelos órgãos públicos contribuem com o meio ambiente, além de refletirem na diminuição dos gastos públicos e na melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Uma das vantagens para as organizações é a redução dos gastos, uma vez que se os recursos forem utilizados de forma mais eficiente, haverá menos necessidade de comprar os suprimentos. Outra vantagem é a questão da saúde, pois, de acordo com os especialistas, a menor utilização dos recursos diminui os impactos no meio ambiente e, conseqüentemente, melhora a saúde de todos.

A Palestrante do Ministério do Planejamento apresentou o exemplo do Superior Tribunal de Justiça, que, em dois anos, ao adotar uma campanha de conscientização dos funcionários, reduziu de cerca de 13 milhões de reais para seis milhões de reais o gasto com a compra de suprimentos no ambiente de trabalho. "É interessante que o Comando maior faça essa ação para que ela seja espalhada por todas as unidades, mas isso não impede que cada unidade faça sua própria comissão que trabalha localmente", afirmou a palestrante.

O Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Aeronáutica, responsável pela organização do evento, surgiu, em 2012, a partir da necessidade de se estudar as ações de sustentabilidade realizadas pelos órgãos da FAB, além de produzir outras ações voltadas para o meio ambiente. Desde então, é parceiro de Unidades como a Prefeitura do Galeão, que ganhou um prêmio relacionado ao meio ambiente.

## 11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

### 11.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Côncio da importância do tema, o Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica instituiu a Portaria nº 738/GC6, de 15 de maio de 2014, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 092, de 19 maio 2014. Destaca-se abaixo três artigos da referida legislação:

“Art. 1. Dispor sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Bens e Valores, para o exercício de cargos e funções, no âmbito do Comando da Aeronáutica, conforme estabelecido no § 2º do art. 3º e no art. 13 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, e Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, Instrução Normativa TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, e Portaria TCU nº 301, de 16 de novembro de 2012.”

“Art. 3º Para fins de registro, o Setor de Pessoal competente deverá publicar, em boletim interno, a relação dos agentes que cumpriram com a obrigação prevista.

Parágrafo Único. O Setor de Pessoal competente deverá encaminhar ao CENCIAR, até sessenta dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, cópia das páginas do boletim interno onde consta a relação dos agentes que cumpriram com a obrigação prevista neste artigo, ressalvadas as orientações específicas.”

“Art. 9º Fica o Chefe do CENCIAR autorizado a expedir, quando se fizer necessário, instruções com vistas a orientar as Organizações do Comando da Aeronáutica sobre o atendimento dessa Portaria, em consonância com as orientações expedidas pela Controladoria-Geral da União ou pelo Tribunal de Contas da União.”

Ressalta-se que, por meio da Mensagem SIAFI-2014/0771502, de 20 de maio de 2014, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica expediu orientações para todas as Organizações Militares sobre o tema.

#### 11.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**Quadro A.11.1.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR**

Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Detentores de Cargos e Funções	Obrigados a entregar a DBR	23	19	32
	Entregaram a DBR	23	19	32
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Seção de Pessoal Militar do EMAER

### **11.1.2 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário**

No Exercício de 2014, não ocorreu caso de dano ao Erário.

Cabe ressaltar que a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 174-3/2014–PROCEDIMENTO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (PARE), aprovada pela Portaria CENCIAR nº15/CENCIAR-4, de 21 de fevereiro de 2014 e publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 5 de março de 2014, tem por finalidade regular os procedimentos a serem implementados pelos comandantes, agentes da administração e gestores em geral das organizações do COMAER, com vistas a preservar o Erário e a reunir as condições necessárias e suficientes para que haja o devido ressarcimento dos prejuízos causados à Fazenda Nacional, em procedimentos de apuração instaurados pela Administração das UG do COMAER.

Outrossim, a Instrução encontra-se estruturada conforme os capítulos abaixo:

- 1- Disposições Preliminares
- 2- Procedimentos para Ressarcimento ao Erário
- 3- Termo Circunstanciado Administrativo (TCA)
- 4- Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário
- 5- Ressarcimento ao Erário
- 6- Valores de Referência
- 7- Parcelamento da Dívida na UG
- 8- Registros
- 9- Providências do CENCIAR
- 10- Disposições Finais

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA			120001
<p>Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;</p> <p>b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUnet. Em 2014, a depreciação de bens imóveis foi processada de forma automática pela STN, com base nos registros do SPIUnet;</p> <p>d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;</li><li>- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;</li><li>- Imobilizado e Intangível - valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.</li></ul>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

### 12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

Este item, dividido em tópicos sugeridos pela Portaria nº 90/TCU/2014, apresentará o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos produtos resultantes da atuação da Unidade Jurisdicionada, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos:

Objetivo 1 - Identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos;

A Unidade Jurisdicionada 120002 - SEFA é o Órgão Setorial de Custos do Governo Federal, instituído pela Portaria SEFA/SUCONT nº 100, de 22 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo acompanhamento de custos no âmbito do Comando da Aeronáutica, conforme prevê a Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011.

Objetivo 2 - Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

A SEFA, na função de setorial contábil, apura os valores de custos de toda a estrutura do COMAER, divulgando-os por meio de relatórios padronizados às demais UJ.

Objetivo 3 - Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

O sistema utilizado pelo COMAER é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIGPLAN, para a geração de informações.

Objetivo 4 - Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

O registro de custos no COMAER divide-se em apropriação de consumo decorrente de recursos orçamentários ou em apropriação de consumo decorrente de recursos patrimoniais.

O consumo de recursos orçamentários refere-se aos custos decorrentes da contratação de serviços e da aquisição de bens para consumo imediato. O consumo de recursos patrimoniais refere-se aos custos decorrentes do consumo de materiais em estoque ou do registro de exclusão, de depreciação e de amortização de bens móveis permanentes.

A apropriação dos custos decorrente da execução orçamentária realiza-se no momento da liquidação da despesa no SIAFI. Quanto ao consumo patrimonial, os custos são registrados no momento em que ocorre a baixa pela distribuição dos materiais de consumo em estoque ou juntamente com as variações patrimoniais diminutivas relacionadas aos bens móveis permanentes e intangíveis.

Por meio do preenchimento da aba “Centro de Custos” dos Documentos Hábeis no SIAFI, os valores dos custos são distribuídos pelos códigos SIAFI das UG beneficiadas e por códigos de Subcentros de Custos (SC) padronizados no âmbito do COMAER.

O conceito de UG Beneficiada corresponde à UG Executora, Credora ou de Controle em favor da qual é entregue um material a ser consumido, ou prestado um serviço de qualquer natureza. Os SC correspondem aos códigos que representam as atividades realizadas diariamente no COMAER, tais como: Operações Aéreas, Suprimento e Manutenção de Aeronaves, Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo e outras apresentadas no Item 5 deste Relatório de Gestão.

A UG, por intermédio do Setor de Controle Interno, efetua a verificação quanto à conformidade dos lançamentos de custos da Unidade, no SIAFI, de maneira a evitar incorreções ou omissões de apropriações de custos.

Objetivo 5 - Impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos; e

No processo de tomada de decisões com base em informações de custos, o impacto decorrente da atuação da Setorial de Custos pode ser representado pelo apoio prestado às demais UJ, no fornecimento de informações contábeis que permitam a melhor gestão das unidades administrativas. A atuação da SEFA pode ser representada, em especial, pelas ações de apoio técnico, de acompanhamento, de treinamento e de melhoria dos processos internos.

## **Apoio Técnico**

Para se mensurar custos em uma complexa estrutura como a do COMAER, torna-se necessária a existência de adequados normativos técnicos que sejam capazes de manter todos os agentes da administração atualizados quanto às rotinas, aos procedimentos e aos prazos de registros contábeis. A correção e a tempestividade dos lançamentos são os alicerces para a boa informação gerencial de custos. Nesse sentido, a SEFA mantém atualizado um manual digital com informações pormenorizadas necessárias ao registro de custos das diversas atividades desenvolvidas pelo Comando da Aeronáutica.

## **Acompanhamento**

Além do normativo técnico interno, a SEFA promove, mensalmente, verificação detalhada dos lançamentos de custos inseridos pelas Unidades Gestoras no SIAFI, como forma de garantir maior confiabilidade aos registros contábeis.

## **Treinamento**

A SEFA intensificou, em 2014, o treinamento de agentes das demais UJ, realizando o Estágio de Contabilidade de Custos (ECC).

O Estágio, com duração de 32 horas, capacitou 35 Agentes da Administração do COMAER ao uso das informações de custos para elaboração de relatórios gerenciais em apoio ao processo decisório de suas respectivas Organizações.

## **Processos Internos**

Compreendendo a necessidade de se adequar à modernização dos meios disponíveis, a SEFA iniciou um projeto de melhoria destinado a implantar rotina de disponibilização de informações gerenciais às demais UJ do COMAER.

Para tanto, a SEFA mapeou a sistemática interna para extração de dados, elencando os recursos envolvidos, e disponibilizou relatórios contábeis que buscassem servir de auxílio à tomada de decisão.

Adicionalmente, os relatórios foram disponibilizados às UJ por meio eletrônico, mediante uso do Sistema de Informações Gerenciais da SEFA (SIGSEFA), disponível na página eletrônica da SEFA e desenvolvido internamente para facilitar o trâmite de planilhas entre as Organizações.

Objetivo 6 - Relatórios disponibilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão:

Com objetivo de fornecer subsídios ao gerenciamento por parte de cada UJ, a SEFA compilou e divulgou, semestralmente, os dados registrados pelas Unidades Gestoras no SIAFI, elaborando os seguintes relatórios com seus respectivos propósitos:

- Planilha de Custos de Serviço Público - 2013 e 2014: evidenciar o consumo dos serviços públicos, comparando a evolução dos valores entre dois exercícios consecutivos;

- Planilha de Custos de Diárias Militar e Civil - 2013 e 2014: conhecer os valores gastos com diárias, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos;

- Planilha de Custos de Manutenção e Conservação de Imóveis - 2013 e 2014: apresentar os valores de despesas correntes utilizados na manutenção e na conservação de bens imóveis, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório refletiu a necessidade e o esforço em manter as instalações do COMAER em condições satisfatórias à execução das diversas atividades;

- Planilha de Custos Orçamentários por Atividades - 2013 e 2014: evidenciar os custos decorrentes da execução orçamentária, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório permitiu gerenciar a relação existente entre a missão da UJ e a distribuição de seus esforços (recursos consumidos) entre atividades finalísticas e de apoio;

- Planilha de Custos Patrimoniais por Atividades - 2013 e 2014: evidenciar, de forma semelhante ao Anexo D, os custos decorrentes da execução patrimonial (consumo de estoques e depreciação de bens móveis permanentes), distribuídos por atividades finalísticas e de apoio;

- Planilha de Custos Orçamentários por Natureza da Despesa - 2013 e 2014: evidenciar os dez maiores custos decorrentes da execução orçamentária, distribuídos pelas Unidades beneficiadas e por natureza da despesa detalhada, comparados entre dois exercícios consecutivos. O relatório, ao listar os maiores custos relativos ao consumo de recursos orçamentários, ofereceu melhores dados de gerenciamento ao planejamento e à eventual priorização de esforços;

- Planilha de Custos de Depreciação de Bens Móveis Permanentes - 2014: apresentar valores financeiros que indiquem o desgaste no uso de bens móveis permanentes.

- Planilha de Investimentos em Bens Móveis Permanentes – 2014: evidenciar o montante de recursos utilizados na renovação de bens móveis. A combinação deste Relatório com o imediatamente anterior buscou permitir a análise da situação patrimonial e auxiliar na decisão de investimento, especialmente quanto à substituição ou à manutenção dos bens móveis em uso;

- Planilha de Custos dos Programas - 2014: demonstrar o custo existente na execução dos programas orçamentários no exercício, envolvendo apenas recursos de 2014. A análise sob a ótica de custos, além de evidenciar a Organização beneficiada pela execução do Programa, demonstrou os valores efetivamente consumidos no período, excluídos os investimentos, por representarem benefícios incorporados ao Patrimônio;

- Planilha de Custos das Unidades Administrativas - 2013 e 2014: evidenciar os custos orçamentários totais de todas as Unidades, comparando-os entre 2013 e 2014. O relatório é interessante por permitir a comparabilidade temporal entre Organizações beneficiadas pelos recursos públicos, bem como a relação existente entre Unidades semelhantes, sem distinção de atividades executadas ou de naturezas de despesas envolvidas.

Em decorrência da contínua e forte parceria entre o Comando da Aeronáutica e a Secretaria do Tesouro Nacional, em assuntos relacionados à Contabilidade Pública, a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica participou de diversos eventos externos ao COMAER, no ano de 2014, com objetivo de divulgar suas experiências na contabilização de custos no Setor Público.

Em virtude da palestra proferida pela - “Experiências na implantação e uso de informações de custos nos Órgãos Setoriais” – proferidas no III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, realizado na Escola de Administração Fazendária (ESAF) entre os dias 9 e 11 de outubro de 2013, o Senado Federal e a Prefeitura Municipal de Pinhais/PR solicitaram à SEFA uma apresentação detalhada sobre a experiência do Comando da Aeronáutica no gerenciamento contábil de custos em suas atividades.

Foi convidada a relatar a experiência de custos do COMAER em Seminário com os Gestores dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. O evento realizou-se no Salão Nobre da ESAF, em 27 de fevereiro de 2014.

Participou, ainda, de reunião junto ao Ministério da Saúde, em 24 de março de 2014, em atendimento ao convite da Coordenação Geral de Economia da Saúde para explanar sobre a experiência do COMAER na apuração de custos.

A STN convidou-a para compartilhar suas ações gerenciais contábeis junto aos demais Órgãos Públicos, por ocasião do II Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, realizado nas dependências da Coordenadoria de Informação Fiscal e de Custos da União – COINC/STN, em 2 de junho de 2014.

O Poder Judiciário solicitou à SEFA auxílio ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no sentido de direcionar suas ações na tarefa de desenvolver, de modelar e de implementar sistema de custos naquele Órgão. A reunião ocorreu nas instalações do COMAER, no dia 9 de junho de 2014, onde a SEFA apresentou ao referido Conselho a metodologia utilizada pelo Comando da Aeronáutica no gerenciamento de dados de custos.

Por fim, cabe destacar que a SEFA atuou no aperfeiçoamento técnico de gestores do COMAER, a exemplo do 1º Estágio de Contabilidade de Custos, realizado entre os dias 26 e 29 de maio de 2014, evento por meio do qual foram capacitados 35 gestores ao uso das informações de custos em apoio ao processo decisório.

A atuação da SEFA em auxílio a outros Órgãos do Poder Público reflete a qualidade do trabalho executado pelo Comando da Aeronáutica, que denota, por meio do treinamento de seus Agentes, o contínuo compromisso da Instituição com a temática de custos e com a melhoria do gasto público.

## 12.3 Informações sobre a Conformidade Contábil dos Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA			120001
<p>A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), conforme estabelecido no Manual SIAFI.</p> <p>A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Unidade Jurisdicionada (UJ) 120002, é a Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior (do Fundo Aeronáutico - Faer e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe), responsável pelo (a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) orientação normativa sobre rotinas e procedimentos contábeis para as UG do COMAER;</li> <li>b) suporte técnico da execução contábil no SIAFI;</li> <li>c) monitoramento e controle da execução contábil, por intermédio do SIAFI, das operações contábeis realizadas pelas UG do COMAER;</li> <li>d) acompanhamento da conformidade de registros de gestão executada pelas UG;</li> <li>e) registro, no SIAFI, da Conformidade Contábil relativa às UG, ao Faer e à CFIAe.</li> </ul> <p>As atribuições relativas ao processo de Conformidade Contábil são atribuídas a agentes do COMAER, com observância ao princípio da segregação de funções.</p> <p>Não houve ocorrências observadas no exercício para UJ 120001 - GABAER.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

## 12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 12.4.1 Declaração com Ressalva

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA			120001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante à/ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) diferença de R\$ 2.187.909,07 entre o resultado do “Ativo Financeiro” menos o “Passivo Financeiro” (R\$ 0,00), constante do Balanço Patrimonial, e o saldo da conta contábil 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por FR (R\$ 2.187.909,07), indicada no item 8.2.6 da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício). Esse valor corresponde ao total da conta 1.9.3.2.9.05.02 - Limite de Restos a Pagar-Inscrição; e</li> <li>b) diferença de R\$ 5.968.756,37 entre o valor da “Previsão Atualizada” (R\$ 0,00) e da “Dotação Atualizada” (R\$ 5.968.756,37) existente no Balanço Orçamentário, decorrente da movimentação de recursos financeiros e de descentralizações orçamentárias destinadas à UJ, as quais são representadas no Balanço Orçamentário das UJ 120002 (Setorial Financeira - Órgão 52111) e 121002 (Setorial Financeira - Órgão 52911).</li> </ul> <p>Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI, motivo pelo qual não foram analisados.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

Ressalta-se que, com relação a Unidade Jurisdicionada Consolidadora e as Unidades Jurisdicionadas Consolidadas, somente o GABER é Unidade Gestora Executora.

## 13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

---

### 13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

---

Em todas as sociedades e em todos os setores, tanto públicos como privados, os recursos humanos e patrimoniais são escassos para atender às crescentes exigências dos clientes. Hoje, no desenvolvimento das atividades, a busca contínua de eficiência se torna um pré-requisito para a sobrevivência das Organizações que buscam as formas mais racionais para a manutenção das suas estruturas.

Nesse enfoque, os gestores públicos e privados vêm envidando esforços na racionalização de processos e no aumento da eficiência da cadeia administrativa, bem como no mapeamento dos processos produtivos e de prestação dos serviços.

Racionalização é a utilização do raciocínio lógico, analítico e resolutivo, sem interferência emocional, buscando a melhor utilização dos recursos. De uma maneira mais prática, pode-se entender que racionalizar processos é simplificá-los e adequá-los mais facilmente às rotinas de trabalho, a fim de alcançar maior agilidade, produtividade e conseqüentemente menor custo. Simplificar o trabalho é racionalizar a estrutura da entidade; é empregar ou utilizar meios, instrumentos, máquinas e ferramentas de forma a tornar as tarefas mais fáceis, mais econômicas, mais proveitosas, visando a obter maior comodidade e produtividade; é, enfim, empregar a menor quantidade possível de pessoal, material e recursos financeiros, na menor área, atendendo à maior clientela no menor tempo.

Inserido nesse cenário, o Comando da Aeronáutica tem adotado procedimentos administrativos para se adequar a essa nova realidade, reavaliando ações que visem ao uso mais racional das atividades desenvolvidas por todas as organizações subordinadas.

Alinhado à Estratégia Nacional de Defesa, o Comandante da Aeronáutica determinou - Memorando nº C-1/GC3- GABAER, de 31 de março de 2009 - a racionalização da estrutura organizacional do COMAER pela redução do número de Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) e o aumento de Unidades Gestoras Credoras (UG CRED).

Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica vem buscando a integração e a centralização de processos, de atividades e, quando aplicável, de Unidades Gestoras. Assim sendo, a implementação de ações com vistas à mencionada racionalização tem sido constatada na desativação de determinadas Unidades, como o Parque de Material Aeronáutico de Recife (PAMA-RF) e o Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF), na concentração do apoio logístico no Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA) e na centralização da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades de Logística da área do Rio de Janeiro no Grupamento de Apoio Logístico (GAL).

Dessa forma e de acordo com proposta encaminhada pelo Comandante-Geral de Operações Aéreas, o Sétimo Comando Aéreo Regional (VII COMAR) centralizará a execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, bem como as atividades de licitações, contratos e pagamento de pessoal Base Aérea de Manaus (BAMN), da Prefeitura de Aeronáutica de Manaus (PAMN), do Hospital de Aeronáutica de Manaus (HAMN) e do Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA VII).

Ao final, espera-se que ao final, a revisão, melhoria e padronização dos processos de trabalho produzam simplificação de fluxos, integração de atividades, economia de meios e recursos humanos, com aumento da capacitação desses, e maior eficiência e eficácia no atendimento das necessidades operacionais, administrativas e logísticas das Unidades apoiadas pelo VII COMAR.

Alinhado à mesma orientação, o Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica encaminhou proposta para a implantação da Academia da Força Aérea como Unidade Gestora Executora da Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga (FAYS), com o intuito de centralizar a

execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a elaboração de contratos, naquela Academia.

Assim, a AFA, além das suas atuais atribuições, centralizará as atividades da FAYS relacionadas com licitações, contratos, subsistência, transporte, finanças, patrimônio móvel e imóvel e almoxarifado, dentre outras eventualmente atribuídas.

Com isso, espera-se alcançar a simplificação de processos, integração de atividades, especialização dos recursos humanos que fazem parte da organização e economia de toda ordem, tendo por escopo a concentração de meios e recursos e o pleno atendimento das expectativas das organizações que serão apoiadas.

## **14 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalmente, a consolidação de todas as informações constantes no presente Relatório de Gestão (RG) objetiva o cumprimento, pelo EMAER, da obrigação constitucional de prestar contas, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Neste sentido, o Estado-Maior da Aeronáutica, mediante as orientações, recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, bem como do assessoramento constante do Centro de Controle Interno da Aeronáutica produziu o presente Relatório, o qual, em conformidade com as mudanças organizacionais e posteriores aperfeiçoamentos do presente instrumento de gestão, poderá sofrer alterações e implementações, visando a um contínuo aperfeiçoamento futuro da Governança do Comando da Aeronáutica, sem perder de vista a missão síntese da Organização, qual seja: “Manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria”.

## ANEXO I

PORTARIA EMAER Nº 16/CEMAER, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

Designa integrantes para compor o Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar a Realização do Relatório de Gestão do COMAER/EMAER, exercício de 2014.

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 14 do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 756/GC3, de 19 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Designar o pessoal, abaixo relacionado, para compor o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de coordenar a realização do Relatório de Gestão do COMAER/EMAER, exercício de 2014.

I - Presidente: Exmo. Sr. Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;

II - Coordenadores-Gerais: Exmos. Sres. Chefe das Subchefias do Estado-Maior da Aeronáutica;

III - Secretário do Presidente: Sr. Chefe do Gabinete do Estado-Maior da Aeronáutica;

IV - Auxiliares dos Coordenadores-Gerais: Sres. Chefes das Seções das respectivas Subchefias do Estado-Maior da Aeronáutica;

V - Coordenador junto ao CENCIAR/TCU: Chefe da Assessoria de Controle Interno do EMAER; e

VI - Coordenador da Área de Inteligência: Chefe da Seção de Inteligência Estratégica do EMAER (2SC2).

Art. 2º Ao Presidente do Grupo de Trabalho cabe:

I - convocar os membros para reuniões de trabalho, no EMAER ou onde melhor convier;

II - designar membros do Grupo de Trabalho para tarefas específicas; e

III - coordenar as ações e estudos a fim de maximizar a dinâmica do trabalho a ser desenvolvido.

§1º O Presidente poderá delegar suas atribuições aos Coordenadores-Gerais do Grupo de Trabalho para que estes, em seu nome, formalizem as ações determinadas para continuidade dos trabalhos.

Art. 3º Aos Coordenadores-Gerais do Grupo de Trabalho cabe:

I - centralizar todos os trabalhos desenvolvidos, referentes a sua respectiva Subchefia, consolidando e harmonizando os textos a serem inseridos no Relatório de Gestão, atentando para o cumprimento da formalística e dos prazos previstos;

II - coordenar as férias, licenças e demais ausências dos membros, a fim de que não haja solução de continuidade nos trabalhos designados; e

III - assessorar o Presidente do Grupo de Trabalho nas tarefas que lhe forem delegadas.

Art. 4º Aos Auxiliares dos Coordenadores-Gerais do Grupo de Trabalho cabe:

I - comparecer às reuniões de trabalho convocadas;

II - realizar as ações, estudos e tarefas relativas ao Relatório de Gestão, de acordo com as designações efetuadas pelo Presidente e pelos Coordenadores-Gerais; e

III - comunicar férias, licenças e demais ausências ao seu respectivo Coordenador-Geral.

Art. 5º Ao Coordenador junto ao CENCIAR/TCU do Grupo de Trabalho cabe:

I - verificar cotidianamente, junto ao CENCIAR/TCU, as atualizações das orientações concernentes ao Relatório de Gestão.

Art. 6º Ao Coordenador da Área de Inteligência cabe:

I - revisar todo o conteúdo consolidado do Relatório de Gestão do COMAER/EMAER - Exercício 2014, de forma que seja ostensivo e público.

Art. 7º O Presidente do Grupo de Trabalho poderá designar, eventualmente, militares ou servidores civis do EMAER para prestarem suporte ao GT na realização de tarefas de pesquisa, redação e outras diligências que se façam necessárias.

Art. 8º O período de trabalho deste GT se estenderá da entrada em vigor desta Portaria até a entrega formal do Relatório de Gestão e a respectiva aceitação pelo TCU.

Art. 9º Os integrantes ora designados deverão submeter ao seu respectivo Coordenador qualquer afastamento por férias, licenças ausências justificadas que ocorram dentro da vigência do GT, tendo a preocupação de passar todos os dados pertinentes as suas tarefas ao seu substituto legal.

Art. 10. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar AILTON DOS SANTOS POHLMANN  
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

## ANEXO II



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA DEFESA

### **MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA À FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Brasília, 16 de julho de 2014

Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito,

Diante do encerramento da Copa do Mundo Brasil 2014, desejo transmitir à Força Aérea Brasileira, na pessoa de Vossa Excelência, o meu reconhecimento pelo profissionalismo com que cada integrante dessa Força cumpriu a missão que lhe foi assignada pela Presidenta da República.

A segurança brasileira durante a Copa foi assegurada pela firme atuação da Força Aérea Brasileira, notadamente em sua dimensão preventiva e dissuasória.

Desde 2012, quando da edição da Diretriz Ministerial, pude constatar o exemplar empenho nos planejamentos do emprego temporário da Aeronáutica durante a Copa.

O novo Centro Conjunto de Operações Aéreas permitiu a concentração e coordenação das operações aéreas do Brasil, possibilitando maior eficiência na aplicação dos meios para o controle e defesa do nosso espaço aéreo.

Parabenizo pela preparação do efetivo militar, bem como pela organização e prontidão de todos os envolvidos durante o período dos eventos esportivos.

Destaco positivamente, ainda, a utilização de equipamentos de alta tecnologia, a adequação operacional dos meios existentes, bem como a implementação de modernos centros de comando e controle que possibilitaram o eficiente trabalho desenvolvido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, pelo Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro e não só pelo Centro de Defesa de Área sob responsabilidade da Força Aérea, como por todos os demais.

Louvo, em particular, os esforços em aprofundar a interoperabilidade entre as Forças Armadas e, bem como, de assegurar sua articulação com os órgãos de segurança pública, nas esferas federal, estaduais e municipais.

A dedicação de cada um dos integrantes da Força Aérea Brasileira permitiu que a alegria, com segurança, prevalecesse em todas as cidades-sede durante mais de um mês de Copa do Mundo.

Reitero meus cumprimentos a Vossa Excelência e a todos os seus comandados.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma letra 'C' inicial grande e decorativa.

**CELSO AMORIM**  
Ministro de Estado da Defesa

## ANEXO III



OFÍCIO Nº 2014/002.456

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2014

Ao Senhor  
Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito  
Comandante da Aeronáutica  
COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER)

Ref.: Agradecimento participação na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™

Prezado Senhor,

O Comitê Organizador da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 ("COL") vem, pelo presente, cumprimentar Vossa Senhoria e registrar que a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™ terminou com pleno êxito, sendo considerada por muitos a melhor Copa do Mundo da FIFA™ de todos os tempos.

Em todas as fases deste período, contamos com o apoio incondicional deste órgão, razão pela qual todos os objetivos foram plenamente alcançados e, o mais importante, com a aprovação de todos os segmentos nacionais e internacionais envolvidos na execução das partidas realizadas em todos os estádios.

Uma preparação bem feita, com uma operação planejada nos detalhes e executada de forma brilhante, assim como a vibrante participação da população que lotou todos os jogos, foram motivos de elogio dos espectadores, imprensa nacional e internacional.

Dessa forma, transmitimos à Vossa Senhoria os nossos mais sinceros agradecimentos.

Com renovados votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
RICARDO TRADE  
CEO – Chief Executive Officer  
COL

  
ELAINE FELSKÉ  
Gerente Geral de Transportes e Tráfego  
COL